

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Gabriela Correa da Silva

**A REPRESENTAÇÃO DO PASSADO NOS ESTUDOS HISTÓRICOS DE ATHOS
DAMASCENO: A HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL ESCRITA A PARTIR DA
CIDADE (1940-1970)**

Porto Alegre,
2014.

Gabriela Correa da Silva

**A REPRESENTAÇÃO DO PASSADO NOS ESTUDOS HISTÓRICOS DE ATHOS
DAMASCENO: A HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL ESCRITA A PARTIR DA
CIDADE (1940-1970)**

Dissertação (Mestrado em História)
apresentada como pré-requisito para obtenção
do título de Mestre em História pelo
Programa de Pós-Graduação em História do
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
RS.

Orientadora: Profa. Dra. Mara Cristina de
Matos Rodrigues.

Porto Alegre,

2014

GABRIELA CORREA DA SILVA

**A REPRESENTAÇÃO DO PASSADO NOS ESTUDOS HISTÓRICOS DE ATHOS
DAMASCENO: A HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL ESCRITA A PARTIR DA
CIDADE (1940-1970)**

Dissertação (Mestrado em História)
apresentada como pré-requisito para obtenção
do título de Mestre em História pelo
Programa de Pós-Graduação em História do
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
RS.

Aprovado em __/__/2014

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Mara Cristina de Matos Rodrigues (orientadora)

Prof. Dr. Alessandro Kerber

Prof. Dr. Fernando Nicolazzi

Profa. Dra. Letícia Nedel

AGRADECIMENTOS

Depois de digitar tantas palavras calculadas a tal ponto de estar muito perto de transformar o – idealmente – tão belo ato de escrever em uma espécie de ciência pseudoexata, finalmente chego aos agradecimentos. Supostamente a parte mais livre da escrita, na qual eu não deveria estar preocupada em cumprir o pacto de leitura firmado com a banca e com os imaginários futuros leitores deste texto. E, no entanto, aqui estou novamente procurando pelas palavras.

Sendo assim, talvez seja melhor começar pela instituição que viabilizou este trabalho.

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pelo ensino de excelência, e ao CNPq, pela bolsa concedida.

Agradeço imensamente aos professores Alessander Kerber, Fernando Nicolazzi e Letícia Nedel por se disporem a ler esta dissertação. Em particular, quero agradecer aos dois primeiros, os quais deram, no exame de qualificação, importante contribuição para o desenvolvimento desta pesquisa.

À Mara, minha professora orientadora, expresso minha gratidão. Obrigada pela orientação cuidadosa, competente e paciente. Pela compreensão de que a vida dos mestrandos não se circunscreve (infelizmente, às vezes) ao mundo da pesquisa.

Obrigada aos professores e colegas do programa de pós-graduação pelas discussões que enriquecem a nossa formação. Aos colegas da *Aedos*, especialmente a Silvânia, o Rafael e o Telles, meus sinceros agradecimentos pela experiência editorial e pelo aprendizado.

Aos meus alunos do Ensino Médio da escola pública, agradeço por terem me feito recuperar o fascínio pelas perguntas aparentemente simples.

Aos meus queridos amigos, Bibi, Gabi, Rafa do Canto e Melissa Barbosa, reafirmo meu carinho e minha dívida afetiva.

Entre tantas coisas, agradeço à Bibi principalmente pelo amor de irmã e por ser uma pessoa tão importante na construção da minha identidade.

À Gabi, pela sensibilidade e pela habilidade de tornar a vida mais leve, menos séria – o que para mim costuma ser difícil.

Ao Rafa, pela amizade, pelas discussões sobre as dificuldades de pesquisadores iniciantes na área de história, pelas dicas de história da África e pelo exemplo de que é sempre possível recomeçar.

À Melissa, que foi uma grata surpresa do magistério, agradeço pela interlocução inteligente, pertinente e sincera. Pelas dicas, pelas trocas, por me permitir ver o mundo momentaneamente com os olhos de socióloga. Exercício que, apesar do ensino médio politécnico, conforma uma imagem diferente da que eu vejo pela minha janela de historiadora.

Ao Sérgio, por tanto... Pelo amor, pelo companheirismo, pelo estímulo constante. Por debater assuntos que não o interessam diretamente, por ler meus textos, pela exigência, paciência e lealdade. Ao teu lado, me sinto uma pessoa melhor. Obrigada, amor.

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo investigar a representação do passado sul-riograndense desenvolvida nos estudos históricos do escritor e pesquisador porto-alegrense Athos Damasceno, entre as décadas de 1940 e 1970. Para tanto, analisa, sobretudo, alguns dos principais textos por ele publicados, os quais adotam, em geral, a cidade de Porto Alegre como objeto. A partir desta pesquisa, propõe-se que a interpretação acerca da história da região decorrente dos estudos deste autor configura-se em uma espécie de *retórica da identidade regional* que aponta para a existência de um Rio Grande do Sul urbanizado e modernizado. Esta retórica pode ser dividida em dois momentos, que indicam algumas diferenças entre si em relação à representação da temporalidade e da identidade. As divergências observadas na primeira (1940-1950) e segunda (1950-1970) fases relacionam-se principalmente à questão da modernização da cidade, vista inicialmente com desconfiança e, posteriormente, de uma forma mais otimista. Ademais, nota-se na narrativa do pesquisador um esforço em afirmar as semelhanças da região com a nação, a fim de reivindicar um espaço para aquela no seio desta. Damasceno aproxima a parte ao todo através do reconhecimento da relativa pluralidade de sujeitos que habitaram o passado e o presente do estado e, principalmente, pela ascendência, segundo ele, predominantemente açoriana do gaúcho. Tal vínculo seria o principal fator de ligação entre a cultura regional e nacional.

Palavras-chave: identidade, região, nação, representação;

ABSTRACT

This research has the objective of analyze the sul-rio-grandense past representation developed by Athos Damasceno's historical studies, between the period of 1940 and 1970. For that, this work analyses, especially, some of the most important texts of Damasceno, which adopt the city of Porto Alegre as object. This study suggests that in the texts of the author there is a kind of *rhetoric of regional identity* that shows a Rio Grande do Sul urbanized and modernized. This rhetoric can be divided in two moments. Firstly (1940-1950), the city modernization is faced with distrust. But, in a second moment (1950-1970), the same matter is seen in a more optimistic way. Furthermore, we can see in the author's texts an effort to shows the similarities between region and nation. To prove it, his researches approach the diversity of subjects who lived in the province and, also, by the ascendancy Azorean of the gaúcho. This nexus would be the main factor linking regional and national culture.

Key-words: identity, region, nation, representation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 A IDENTIDADE REGIONAL E O <i>LUGAR SOCIAL</i> DO INTELLECTUAL	32
1.1 O Regionalismo em debate: literatura, história e identidade	32
1.2 Os espaços de renovação dos estudos regionais	45
1.3 A inclusão de outros sujeitos na representação de uma região diversa	57
2 A MODERNIDADE BATE À PORTA: A REPRESENTAÇÃO DA TEMPORALIDADE E DA IDENTIDADE NA NARRATIVA NA DÉCADA DE 1940	68
2.1 Gênero e estilo da narrativa	68
2.2 O <i>primeiro tempo</i> da representação do passado de Athos Damasceno: as transformações na cidade dos <i>nossos antepassados</i>	82
2.3 As sacadinhas das <i>nossas avós</i> em perigo	92
3 A MODERNIDADE REPENSADA: A REPRESENTAÇÃO DA TEMPORALIDADE E DA IDENTIDADE NOS ANOS 1950-1970.....	101
3.1 O <i>segundo tempo</i> da representação do passado de Athos Damasceno	101
3.2 Os agentes do processo civilizador da cultura regional: a imprensa e o teatro	107
3.3 O <i>caráter</i> do humor local	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS	136
BIBLIOGRAFIA GERAL	139
ANEXO A	149
ANEXO B	150
ANEXO C	151

INTRODUÇÃO

Busco compreender o rio-grandense de um modo geral, não gosto de falar em gaúcho. A tradição, para mim, é lastro de cultura, e não ornamento. Quero-a racional e não sentimental, em termos de utilização empenhada e em caso algum de fruição gratuita.(FERREIRA apud SONDERMANN, 1974, p. 23)

O discurso identitário regionalista tem um grande potencial de adaptação e, em função disso, parece sempre atual. Sua persistência no tempo presente informando aspectos da vida cotidiana é flagrante e não é casual. A identidade regional gaúcha é frequentemente afagada e reivindicada na aproximação das efemérides farroupilhas, nas datas comemorativas em que o estado do Rio Grande do Sul exerceu algum tipo de protagonismo e, sobretudo, semanalmente nos estádios de futebol. O regionalismo sul-rio-grandense é motivo de riso, como no caso do jornal *O Bairrista*, no qual diariamente são atualizados gracejos do tipo: “Brazilian Day atrai pouco público no RS: festa dos imigrantes brasileiros não agrada população”¹ referindo-se ao desfile de 07 de setembro. Manifestações como esta demonstram que a construção social da identidade gaúcha é constantemente atualizada, reposta e evocada, tendo como tema recorrente a tensão entre autonomia e integração na relação com o Brasil (OLIVEN, 1992). Partindo desta realidade, a questão que se coloca ao pesquisador – ou mesmo ao simples curioso do passado regional – é a de como foi possível a constituição de um discurso tão aderente e, talvez não seja exagero dizê-lo, não raro passional, em relação ao pertencimento regional.

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a obra de um escritor que não se considerava *regionalista*. Entretanto, não é possível compreender sua escrita sem considerar o peso do regionalismo para sua geração. Athos Damasceno (1902-1975) preferia ser chamado de escritor. Nem poeta, nem romancista, nem historiador. Apenas escritor². Talvez seja mesmo a maneira mais adequada de se referir a um autor que, como tantos de sua época, se dedicou a muitas áreas. O escritor teve diversos vínculos, institucionais ou não. Integrou o “Grupo” da Globo, foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (a partir de 1957) e da Comissão Estadual do Folclore (1948). Foi servidor público estadual, com passagens pela

¹ BRAZILIAN Day atrai pouco público. Festa dos imigrantes brasileiros não agrada população. *Jornal O Bairrista*, 8 set. 2011. Disponível em: <<http://obairrista.com/noticia&codigo=483>>. Acesso em: 10 set. 2011.

² SONDERMANN, Susana. Entrevista com Athos Damasceno. *Herói é o homem de todos os dias. Correio do Povo*, Porto Alegre, 22 de dez. 1974, p. 23.

Secretaria do Interior e da Educação e Cultura³. Também foi, ocasionalmente, tradutor da Editora Globo e colaborador da Revista *Província de São Pedro*, da mesma editora.

Esta pesquisa se vale da categoria *regionalismo* a fim de compreender a representação do passado de Athos Damasceno. Para tanto, considerá-lo-á um autor que esteve envolvido em debates cujos objetivos eram a renovação da produção regionalista, que contribuiu para ela e que, tendo ele escrito sobre a região levando em conta novas possibilidades de abordagem do passado desta, pode ser considerado um autor regionalista, se pensarmos tal definição em um sentido ampliado. O termo é marcado por uma variedade de sentidos. Em razão disso, é necessário um esclarecimento sobre o significado a ele aqui atribuído.

Para a historiadora francesa Anne-Marie Thiesse (1995), o regionalismo não se desenvolve em oposição ao sentimento de identidade nacional, mas como forma consensual de reunião nacional. Assim, a representação regionalista é um elemento forte da identidade nacional, sendo que a valorização da diversidade do território não é exercida em contraposição, mas complementarmente à representação da nação como “una e indivisível”. Além disso, em termos *bourdianos*, o regionalismo pode ser definido como um campo de disputas, no qual se enfrentam grupos com diferentes posições e interesses (BOURDIEU, 2011).

Dessa forma, com base nestes autores, esta análise considera Athos Damasceno como um escritor *regionalista*. Justifica-se tal classificação pelo fato de que sua escrita opera em uma lógica de conformação de determinada identidade para a região e seus porta-vozes, construída em um campo de disputas entre diferentes grupos⁴. Assim, estabeleço como foco da análise a contribuição de determinada narrativa de pertencimento regional, no caso em questão, da escrita de Athos Damasceno, para a definição das relações com a nação, descentralizando a definição que circunscreve regionalismo a tudo o que se refere ao mundo rural. De modo mais direto, busco evidenciar que por Athos Damasceno não ter escrito sobre um Rio Grande do Sul rural não se pode concluir que ele estivesse alheio às recorrentes

³ Um breve comentário sobre a trajetória profissional do autor pode ser encontrado em César (1994).

⁴ Ao atentarmos aos diversos estudos acerca do fenômeno regionalista, podemos constatar a presença da constante tensão entre região e nação no discurso historiográfico, que, como é sabido, teve expressiva atuação na constituição das identidades, sejam elas nacionais ou regionais. Pelo menos desde os oitocentos a iniciativa de reforçar ou atenuar o pertencimento da região à nação vem preocupando os letrados do extremo sul do país, que, em geral, formularam tais questões no âmbito daquilo que nomeamos vagamente de *regionalismo*. Nesse sentido, em relação à produção historiográfica no século XIX no estado são referências para esta pesquisa os estudos de Lazzari (2004) e Boeira (2009).

tentativas de forjar um discurso de pertencimento regional – que, por certo, ambicionava um lugar para o estado no todo nacional⁵.

Nesse sentido, é importante retomar que, segundo Dante de Laytano (apud NEDEL, 2005, p. 474), Damasceno era um dos poucos entre seus contemporâneos que não era *regionalista*. No entanto, é necessário esclarecermos o que o autor e seus pares compreendiam por *regionalismo*, uma vez que a definição adotada nesta dissertação é bem mais ampla. Damasceno nem mesmo gostava de se referir ao *gaúcho*. Para ele o habitante do estado do Rio Grande do Sul era simplesmente rio-grandense. Suas reservas para com a questão foram explicitadas em uma querela com o poeta Vargas Netto, em 1932. Na ocasião, Athos defendia a necessidade de renovar a produção escrita sul-rio-grandense cujos temas levavam a uma representação da região circunscrita ao *gaúcho dos pampas*. Era necessário englobar nela o estudo das cidades e dos imigrantes, tornando-o “mais atual”.

No debate fica mais compreensível o cuidado no emprego do termo *gaúcho*: para Athos a expressão tenderia a limitar-se apenas ao habitante da região da Campanha do Rio Grande do Sul. *Regionalismo*, neste caso, seria aquela produção que teria por objeto apenas o gaúcho definido nestes termos. Na polêmica, Damasceno sustenta a necessidade de transformar o regionalismo, a fim de que o termo viesse a contemplar uma produção que pudesse dar conta da multiplicidade de objetos, temáticas e sujeitos inerentes à região. A história da capital também deveria estar incluída nessa nova perspectiva. As ideias da mocidade não foram plenamente concretizadas, e de 1932 até 1974, data da entrevista concedida a Sondermann (1974), muitos debates se travaram, inclusive no sentido de renovar a produção regionalista – o que de fato ocorreu em alguns aspectos. Mas o escritor que se empenhara no estudo da história do estado a partir do estudo do passado da cidade não chegou a ser considerado regionalista. Daí a afirmação de Laytano. Aos 73 anos, então, Damasceno continuava a manter suas reservas com o termo *gaúcho*.

⁵ Em relação ao uso da categoria regionalismo, é interessante a proposta de Fischer (2007). Ao questionar a centralização excessiva que o modernismo paulista ocupa na descrição da literatura e da cultura brasileira, o autor propõe o abandono das categorias regionalismo e modernismo e a adoção de divisões analíticas de obras literárias que as classifique em *tema rural* e *tema da cidade grande*. Fischer afirma que a categoria regionalismo, por ter assumido contornos pejorativos, implica na desvalorização dos escritores nela classificados. Cabe aqui, então, um esclarecimento quanto à manutenção de ambas as categorias para a compreensão da representação do passado de Athos Damasceno. Primeiramente, é necessário destacar que estou preocupada com a produção de *história* deste autor. Sendo assim, as questões apontadas em relação à subvalorização de escritores classificados como regionalistas em nome de uma estética “paulistocêntrica” não assumem, em princípio, as mesmas configurações em ambas as áreas. Por outro lado, entendo que pensar o regionalismo como um campo de disputas simbólicas para “fazer ver e crer” em determinada imagem da região, como sugere Bourdieu (2011), é um interessante procedimento de análise que permite transcender as divisões campo/cidade.

A proposta de abordagem desta dissertação é levar em conta que no decorrer do século XX houve uma ressignificação do regionalismo, tendo o próprio Athos Damasceno se inserido neste movimento. Sendo assim, não podemos utilizar a categoria de modo unívoco e homogêneo ao estudarmos a história da historiografia sul-rio-grandense. Se a compreendermos como a produção escrita, seja ela literária ou historiográfica, que se dedica à representação da região, o que invariavelmente leva à questão de seu espaço junto à nação, então é plausível considerarmos a representação do passado de Athos Damasceno como regionalista.

O recorte temporal aqui realizado estende-se da década de 1940 até os anos 1970 e justifica-se por ser este o período em que Damasceno dedica-se de modo mais enfático à pesquisa histórica. O problema deste estudo pode ser enunciado com um questionamento principal, inevitavelmente associado às relações entre região e nação: qual é o tipo de representação do passado regional elaborado na narrativa de Athos Damasceno?

Sendo assim, o conceito de *representação* é fundamental para este trabalho. De acordo com Paul Ricoeur (2007), o termo é carregado de uma rica polissemia e está presente em vários momentos da sua reflexão⁶. Sendo uma operação que evidencia a visada referencial do discurso histórico, a representação historiadora busca atender às expectativas do leitor, que procura no texto histórico um relato verídico acerca do passado. Em outras palavras, diferentemente do pacto entre um autor e um leitor de ficção, que se baseia na convenção de suspender qualquer expectativa de qualquer situação de um real extralinguístico e, em contrapartida reter o interesse do leitor, o autor e o leitor de um texto histórico “convencionam que se tratará de situações, de acontecimentos, encadeamentos, personagens que existiram realmente anteriormente, isto é, antes que tenham sido relatados” (RICOEUR, 2007, p. 289). Nesta situação, o interesse ou o prazer de leitura resulta “como que por acréscimo”. Dessa forma, será enfatizado aqui o uso da noção de *representação/representância* na etapa da *representação-operação*, termo utilizado por Paul

⁶ No capítulo “A Representação Historiadora” de *A Memória, a História, o Esquecimento*, Ricoeur explica o sentido que dá ao termo: “[...] À representação mnemônica segue-se no nosso discurso a representação histórica. Esta é a razão profunda da escolha do termo “representação” para denominar a última fase de nosso percurso epistemológico. Ora, essa correlação fundamental impõe ao exame uma modificação terminológica decisiva: a representação literária ou escriturária deverá deixar-se soletrar, em última instância como representância, a variação terminológica proposta enfatizando não só o caráter ativo da operação histórica, mas também a visada intencional que faz da história a herdeira erudita da memória e sua aporia fundadora. Assim, será fortemente enfatizado o fato de que a representação no plano histórico não se limita a conferir uma roupagem verbal a um discurso cuja coerência estaria completa antes da sua entrada na literatura, mas que constitui propriamente uma operação que tem o privilégio de trazer à luz a visada referencial do discurso histórico.” (RICOEUR, 2007, p. 248)

Ricoeur para designar a terceira fase da operação historiográfica, nomeada por ele de literária ou escriturária. Procuo, com isso, compreender como se manifesta na representação de Athos Damasceno o cumprimento do *pacto de leitura* e quais são as relações que se estabelecem entre referencialidade e prazer de leitura nos textos do autor.

Decorre do problema aqui proposto a atenção à constituição e, sobretudo, às transformações pelas quais passou a produção regionalista no estado sulino, porquanto há uma clara relação entre a narrativa do autor e as representações da região elaboradas por estes estudos. Esta é também uma forma de acompanhar como a bibliografia publicada pelos letrados sulinos contribuiu para a constituição do regionalismo enquanto manifestação cultural, indicada no primeiro parágrafo desta introdução. Nesse sentido, de acordo com Luciana Boeira (2009), a história da construção mental que deu significado ao homem sulino como herói rio-grandense e o investimento da história regional em promovê-lo como o mítico grande homem do Rio Grande podem ser percebidos nos discursos dos letrados e políticos da segunda metade do século XIX, que compunham o setor mais influente da sociedade. Desse modo, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (1860-1863) é possível observar a constituição de um discurso “valoroso” e “guerreiro” para a região (BOEIRA, 2009). Na condição de primeira instituição afiliada do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em solo nacional, o Instituto assumiu a missão de integrar o passado glorioso do Rio Grande de São Pedro à história geral do Império. Está claro que, apesar desse propósito geral, o sentimento de pertencimento regional estava muito presente na fala dos letrados da época.

Após a tentativa do IHGPSP, teve início o empreendimento dos letrados da Sociedade Partenon Literário (1868-1885), os quais, através das páginas da *Revista do Parthenon Literário* (1869-1879), construíram uma literatura “genuinamente rio-grandense”.⁷ Segundo a autora, a instituição defendeu um nacionalismo autonomista para o país, valorizando os habitantes da terra sulina e, a partir da história destes, produziu um passado heroico e guerreiro, mas também “civilizado” e “ilustrado” para a Província.

⁷ Athos Damasceno (1975), em sua *Imprensa Literária de Porto Alegre no século XIX*, dedica algumas páginas ao empreendimento do Partenon. Embora reconheça que a iniciativa dos “animadores” da *Revista* tenha concorrido para a crescente autonomização da literatura na província com seus primeiros ensaios regionalistas, afirma que não produziram uma literatura que formasse a “essência de uma cultura local” (tal qual produziria Simões Lopes Neto): “Nada mais fazíamos do que recolher as receitas de uma civilização a que pertencêramos no passado e da qual nos afastávamos cada vez mais, por força de novos padrões de existência que a América nos impunha.” (FERREIRA, 1975, p. 62).

Letícia Nedel (2005), por sua vez, localiza entre meados do século XIX e os anos trinta do século XX a primeira fase de invenção do acervo sul-rio-grandense de especificação regional⁸. Tal processo se deu com a apropriação, por letrados eruditos (do Partenon Literário, por exemplo), dos valores ligados a grupos e ordens culturais iletradas, em um jogo de aproximações e distanciamentos estratégicos, tanto em relação ao *gaucho* platino quanto aos tipos representativos das demais regiões brasileiras⁹.

No momento seguinte, com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, em 1920, os historiadores vinculados à instituição trataram de investir na configuração da imagem do gaúcho “sentinela do Brasil”, descendente dos heróis militares e baluartes da resistência da ameaça vinda da fronteira. A ênfase é na ascendência lusitana dos sul-rio-grandenses. Nesse sentido, há um ponto de contato entre a narrativa de Athos Damasceno e a do IHGRGS. Neste período, o escritor era ainda um jovem identificado, principalmente, com a poesia, mas em menos de uma década surge o Athos preocupado com o passado regional, de tal modo que as investigações acerca deste passado se tornam o centro de seu trabalho. Ao contrário do Instituto, entretanto, o escritor estará completamente atento à história da cultura no estado e bastante distanciado da história militar e heroizante largamente praticada na instituição. Para auxiliar a compreender melhor suas preferências teóricas e temáticas, é importante percorrermos as alterações na produção regionalista em voga a partir dos anos 1920, a começar pela mudança observada em outras regiões.

Segundo Albuquerque Jr. (2001), no início do século XX se deu o ápice da emergência de um *novo regionalismo*, que extrapolou as fronteiras dos estados e que buscava o

⁸ Esse acervo é identificável na prosa jornalística, histórica e literária, revelando grande capacidade de permanência e, de modo geral, é composto por: “*um hino e de uma bandeira* (Farroupilhas), de *um linguajar típico* (variação açoriana do português, enriquecida de expressões vindas do trabalho nas estâncias, comuns a sul-riograndenses e castelhanos), de *mitos e de heróis ancestrais* (o gaúcho, soldado e trabalhador do campo), de *monumentos* para representá-los e aos ideais políticos que eles teriam legado (as estátuas de Bento Gonçalves e Osório, o monumento a Julio de Castilhos; perto dali, o Museu abrigado na casa do patriarca, os bustos dos “santos de Augusto Comte” na fachada da Biblioteca Pública, a capela Positivista da avenida João Pessoa), de *certas especialidades gastronômicas* – a carne bovina, consumida à larga e capturada com o auxílio de seu *animal alegórico*, o cavalo; o mate (herança de ancestrais indígenas); *certos textos canônicos* (os relatos de viajantes, as memórias de administradores, *Antônio Chimango*, os contos de Simões Lopes Neto) e, finalmente, – de uma *designação gentílica* que, neste caso, coincide com o nome do herói fundador.” (NEDEL, 2005, p. 103)

⁹ Conforme Nedel (2005), inicialmente, os autores ocupados da estilização literária dos costumes do Rio Grande de São Pedro, ainda que se valessem da temática farroupilha na ambientação de suas histórias, negligenciaram a exploração do linguajar gaúcho em detrimento da “boa gramática” e do linguajar culto. Na literatura de então havia um esforço para integrar o “campeiro” rio-grandense à narrativa da nação em formação. Dessa forma, a atenção à linguagem e aos costumes populares da Campanha só se generalizou nos anos imediatamente anteriores ao advento do Modernismo. Este é o caso da obra do escritor pelotense João Simões Lopes Neto.

agrupamento a um espaço maior¹⁰. O regionalismo deste período refletia as diferentes formas de se perceber e representar o espaço nas diversas áreas do país¹¹. Despontou uma nova forma de olhar e um novo objeto para ser visto. Emergiu aí uma nova formação discursiva, nomeada pelo autor como *formação discursiva nacional-popular* (anos 1920) que reservava para o regional uma posição subordinada¹². Em função da crescente pressão para se conhecer a nação, formá-la e integrá-la, os diferentes discursos regionais confrontaram-se na tentativa de fazer com que “os costumes, as crenças, as relações sociais, as práticas sociais de cada região que se institui neste momento, pudessem representar o modelo a ser generalizado para o restante do país.” (ALBUQUERQUE Jr., 2001, p. 48). Buscava-se, portanto, a imposição da hegemonia de um discurso regional localizado aos demais estados do país. É o momento do movimento modernista.

O modernismo foi bastante significativo na trajetória de Athos Damasceno, tendo ele inclusive participado do corpo editorial da Revista Máscara (1926), órgão do grupo modernista no estado (GOLIN; RAMOS, 2007). Outra situação que indica a influência do movimento no percurso de Damasceno pode ser encontrada em sua correspondência pessoal. Em carta enviada por Lígia Chiappini Leite, que o havia entrevistado durante sua pesquisa de doutorado, o autor recebe a entrevista transcrita para confirmar as informações¹³. Entre as afirmações de Damasceno em relação ao modernismo no Rio Grande do Sul está a de que a polêmica de 1932, com Vargas Netto, poderia ser relacionada às “ideias novas”. De fato, na ocasião da querela, a argumentação de Athos é toda no sentido de chamar a atenção para a intensa modernização da cidade e seus potenciais efeitos na forma como se devia narrar a região. Nesse sentido, é apropriada para o caso em questão a reflexão de Fernando Nicolazzi (2008) sobre o contexto intelectual brasileiro das primeiras décadas do século XX. Conforme o autor, havia uma sensação de desordem temporal e um lapso de tempo entre sociedade e

¹⁰ Para Albuquerque Jr. (2001), o *antigo regionalismo* surge na segunda metade do século XIX, paralelo à construção da nação e à determinação da centralização política do império. A partir da imposição da ideia de pátria, houve grande reação nas diferentes partes do país. Este *antigo regionalismo* considerava as diferenças entre os espaços do país como um reflexo imediato da natureza, do meio e da raça. Desse modo, as diferenças de clima, vegetação e composição racial da população esclareciam a psicologia dos diferentes tipos regionais, servindo como explicação para as variações de costumes, hábitos, práticas sociais e políticas.

¹¹ O centro-sul, principalmente São Paulo, passava por mudanças significativas nos campos econômico e técnico, como a industrialização, a urbanização, a imigração em massa e o fim da escravidão. Além disso, as inovações trazidas pelo Modernismo se desdobraram em novas concepções acerca da sociedade, da modernização e da modernidade (ALBUQUERQUE JR., 2001).

¹² Segundo Albuquerque Jr., uma das reações a esse processo foi a emergência do Regionalismo Tradicionalista, que teve em Gilberto Freyre um de seus expoentes. Esta leitura da região buscava “[...] a unidade do todo, a partir da observação profunda de suas partes fragmentadas. Ele surge das práticas políticas que levam à descoberta da região como uma arma contra a excessiva centralização política e econômica, uma reação aos processos centralizadores do desenvolvimento capitalista.” (ALBUQUERQUE Jr., 2001, p.87).

¹³ LEITE, Lígia Chiappini. São Paulo, 1971. In: Arquivo Athos Damasceno Ferreira/IHGRGS, correspondência passiva/outros estados.

história. Profundas diferenças e lapsos de tempo separavam a cultura brasileira da civilização ocidental. Passado e futuro coexistiam de maneira caótica no presente. Progresso e tradição coabitavam em estruturas sociais arcaicas.

É nessa atmosfera, de certa maneira angustiante, que surge o modernismo. Segundo Eduardo Jardim de Moraes (1988), a modernização exaltada a partir de então era percebida como atualização do Brasil em relação às “nações civilizadas”.¹⁴ Contudo, existia a noção (sobretudo a partir de 1924, na segunda fase do movimento) de que a modernização da cultura só se viabilizaria se estivesse assentada em tradições nacionais caracterizadas como populares¹⁵.

No Rio Grande do Sul, a Semana de Arte Moderna de 1922 desencadeou uma série de debates e polêmicas acerca de temas como brasilidade, regionalismo e arte moderna, bem como sobre o papel do intelectual sul-rio-grandense ante a modernização (VIANNA, 2006). O futuro identitário do homem do pampa em tempos de progresso estava em questão¹⁶. Segundo

¹⁴ Por seu turno e enfatizando outro aspecto da questão, Velloso (1993) aponta que o pós-Primeira Guerra Mundial levou a alterações fundamentais na forma de se pensar o Brasil. A crise de valores do cenário europeu manifestou-se no país com a evocação, pelos intelectuais, do discurso da *nova versus a velha* civilização. Era necessário que o jovem Brasil superasse o atraso e a dependência cultural. O mito cientificista do progresso indefinido caíra por terra. A decadência da civilização europeia era interpretada como o advento de uma nova Era, na qual a América exerceria o papel de líder mundial. O surgimento do movimento modernista relaciona-se à busca por expressar simbolicamente o fluxo da vida moderna. A *Paulicéia Desvairada* (1922), de Mário de Andrade, representa bem o espírito do período. São Paulo é a imagem da modernidade e do país do futuro.

¹⁵ Conforme Velloso (1993), na medida em que o modernismo confere notória importância ao folclore e aos costumes das diferentes regiões culturais brasileiras, ele introduz uma nova concepção do regional. As diferenças regionais brasileiras passam a ser vistas como “partes de uma totalidade corporificada pela nação. A perspectiva de análise é extrair do singular os elementos capazes de informar o conjunto. Portanto, a noção de conjunto cultural é que deve direcionar a pesquisa do regional” (VELLOSO, 1993, p. 97). Os modernistas criaram uma nova versão sobre a formação étnica brasileira, inovadora em relação à clássica teoria da “trindade racial” composta pelo branco, o negro e o índio. Um exemplo disso é o lugar especial reservado à imigração. De modo geral, a imigração era vista como elemento passível de ser integrado pela cultura nacional, não sendo uma ameaça. O grupo dos verde-amarelos, por exemplo, defende “o ‘nacionalismo integralizador’, apontando a influência estrangeira, se reduzida ao denominador comum da nacionalidade, como benéfica ao país. O imigrante é sempre visto como elemento integrável, capaz de contribuir para o enriquecimento da nação.” (VELLOSO, 1993, 106)

¹⁶ Outro exemplo de polêmica influenciada pelo modernismo foi o debate entre Rubem de Barcellos e Moysés Vellinho (1926). O objeto da discussão foi o livro de Alcides Maya intitulado *Ruínas Vivas*, publicado em 1910. A polêmica teve início quando Vellinho, sob o pseudônimo de Paulo Arinos, criticou Maya e Barcellos saiu na defesa do autor de *Ruínas Vivas*. Inicialmente, a divergência entre os críticos se centrava nos critérios legítimos para a representação literária da sociedade regional. Em sintonia com os modernistas de 1922, Vellinho criticava o saudosismo de Maya, entendendo ser esta uma atitude inadequada à abordagem do passado bem como seu estilo academicista. Para representar a região, seus *verbalismos* eram inadequados. Como assinala Rodrigues (2006), o crítico denunciava a desconformidade entre linguagem, estilo e objeto na obra de Maya e questionava a relação entre experiência e expectativa que deveria ser de esperança, e não de destruição.

Lígia Chiappini Leite (1978), na década de 1920 havia um projeto explícito de renovação da produção regionalista entre a intelectualidade sul-rio-grandense¹⁷.

O impacto do modernismo na narrativa de Athos Damasceno pode ser associado à grande atenção que o autor confere, a partir dos anos 1930, à modernização da cidade, aos imigrantes e às manifestações culturais dos ascendentes açorianos¹⁸. As três temáticas convergiam para uma representação da região vinculada culturalmente à nação, de modo que a identidade regional fosse intimamente atrelada à identidade nacional. A partir dos anos 1940 se observa com maior nitidez os esforços do autor neste sentido. Também é neste momento que os porto-alegrenses experimentam mais intensamente a modernização do espaço urbano (MONTEIRO, 2006).

A propósito desta temática, é interessante mencionar a reflexão de Marshall Berman (1986) segundo a qual na *modernidade* todos os indivíduos são movidos, ao mesmo tempo, pelo desejo da mudança – de si e do mundo – e pelo terror da desorientação e da desintegração. Dessa forma:

A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo o que é sólido desmancha no ar”. (BERMAN, 1986, p. 15)

Conforme o autor, no século XX este processo de modernização se expande a ponto de abarcar virtualmente o mundo todo. Dessa maneira, a ideia de modernidade, concebida em inúmeros e fragmentários caminhos, perde muito de sua nitidez e profundidade tornando-se incapaz de organizar e dar sentido à vida das pessoas.

¹⁷ A partir da análise dos principais livros de contos publicados por volta de 1925 e da comparação entre Simões Lopes Neto (modelo a ser seguido) e Alcides Maya (modelo a superar), Chiappini (1978) constatou o “fracasso” quase total, na prática, na proposição de um regionalismo renovado. Para Chiappini, a presença do Modernismo no Rio Grande do Sul é verdadeira quanto aos fatos verificados: a constituição de um grupo que reunia os escritores, a criação de uma revista e de uma página literária no Diário de Notícias e o envolvimento em discussões de ideias de vanguarda e em polêmicas. Quanto às obras produzidas, porém, sua presença não é propriamente verdadeira (do ponto de vista estético).

¹⁸ Outro movimento que colabora para a compreensão da narrativa de Athos Damasceno é o movimento folclórico, estudado por Letícia Nedel (2005). Este vínculo será explorado no capítulo I.

Outro pensador que auxilia na compreensão do fenômeno da modernidade é Anthony Giddens (2002)¹⁹. Ao buscar explicar a modernidade ele afirma que, em diversos aspectos fundamentais, as instituições modernas apresentam descontinuidades com as culturas e modos de vida pré-modernos. Daí ser uma marca fundamental da era moderna o seu extremo dinamismo: “O mundo moderno é um ‘mundo em disparada’: não só o ritmo da mudança social é muito mais rápido que em qualquer sistema anterior; mas também a amplitude e a profundidade com que ela afeta práticas sociais e modos de comportamento preexistentes são maiores.” (GIDDENS, 2002, p. 21-22)

Na outrora pacata capital da Província, em meados do século XX, o *processo de modernização* citado por Berman parece iniciar sua marcha²⁰. Está claro que é uma marcha tímida se comparada à das metrópoles do período. Também é evidente que não podemos afirmar que a Porto Alegre de então experimentava a “anulação das fronteiras” descritas por Berman. Todavia, ao analisarmos as narrativas dos intelectuais de então, entre eles Athos Damasceno, podemos observar que a sensação de *inconstância*, característica da modernidade, está sendo experienciada neste momento. O fenômeno descrito por Berman e Giddens, portanto, pode ter influenciado sobremaneira a escrita de Damasceno sobre o passado e o presente da região. A hipótese é de que, a partir dos anos 1940, o autor dá vazão às suas reflexões gestadas já desde os anos 1930 acerca do impacto da modernidade e suas consequências manifestas na modernização e urbanização da cidade. A sua representação do passado da cidade tem como ponto de partida uma atmosfera de rápida transformação dos espaços e das relações sociais. Sendo assim, parece-me que a convergência destes processos contribui para o advento de duas grandes questões na representação do passado no autor: a da *identidade* dos sul-rio-grandenses e a *das relações da sociedade com o tempo*.

Acerca da primeira questão, é fundamental atentarmos para o seu conceito. De acordo com Hall (2006), ele “é demasiado complexo, pouco desenvolvido e pouco compreendido pela Ciência Social contemporânea” (p. 87). Porém, a despeito da complexidade do termo identidade, o autor formula três concepções acerca dele. A concepção do sujeito: 1) do

¹⁹ O estudioso emprega o termo “modernidade” em um sentido geral para referir-se às instituições e aos modos de comportamento estabelecidos pela primeira vez na Europa depois do feudalismo, mas que no século XX se tornaram mundiais em seu impacto.

²⁰ Estou ciente de que a Porto Alegre da primeira metade do século XX era acanhada segundo os padrões urbanos vigentes. No entanto, segundo Pesavento (1995), e pelo que se depreende da análise de Damasceno, a cidade “é referida pelos contemporâneos como metrópole, vivenciando um ‘ritmo alucinante’ de ‘progresso’ e desenvolvimento” (1995, p. 282-283). A autora afirma que, mesmo não sendo factualmente uma “metrópole”, a capital é *sentida* pelos escritores como tal. Esta afirmação orientará minhas considerações no capítulo dois.

Iluminismo; 2) Sociológico e 3) Pós-moderno. Para os propósitos desta introdução, cabe aprofundar a caracterização dos dois últimos²¹.

A noção de *sujeito sociológico* refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que esse núcleo interior do sujeito não era autônomo e autossuficiente, tal como o sujeito do Iluminismo era compreendido, mas era formado na relação com “outras pessoas importantes para ele” (HALL, 2006, p.11), que mediavam para o sujeito valores, sentidos e símbolos – a cultura – dos mundos que ele/ela habitava. Esta é, pois, uma concepção “interativa” da *identidade* e do *eu*. De acordo com essa visão, que se tornou a concepção sociológica clássica da questão, a identidade é formada na “interação” entre o *eu* e a *sociedade*. Entende-se que o sujeito tem um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este é formado e modificado em diálogo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem.

Segundo Hall, este modelo sociológico interativo, com sua reciprocidade estável entre “interior” e “exterior”, é, em grande parte, um produto da primeira metade do século XX. Ocorre que, exatamente no mesmo período, “um quadro mais perturbador do sujeito e da identidade estava começando a emergir dos movimentos estéticos e intelectuais associado com o surgimento do Modernismo” (HALL, 2006, p.32-33). Neste quadro:

Encontramos, aqui, a figura do indivíduo isolado, exilado ou alienado, colocado contra o pano-de-fundo da multidão ou da metrópole anônima e impessoal. Exemplos disso incluem a famosa descrição do poeta Baudelaire em “Pintor da vida moderna”, que ergue sua casa “em meio ao ir e vir dos movimentos, em meio ao fugidio e à multidão”, entra na multidão “como se fosse um imenso reservatório de energia elétrica”; o *flaneur* (ou o vagabundo), que vagueia entre as novas arcadas das lojas, observando o passageiro espetáculo da metrópole que Walter Benjamin celebrou no seu ensaio sobre a Paris de Baudelaire [...]. Várias dessas “instâncias exemplares da modernidade”, como as chama Frisby, povoam as páginas dos principais teóricos sociais da virada do século [...] todos os quais tentaram capturar as características essenciais da modernidade em ensaios famosos [...]. Estas imagens mostraram-se proféticas do que iria acontecer ao sujeito cartesiano e ao sujeito sociológico na modernidade tardia (HALL, 2006, p. 31-32)

²¹ Em relação ao sujeito do Iluminismo, Hall afirma que “estava baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência, de ação, cujo ‘centro’ consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo – contínuo ou ‘idêntico’ a ele – ao longo da existência do indivíduo. O centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa [...] pode-se ver que essa era uma concepção muito ‘individualista’ do sujeito e da sua identidade.” (HALL, 2006, p. 10-11)

Está claro que o autor refere-se a uma situação experimentada, principalmente, pela Europa Ocidental, mas as definições de identidade por ele propostas talvez possam ser utilizadas para compreender a atmosfera em que se processa a representação do passado de Athos Damasceno. A proposta é de que o sujeito narrado por Damasceno pode ser definido como *sociológico*, tal qual descrito por Hall. A situação de intensa modernização da cidade, entretanto, leva o historiador a visualizar “imagens proféticas” tais como as citadas no excerto acima e, de certa forma, a recriar uma possível descontinuidade entre *identidade e passado*, ruptura esta característica do sujeito da modernidade tardia de Hall. Esta questão será aprofundada no capítulo dois, com base, principalmente, no livro *Imagens Sentimentais da Cidade* (1940), no qual se tornam evidentes os receios do autor no que toca ao surgimento da “multidão” indiferente ao passado da cidade. A problemática da identidade está imbricada às relações da sociedade com o tempo, também objeto das preocupações de Athos Damasceno.

De acordo com Monteiro (2006a) na década de 1940 a sociedade porto-alegrense experimentava uma “aceleração da temporalidade”. A experiência do fenômeno teria gerado na população local uma demanda de memória, contemplada na obra dos intelectuais que escreviam sobre a cidade, tais como o cronista Nilo Ruschel, objeto de sua reflexão²². Segundo o autor, a Porto Alegre dos anos 1940-1970 passou por diversas transformações na paisagem urbana e na forma de gestão do espaço. No período houve um grande crescimento da população urbana e da área da cidade, que se estendeu e alcançou municípios vizinhos, integrando-os através de um processo de *conurbação*. Esse movimento foi acompanhado pela verticalização da cidade através da construção de edifícios, de escritórios e de apartamentos, na área central. Foi uma época de diversas reformas urbanas realizadas pelo poder público, acompanhadas de uma série de desapropriações e demolições.

Maronezze (2007), por sua vez, aborda os conflitos entre tradição e modernidade suscitados neste novo cenário. Ao atentar aos relatos de memória de autores como Theodomiro Tostes, companheiro de geração de Athos, publicados nos anos 1970, o autor sugere a ocorrência de um declínio das ideias ligadas ao moderno e à sua temporalidade. Isso se dá em função do impacto do “tempo eletrônico”, entre outros fatores, o qual altera

²² Nesse sentido é interessante a interpretação de Ricoeur (2007) que, ao refletir sobre as causas da fragilidade da memória (que leva à manipulação da memória manifesta em excesso, abuso e, às vezes, à sua insuficiência) aborda a questão em termos de um cruzamento entre a problemática da memória e da identidade. Assim, é a partir da problemática da identidade que ele busca as causas da fragilidade da memória. Para o autor, duas causas da *fragilidade da identidade* seriam a sua difícil relação com o tempo, uma vez que esta é uma “dificuldade primária que, precisamente, justifica recurso à memória, enquanto componente temporal da identidade, juntamente com a avaliação do presente e a projeção do futuro” e o confronto com outrem, percebido como uma ameaça: “é um fato que o outro, por ser outro, passa a ser percebido como um perigo para a identidade própria, tanto a do nós, como a do eu.” (RICOEUR, 2007, p.94)

profundamente a ideia de cidade enquanto lugar do encontro público e suas sociabilidades. Desse modo: “O conjunto da pesquisa sugere, então, que o projeto de cidade moderna, a metrópole acalentada em Porto Alegre na primeira metade do século XX, transfigura-se com a mudança do regime de historicidade.” (MARONEZZE, 2007, p. 15).

A afirmação de que estaria ocorrendo uma mudança no *regime de historicidade* (HARTOG, 2003) na Porto Alegre da segunda metade do século XX talvez seja precipitada. A minha hipótese, elaborada a partir da análise da narrativa de Athos, é de que este é um momento em que as relações da sociedade com o tempo entraram em crise. Talvez esteja em questão, portanto, aquilo que François Hartog (2003) descreve como um período em que o *regime de historicidade* dominante está sendo questionado, o que não pressupõe necessariamente o seu encerramento. Dessa maneira, perguntar sobre a relação que Athos evidencia, em sua representação do passado, com o *tempo*, contribuiria para apontar uma entre tantas possíveis concepções de tempo que estariam coexistindo na sociedade porto-alegrense do século XX.

A fim de introduzir os referenciais teóricos aqui privilegiados, é necessária uma reflexão sobre as abordagens com as quais este estudo busca estabelecer uma interlocução e aquelas com as quais estabelecerá um distanciamento. Em relação à segunda possibilidade, no que toca à historiografia sul-rio-grandense, busca-se problematizar os limites das pesquisas que, segundo Nedel e Rodrigues (2005), tiveram dois objetivos centrais: elaborar um recenseamento de autores e obras e analisar as relações entre prática historiográfica e os processos de “cooptação ideológica”.

As primeiras análises da produção de autores como Moysés Vellinho, Mansueto Bernardi, Darcy Azambuja e Othelo Rosa, que estiveram agrupados em torno do IHGRGS²³, buscavam estabelecer um rompimento com a tradição historicista destes pesquisadores. A maioria das análises, no entanto, fornecia “mais um desmentido que uma tentativa de

²³ A tradição historiográfica desenvolvida pelos sócios do Instituto, que contribuiu para a especialização da História no estado, é marcada pela concentração no tema das “origens”. A erudição documentária na qual baseavam suas pesquisas pressupunha o entendimento do objeto como uma realidade externa a qualquer problemática levantada pelo pesquisador. O documento, dessa forma, era o fiel depositário da verdade, assegurador da objetividade dos estudos históricos. De acordo com Nedel e Rodrigues, o saber assim produzido “apenas conciliava o necessário teor ‘verídico’ das narrativas às funções seletiva e afetiva – não crítica – da memória, enquanto instância de sacralização do passado.” (2005, p.166). Com isso, as pesquisas do IHGRGS concederam aos agentes da conquista lusitana e aos próceres farroupilhas o título de “fundadores do Rio Grande”.

explicação à legitimidade desfrutada pelo ‘mito’ do gauchismo e seus derivados” (NEDEL; RODRIGUES, 2005, p. 166).²⁴

As autoras propõem que, ao invés de reputar esta produção como “inverídica”, talvez seja mais interessante “perguntar como essa construção ideal das propriedades da região se processou, de modo a adquirir feições de perenidade, naturalidade e um extremo potencial de adesão subjetiva entre diferentes grupos e áreas do estado.” (NEDEL; RODRIGUES, 2005, p. 170). Para compreender a questão, seria mais profícuo tomar o discurso dos personagens envolvidos na “profissão” histórica no estado como o de “enquadramento” de uma memória oficial, em constante processo de revisão e construção, sujeita a disputas, pluralidades e contradições. É dessa maneira que esta pesquisa busca oferecer uma contribuição ao estudo da historiografia sul-rio-grandense. Ao eleger como problema de pesquisa a análise do tipo de representação do passado elaborada por Athos Damasceno Ferreira, pretende-se compreender como este autor constrói a sua representação da região, considerando que, ao mesmo tempo em que rompe com as outras imagens da região até então constituídas, preserva traços comuns para com elas.

Dessa forma, em relação ao estado da pesquisa sobre a história do Rio Grande do Sul no período em que Athos passou a se dedicar aos estudos históricos, é importante ressaltar que ele foi incluído por Nedel (2005) em um grupo de pesquisadores que defendia a diversificação relativa dos temas de pesquisa, a incorporação do linguajar e a contribuição étnica de negros e indígenas, bem como de seu folclore e sua religiosidade²⁵. Entre estes autores estão os nomes de Dante de Layano, Manoelito de Ornellas e Walter Spalding.

A partir deste novo olhar, o que se observa nos anos 1940 e 1950 é o aporte de importantes mudanças no panorama intelectual do estado, visto que surgem abordagens diferenciadas sobre a sua história e ocorre o alargamento do campo de atuação de pesquisadores. Apesar destas evidentes aproximações, no entanto, é necessário destacar a especificidade de Athos em relação a este grupo, no sentido de que ele é um dos poucos a escolher a *cidade* e a *cultura* que nela se desenvolveu como objeto de pesquisa e *locus* privilegiado de busca pelos elementos que pudessem conferir brasilidade à região. Subjacente à escolha, parece-me, encontra-se a intencionalidade de explorar o processo de modernização

²⁴ Exemplos destas análises seriam a coleção *Os gaúchos*, lançada no início dos anos 1990 e não diretamente voltada ao público acadêmico, as obras e artigos formados pela coleção *Documenta*, publicados pela editora Mercado Aberto, a dissertação de Mestrado de Marlene Medágli Almeida (defendida em 1983 na UFRGS) – *Introdução ao Estudo da Historiografia Sul-rio-grandense: inovações e recorrências do discurso oficial (1920-1935)* e a tese de doutorado de Ieda Gutfreind (USP, 1989) – *A construção de uma Identidade: a historiografia sul-rio-grandense de 1925 a 1975*.

²⁵ No caso de Athos Damasceno, como veremos ao longo deste estudo, a atenção à contribuição dos indígenas é bastante marginal.

da região desde o século dezenove até meados do século vinte. Esta era a face da região a ser destacada. Não um gaúcho congelado nos pampas, mas um sul-rio-grandense que experimentou um longo processo de transformações, mudando também (mas não completamente) e se adaptando aos novos tempos.

A temática desta pesquisa vincula-se, pois, aos debates mais recentes acerca da teoria da história e aos estudos sobre a historiografia brasileira e sul-rio-grandense que buscam uma perspectiva de análise que privilegia os conceitos e contextos²⁶. Ao ocupar-se de questões referentes à produção do conhecimento histórico, esta dissertação insere-se na área da historiografia, buscando contribuir para a discussão em torno da compreensão da historicidade do ofício do historiador e da disciplina histórica, visto que, de acordo com Guimarães (2000), a historiografia enquanto área específica de conhecimento e pesquisa dentro da disciplina histórica pode contribuir para repensar a historicidade da disciplina: “É preciso que a própria escrita da história se submeta ao rigor do exame crítico como forma de dessacralizarmos uma memória construída acerca desta mesma escrita.” (GUIMARÃES, 2000, p. 22).

Ao buscar o afastamento da chamada *historiografia crítica* dos anos 1980, esta dissertação se valerá de perspectivas mais recentes (sobretudo a partir dos anos 2000) que vêm sendo elaboradas de forma diversa, nas quais os textos deixam de ser meros pretextos, para se tornarem o núcleo central da investigação (GUIMARÃES, 2000). O tipo de análise aqui exposta por meio das palavras de Guimarães, por seu turno, está associado a um debate maior desenvolvido durante a década de oitenta, que incentivou as aproximações entre historiografia e epistemologia. Nesse sentido, Pierre Nora (1993) afirma, em seu texto publicado originalmente na década de oitenta intitulado *Les lieux de mémoire*, que o despertar de uma consciência historiográfica na França é um dos sinais de um arrancar da história da memória. Com o nascimento de uma preocupação historiográfica, a disciplina ingressa em sua “era epistemológica” e empenha-se “em buscar em si mesma o que não é ela própria, descobrindo-se como vítima da memória e fazendo um esforço para se livrar dela” (NORA, 1993, p. 10).

²⁶ Alguns exemplos dessa perspectiva são as pesquisas de Nedel (2005), Rodrigues (2006), Boeira (2009), Silva (2010) e Antonioli (2011). Com relação à área da historiografia no país, nos estudos mais recentes vêm sendo aprofundadas as relações entre escrita da história e representação. Para o caso nacional, cito Manoel Salgado Guimarães (1988) e Temístocles Cezar (2003, 2004), os quais contemplam de maneira privilegiada a historicidade das teorias, dos métodos, técnicas e estratégias de legitimação intelectual das escritas às quais se detêm.

O movimento reflexivo dos anos 1980 já foi comentado por François Hartog²⁷, segundo o qual é a partir de então que ocorre uma maior conexão entre os termos historiografia e epistemologia, constituindo-se uma espécie de “epistemologia histórica” ou uma “historiografia epistemológica”, na qual um termo completa o outro a fim de elaborar uma abordagem que privilegia os conceitos e contextos, as noções e os meios, “mais vigilante às sirenes dos reducionismos” (HARTOG, 2000, p. 81-82). De acordo com Oliveira (2006), a união dos termos sinaliza a possibilidade de uma história da história em que obras e autores são tomados como objetos de uma reflexão teórica sobre as condições que presidem a construção do saber historiográfico. Uma das tarefas dos estudos realizados neste campo seria, portanto, responder à questão colocada por Michel de Certeau (1982, p. 17): “O que fabrica o historiador quando faz história?”

O historiador francês, que introduz a noção atualmente clássica de *operação historiográfica* (CERTEAU, 1982) será um dos referenciais teóricos centrais desta pesquisa, visto que é justamente o texto de Athos Damasceno a fonte principal desta dissertação. Além disso, será considerada aqui a releitura desta operação proposta por Paul Ricoeur (2007).

De acordo com Certeau (1982), encarar a história como uma operação significa que devemos compreendê-la como a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura). Para o autor, cada lugar de onde o discurso do historiador se articula possui as *leis* do meio, que de certa forma regulam o trabalho do historiador²⁸. Antes de saber o que a história diz de uma sociedade, é necessário saber como funciona dentro dela. A função do lugar é tornar possíveis certas pesquisas, em função de conjunturas e problemáticas comuns, e impossibilitar outras. Sendo assim, um estudo particular é definido pela relação que mantém com os contemporâneos e com as problemáticas exploradas pelo grupo e os pontos estratégicos que a constituem.

Levando isso em conta, será indagado qual era e como se estruturava o *lugar social* de onde Damasceno produzia seus textos, tendo em vista que o sentido que o historiador dá a sua

²⁷ Em uma perspectiva crítica sobre a obra de Nora, François Hartog (1997) interroga sua interpretação sobre a história da França e o projeto cultural que a sustenta. Assim, esse movimento reflexivo seria uma falência dos grandes paradigmas explicativos dos anos 1960 (OLIVEIRA, 2006, p. 5). Hartog introduz a noção de *regime de historicidade* como sendo uma “formulação sábia da experiência do tempo que, em retorno, modela nossos modos de dizer e de viver o nosso próprio tempo.” (HARTOG, 1997, p.8). Nos anos 1980, quando da escrita dos *Lieux*, o regime *moderno de historicidade*, caracterizado pelo *futurismo*, estava em crise. Observa-se, ao longo do século XX, uma progressiva invasão de um presente cada vez mais inchado. Passou-se do *futurismo* para o *presentismo*. Hartog conclui que a obra de Nora é sintomática do *presentismo*.

²⁸ A afirmação de que toda a pesquisa historiográfica está ligada a um lugar de produção não quer dizer que o discurso seja reduzido ao lugar. A pesquisa está, isto sim, submetida a imposições e remete à uma particularidade (CERTEAU, 1982).

produção está relacionado com o lugar a partir do qual ele produz. Partindo do fato de que Athos tinha diversos vínculos, farei neles um recorte substancial a fim de focar aquele que considero um dos principais espaços de sociabilidade do escritor: a Editora Globo. Além deste, farei algumas considerações a respeito de sua participação como afiliado da Comissão Estadual do Folclore.

A justificativa da escolha reside no fato de que a Editora Globo reuniu durante vários anos a intelectualidade local, parte fundamental da rede de sociabilidade do escritor. Ali o *Grupo* se reunia e debatia as questões “quentes” da geração (TOSTES, 1989; CHIAPPINI, 1978). Quanto à Comissão Estadual do Folclore, da qual Athos foi um dos sócios, sabe-se que havia ali desde fins dos anos 1940 uma preocupação em evidenciar os diferentes sujeitos que contribuíram para a conformação da cultura regional, bem como uma expressiva atenção às manifestações da cultura popular. Nesse sentido, a produção de Damasceno que buscou compreender as peculiaridades e costumes dos habitantes da capital, esteve em consonância com o discurso e objetivos da associação. Sendo assim, cabe indagar quais eram as permissões e interdições inerentes a estes lugares²⁹. As fontes utilizadas para a análise do *lugar social* a partir do qual Athos escreve sua história da região são predominantemente livros de memórias de contemporâneos do autor³⁰ e o seu fundo pessoal, composto por sua correspondência passiva.

À semelhança da proposição de Michel de Certeau, para Ricoeur (2007) a constituição do conhecimento histórico se dá por meio de uma operação composta por três fases: a *fase de documental*, onde ocorre a seleção e análise de vestígios, isto é, o testemunho (daqueles que declaram ter se encontrado no local onde as coisas aconteceram), a *fase explicativa/compreensiva*, na qual se dá a mediação de um esquema de explicação/compreensão, e a fase da representação historiadora *escriturária ou literária* que seria a aquisição de uma forma textual definitiva. As três etapas da operação histórica não constituem estágios sucessivos, mas sim níveis intrincados que apenas para efeitos didáticos assumem uma aparência de sucessão cronológica. Dessa forma, a operação de escrita da história está presente em todas as fases.

²⁹ A influência do modernismo paulista, por exemplo, no *Grupo da Globo* é destacada por Erico Verissimo (1968), que o descreve como sendo, nos anos 1930, “a cabeça-de-ponta” da Semana de Arte Moderna de 1922.

³⁰ Há um grande número relatos de memória entre os companheiros de geração de Athos. As principais para este estudo são: GOUVÊA, Paulo de. *O Grupo: outras figuras – outras paisagens*. Porto Alegre, Instituto Estadual do Livro, 1976; TOSTES, Theodemiro. *Nosso Bairro: memórias*. Fundação Paulo do Couto e Silva, Porto Alegre, 1989; BERTASO, José Otávio. *A Globo da Rua da Praia*. São Paulo: Globo, 1993.; VERISSIMO, Erico. *Um certo Henrique Bertaso*. Porto Alegre: Globo, 1973.

As considerações de Ricoeur auxiliam na compreensão do redirecionamento da produção de Damasceno com enfoque na área da história a partir dos anos 1940. Uma das características da *operação historiográfica*, segundo Ricoeur, é a pretensão à verdade que confere ao conhecimento histórico seu afastamento com relação à ficção³¹. Para legitimar o modelo de região ao qual pretendia, construído em diálogo com seus contemporâneos, Damasceno entendeu que a história era a melhor opção. A busca pela verdade inerente à história, sua *visada referencial*, justificaria, mais do que a ficção da literatura, uma reordenação de valores do passado regional e a atualização de temas da pesquisa. Seria reconfigurada, assim, por meio de um processo de reescrita da história, uma outra imagem do passado (e do futuro) da região.

A noção de *regime de historicidade*, cunhada por François Hartog,³² contribui para a compreensão da concepção de tempo do autor. Tais regimes são compreendidos por Hartog como uma expressão da experiência temporal, que não marcam o tempo de forma neutra, mas sim organizam o passado como uma sequência de estruturas, visto que:

Trata-se de um enquadramento acadêmico da experiência (*Erfahrung*) do tempo, que, em contrapartida, conforma nossos modos de discorrer acerca de e de vivenciar nosso próprio tempo. Abre a possibilidade de e também circunscreve um espaço para obrar e pensar. Dota de um ritmo a marca do tempo, e representa, como se o fosse, uma “ordem” do tempo, à qual pode-se subscrever ou, ao contrário, e o que ocorre na maioria das vezes, tentar evadir-se, buscando elaborar alguma alternativa. (HARTOG, 2003, p. 12)

Conforme o autor, no antigo regime de historicidade, predominante até a Revolução Francesa, o *topos* da história mestra da vida era plenamente válido. No regime moderno, emergente da experiência da Revolução, o foco passa a se direcionar ao futuro, tornando-se o passado obsoleto. As divisões entre um e outro regime não são automáticas. Hartog destaca que um regime não é uma “entidade metafísica”, mas um arcabouço durável, que é desafiado logo que se torna predominante. Dessa forma, existem diversos momentos em que há o seu

³¹ O autor enfatiza na *operação* historiográfica a visada referencial da história. A referência, aqui, remete à exterioridade do discurso e é a partir dela que conhecimento histórico se caracteriza pela busca da verdade. A especificidade da referencialidade em regime historiográfico deve “transitar pela prova documental, pela explicação causal/final e pela composição literária. Tal arcabouço tríplice continua a ser o segredo do conhecimento histórico” (RICOEUR, 2007, p. 263).

³² A expressão surgiu pela primeira vez em 1993, em texto de François Hartog em parceria com Gérard Lenclud e já foi comentada e aprofundada em diversos trabalhos posteriores do autor. Sobre a formulação da noção de regimes de historicidade ver DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. “Un nuevo régimen de historicidad?”. In: *Historicidades*. 1ª ed., Buenos Aires: Waldhuter Editores, 2010, p. 143-229.

questionamento, o que não necessariamente leva ao seu esgotamento ou sucessão³³. Não se trata, evidentemente, de transpor a experiência europeia narrada pelo historiador francês artificialmente para o contexto regional, mas sim investigar a relação que o autor aqui estudado estabelece com o tempo e as maneiras por meio das quais articula passado, presente e futuro em sua narrativa.

Em relação à relevância de se atentar à composição narrativa do texto histórico, serão observadas as reflexões de Luiz Costa Lima (2006), o qual sugere que o pesquisador contemporâneo considere o historiador como *escritor*, no sentido daquele que trabalha a construção do seu texto. Dessa forma, o pesquisador escaparia à condição de mero comentador do texto historiográfico e também à crença literal na história como aporética afirmação da verdade, admitindo a inevitável parcialidade de quem escreve história. Para Lima, preocupar-se com a construção do texto não supõe considerar-se a verdade “uma falácia”, uma vez que a procura de dar conta do que houve e por que assim foi é o princípio diferenciador da escrita da história. Esta é a aporia da história. Ocorre que, se é próprio de uma aporia tomar sua afirmação inicial como indemonstrável, seu risco está em converter sua ausência de poros – a-poria – em blindagem que impede o questionamento.

Ao encontro das reflexões de Costa Lima dirige-se a tipologia de análise proposta por Gérard Genette (1997)³⁴. O autor se detém sobre os textos de acompanhamento de uma obra, os chamados “paratextos”, que são responsáveis por habilitar um texto a se tornar um livro e ser oferecido a seus leitores como tal e, mais amplamente, ao público. Dessa forma:

Mais do que um limite ou uma fronteira cerrada, o paratexto é, preferencialmente, um limiar – ou, para usar uma palavra que Borges utilizou a propósito do prefácio – um “vestíbulo” que oferece ao mundo em geral a possibilidade tanto de pisar dentro quanto de voltar atrás. Esta é uma “zona indefinida” entre o interior e o exterior. (GENETTE, 1997, p.1-2).

Exemplos de paratextos são informações sobre o autor, notas da edição, glossário, bibliografia, prefácios, posfácios, notícias de apresentação, citações e referências existentes.

³³ No caso europeu, mais especificamente francês, o regime moderno, após décadas de questionamento, sobretudo nos períodos dos pós-guerras, foi sucedido pelo que o autor chama de *presentismo*, marcado por uma ânsia de memória e de identidade, obcecado pela comemoração: “Assim fomos do futurismo para o presentismo e ficamos habitando um presente hipertrofiado que tem a pretensão de ser seu próprio horizonte: sem passado sem futuro, ou a gerar seu próprio passado e seu próprio futuro.” (HARTOG, 2003, p, 27). Em entrevista a Estrada Rodrigues e Nicolazzi (2012), François Hartog, ao formular a questão nos termos de Koselleck, define o regime *presentista* como um momento no qual o presente está isolado, sem passado e sem futuro. A tensão entre *espaço de experiência* e *horizonte de expectativas* fica em suspenso, gerando um prejuízo para a relação da sociedade com o tempo.

³⁴ As traduções são de minha responsabilidade.

Para tornar a definição mais clara, o autor questiona: “Limitados ao texto sozinho e sem a orientação de um conjunto de instruções, como leríamos Ulisses, de Joyce, se ele não fosse intitulado Ulisses?” (GENETTE, 1997, p.2). Ao dedicar alguma atenção aos paratextos dos livros de Athos, torna-se plausível lê-lo como um pesquisador preocupado com o estudo do cotidiano. Este aspecto da produção do autor já foi observado por diversos dos seus comentadores³⁵ e é assumido aqui como chave de leitura para o estudo da narrativa do autor. A questão será aprofundada no capítulo dois.

Por fim, cabe explicitar a apropriação das considerações de Peter Gay (1990) acerca do estilo na história. P. Gay afirma que o historiador é um escritor profissional e, ao mesmo tempo, um leitor profissional. Entender o historiador como escritor profissional pressupõe considerar que ele sofre as pressões de se tornar estilista, mantendo-se cientista: “Cabe-lhe proporcionar prazer sem comprometer a verdade”. (GAY, 1990, p. 18). Assim, a ideia de *estilo* vem afetada por uma ambiguidade central: é preciso dar informação e prazer. Athos Damasceno era reconhecido por seu estilo irônico desde os tempos de poeta, característica esta bastante marcante em sua trajetória de escritor de história. Não é possível ignorar este aspecto de sua narrativa ao propor uma interpretação de sua obra. Nesse sentido, Peter Gay propõe que o historiador da história parta da *subjetividade* dos autores para a compreensão de suas narrativas. Lidos dessa maneira, os quatro ensaios que compõe a obra de Peter Gay não se reduzem à exposição dos limites impostos pelas propensões e revelados pelo estilo: “expõe também a capacidade específica de cada um desses historiadores em ver realidades históricas inacessíveis a outros.” (GAY, 1990, p. 180). Assim, a visão irônica de Gibbon habilitou-o a entender as maquinações fraudulentas dos políticos romanos e a humanística mesquinha dos Pais da Igreja. A questão aqui, então, é apontar a realidade histórica observável por meio do estilo irônico de Damasceno, impossível de ser acessada por outros autores, pelos motivos explicitados por Gay. Sendo assim, busca-se neste estudo atentar a alguns aspectos do *estilo* de Athos Damasceno e suas potenciais implicações no sentido da narrativa.

As fontes de pesquisa são publicações de Damasceno em que se percebe uma significativa preocupação com as questões da *temporalidade*, da *identidade* regional e um

³⁵ Como por exemplo: FRANCO (1975) e CÉSAR (1994). Além da caracterização póstuma da obra do autor realizada pela crítica, também assumo o aspecto do cotidiano como fundamental para a compreensão da representação de Damasceno em função de que mesmo antes de se direcionar aos estudos históricos, a partir dos anos 1940, o escritor já se ocupava de temáticas que apontam para uma abordagem fundamentada na atenção ao cotidiano.

comprometimento com o estudo da história do cotidiano da capital, temática por meio da qual o autor contemplou a demanda acima referida de integração da região à nação. Tais fontes são os livros intitulados *Imagens Sentimentais da Cidade* (1940), *Palco, Salão e Picadeiro em Porto Alegre no século XIX* (1956), *Imprensa Caricata no Rio Grande do Sul no Século XIX* (1962), *O Carnaval Porto-alegrense no século XIX* (1970a) e *Colóquios com a minha Cidade* (1974). A seleção se justifica, por um lado, pelo fato de que nestes textos estão compiladas as principais reflexões do escritor em relação à representação do passado da região. Por outro lado, há neles, especialmente no livro de 1956, uma intensa preocupação com a metodologia de pesquisa e um visível comprometimento com a renovação dos estudos históricos sobre o estado sulino (uso de fontes diversas, por exemplo), explicitada em vários momentos da trajetória do autor como uma de suas prioridades enquanto pesquisador.

Imagens Sentimentais da Cidade (1940) é o trabalho a partir do qual o autor ingressa nos estudos históricos “prelúdio de uma grande maratona, personalíssima, de documentação do passado histórico do estado” (FRANCO, 1975, p.11). O livro foi premiado no concurso promovido pela prefeitura municipal de Porto Alegre em homenagem ao bicentenário da cidade. É em função da pesquisa realizada para a elaboração desta obra que Damasceno descobre a potencialidade do arquivo e do jornal como fonte histórica, embora não haja remissão direta às fontes, que parece ter sido feita apenas em artigo no qual expõe seu itinerário de pesquisa, sete anos depois. Ao demonstrar uma visão bastante negativa da modernização da cidade, em curso nos anos 1940, o livro pode ser entendido como um indício da crise das relações da sociedade local com o tempo.

Palco, Salão e Picadeiro em Porto Alegre no século XIX (1956) é o primeiro estudo de pesquisa histórica de fôlego que o autor publica. Um ano depois ele ingressa no IHGRGS. Neste livro há um maior cuidado com o método da pesquisa, observável na remissão às fontes de arquivo, bem como uma intenção evidente de tornar acessíveis determinadas fontes de pesquisa, inclusive com a transcrição de algumas delas nos anexos da obra. A temática relaciona-se à história da construção das casas de teatro em Porto Alegre, dos artistas que nelas se apresentavam e das companhias circenses que passaram pela cidade. Estudar o teatro em Porto Alegre no século XIX foi uma forma de evidenciar o desenvolvimento do processo modernizador e civilizador na Capital. Dessa forma, o autor pôde apontar que os porto-alegrenses não estavam dissociados dos debates travados no século XIX em vigor na Europa Ocidental e da Corte, visto que o teatro e a imprensa refletiam “questões atuais”.

Ao leitor que quisesse se certificar da comunhão da Província com o ideário do século XIX, o autor sugere a consulta à imprensa da época. O livro *Imprensa Caricata em Porto*

Alegre no século XIX (1962) é, sob este ângulo, uma continuação de *Palco, Salão e Picadeiro*, porquanto é um estudo que tem como objeto específico a imprensa caricata da Província. O autor consulta periódicos de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande. Nele, ainda que sob outro enfoque, Damasceno dá continuidade à temática da modernização da Província, enlaçando-a ao recorrente assunto da identidade do sul-rio-grandense. Neste estudo, ele assinala traços peculiares do humor local, salientando “sua origem e o grau de cultura que refletia”. O livro se pretende uma contribuição para a compreensão mais clara do “nosso processo social.”

O Carnaval Porto-alegrense no século XIX (1970a) aborda as diferentes formas por meio das quais os porto-alegrenses comemoravam o Carnaval nos oitocentos. A popular prática do *Entrudo*, muito presente no início do século XIX, foi gradualmente sendo censurada pela polícia e imprensa local e, após ser proibida, cedeu espaço à criação das sociedades carnavalescas e ao Carnaval de clubes. De certa forma, o livro pode ser lido como uma narrativa acerca da civilização dos divertimentos públicos na Capital.

Colóquios com a minha Cidade (1974) teve sua publicação patrocinada pela prefeitura municipal nas comemorações da “XV Semana de Porto Alegre” e foi editado pela Editora Globo. São seis os ensaios que compõem o livro. São eles: “Fotógrafos em Porto Alegre no Século XIX”, “Sacadas e Sacadinhas porto-alegrenses”, “Breve notícia e ligeiras considerações acerca da arte doceira no Rio Grande do Sul”, “Natal e Reis na Cidade de Outrora”, “Arsène Isabelle em Porto Alegre” e “Gambrinus por estas bandas”. Dois destes textos não são inéditos: o segundo, de 1945, e o terceiro, de 1957. Eles são bastante marcados por reflexões acerca da identidade regional e serão utilizados no primeiro e segundo capítulos.

Esta dissertação divide-se em três capítulos. No primeiro capítulo serão abordados os debates travados por Athos em torno da questão da identidade regional, bem como a perspectiva de seus contemporâneos em relação ao tema. Também será investigado o lugar social a partir do qual Damasceno estuda o passado regional. A inclusão da primeira temática para estudar a representação do passado de Athos Damasceno leva em conta sua centralidade para a inserção dos autores locais na vida intelectual. Esta primeira parte da pesquisa contempla as relações do discurso regionalista com o advento do modernismo, nos anos 1920, a partir da análise da querela travada entre Athos Damasceno e Vargas Netto, em 1932. A questão do lugar social do intelectual será abordada especialmente a partir das relações de Damasceno com a Editora Globo. Também serão feitas considerações sobre seu vínculo com

a Comissão Estadual do Folclore. A última temática tratada neste primeiro capítulo é a da ampliação, nos estudos de Damasceno, da identidade regional a outros grupos até então negligenciados por grande parte dos pesquisadores. As fontes são principalmente os textos de Damasceno, seu fundo pessoal, arquivado no IHGRGS, e as biografias de coetâneos do autor.

No segundo capítulo aprofundar-se-á a investigação da representação do passado elaborada por Damasceno. Nesta parte da pesquisa será intensificada a análise da narrativa do autor a partir de algumas reflexões acerca do estilo do historiador e dos gêneros textuais aos quais se dedica. Os objetos de estudo deste capítulo são os textos intitulados “Imagens Sentimentais da Cidade”, de 1940 e “Sacadas e Sacadinhas Porto-alegrenses”, de 1945. As duas problemáticas centrais da representação do passado de Athos serão aqui privilegiadas: as questões da temporalidade e da identidade diante do advento da modernização da cidade.

No terceiro e último capítulo será concluída a investigação sobre a representação do passado do autor. As fontes principais são os livros “Palco, Salão e Picadeiro em Porto Alegre no século XIX”, de 1956, “Imprensa Caricata de Porto Alegre no Século XIX”, de 1962, e “O Carnaval Porto-alegrense no século XIX”, de 1970a. Busca-se, na parte final da dissertação, analisar as transformações na representação do autor no que toca à modernização da cidade. Se no capítulo dois é possível afirmar que o autor assume uma postura que enfatiza a negatividade das inovações, neste segundo momento, a partir dos anos 1950, podemos observar uma transformação na maneira como Athos Damasceno encara a modernização da Capital – agora de modo mais positivo.

1 A IDENTIDADE REGIONAL E O *LUGAR SOCIAL* DO INTELLECTUAL

Esta primeira parte da pesquisa contempla as relações do discurso regionalista com o advento do modernismo, nos anos 1920, a partir da análise da querela de Athos Damasceno com Vargas Netto, em 1932. A questão do *lugar social* do intelectual, por sua vez, além de considerar estes debates, abordará, com mais ênfase, as relações de Damasceno com a Editora Globo. Nesse sentido, também serão feitas algumas considerações em relação à vinculação do autor aqui estudado à Comissão Estadual do Folclore. A última temática tratada neste primeiro capítulo é a da ampliação, nos estudos de Damasceno, da identidade regional a outros grupos até então negligenciados por grande parte dos pesquisadores. As fontes são principalmente os textos do próprio autor, as biografias de seus coetâneos e seu fundo pessoal, arquivado no IHGRGS.

1.1 O Regionalismo em debate: literatura, história e identidade

O debate travado entre Athos Damasceno e Vargas Netto no ano de 1932, tendo como veículos o jornal *O Correio do Povo*, para os artigos do primeiro, e *A federação*, para as réplicas do segundo, pode ser compreendido como um indicativo da influência do movimento modernista no estado³⁶, principalmente no que toca à abordagem da questão da iminente modernização da região. Além disso, as opiniões de Athos auxiliam a refletir acerca da sua representação do passado a partir dos anos 1940, recorte desta pesquisa. Com isso, é possível evidenciar que temáticas como a modernização, a urbanização e a necessidade de inclusão da

³⁶ Como já mencionado, ao encontro desta afirmação vai a carta enviada pela pesquisadora Lígia Chiappini Leite (1971) – que havia entrevistado Athos Damasceno durante sua pesquisa de doutorado – na qual o autor recebe a entrevista transcrita para confirmar as informações. Entre as afirmações de Damasceno em relação ao modernismo no Rio Grande do Sul está a de que a polêmica de 1932, com Vargas Netto, poderia ser relacionada às “ideias novas”. LEITE, Lígia Chiappini. São Paulo, 04 set., 1971. In: Arquivo Athos Damasceno Ferreira/IHGRGS, correspondência passiva/outros estados. Ademais, na entrevista transcrita no livro que publica a tese da autora, ela afirma que Athos Damasceno, quando perguntado acerca do modernismo no Rio Grande do Sul, também salientou a importância da obra de Ernani Fornari, *Trem da Serra*, por explorar um tema ainda inexplorado. Nas palavras da autora: “É o poema regional da serra: ‘Não há só campo no Rio Grande’ . O mesmo acontece com a obra de Rui Cirne Lima, *Colônia Z*, que focaliza a zona dos pescadores do litoral. Afirma que, antes da ida de Guilherme, já sabiam o que se passava nas Letras e Artes de São Paulo e Rio. Acredita que não houve manifestos, como em Pernambuco, Rio, São Paulo e Minas, talvez por causa da Revolução de 1923. Salienta que das obras modernistas, diversas saíram logo em 1926. Não acredita, portanto, que a origem delas tenha sido a visita de Guilherme. Muitas já deviam estar escritas quando ele chegou. [...] Por fim, afirma que o centro do modernismo no Rio Grande não foi a Revista Madrugada, mas os jornais *Diário* e *Correio* e, mais tarde, a *Revista do Globo*.” (CHIAPPINI, 1972, p. 227-228).

figura dos imigrantes na representação da região foram pensadas durante um longo tempo pelo autor aqui estudado.

O objetivo desta seção é, pois, abordar os principais pontos da referida polêmica, enfatizando os posicionamentos de Athos Damasceno a fim de acentuar determinadas questões que serão importantes na trajetória posterior do pesquisador, bem como explicitar a centralidade do tema da identidade regional nos debates travados entre os intelectuais sulinos. Ademais, no final da seção realizar-se-á uma reflexão acerca do ambiente a partir do qual os polemistas emitem suas falas. Este ponto articula esta seção à próxima, a qual tratará dos espaços que informam acerca do *lugar social* de produção dos textos do pesquisador porto-alegrense.

Antes de iniciar a análise dos textos, são pertinentes alguns comentários sobre os envolvidos na discussão. Em 1932, Athos Damasceno já era bastante identificado com a escrita sobre a cidade, que era o principal motivo de inspiração de seus versos enquanto poeta. O autor ainda não havia se lançado ao estudo da história, mas, como veremos, já gestava algumas reflexões nesse sentido. Manuel Vargas Netto, nascido em São Borja/RS em 1903, foi, além de poeta, jornalista e juiz municipal (era bacharel em Direito)³⁷. Ambos os escritores, enquanto produtores de conhecimento histórico e literário, são exemplificativos do que Nedel (2005, p.27) afirma sobre a produção dos intelectuais deste período, marcado pelo “regime de frágil distinção interdisciplinar em que atuavam”³⁸. Feitas estas considerações, podemos agora conhecer seus argumentos.

³⁷ A estreia de Vargas na Literatura se deu com a publicação da obra *Tropilha Crioula: versos regionais* (1925). Na mesma década publicou *Gado Xucro* (1928). Segundo Vianna (2006), a temática de sua poesia recaiu sobre o homem do pampa e o universo da terra. Corroborando as afirmações da autora, o Dicionário da Literatura do Rio Grande do Sul traz no verbete sobre o autor: “Os motivos habituais de seus versos são a paisagem, o peão, a chinoca, o patrão, as lendas e causos campeiros, tal como no passado, mas que aqui aparecem por vezes transfigurados num viés irônico e eventualmente satírico, inédito no momento em que foi publicado.” (BRASIL; MOREIRA; ZILBERMAN, 1999, p. 184)

³⁸ Nesse sentido, Mara Rodrigues (2006) lembra que as distinções entre as práticas literária e historiográfica foram construídas historicamente, sendo que na Europa a especialização da história como campo autônomo e oposto à literatura ocorre no século XIX. No caso brasileiro, segundo a reflexão da autora: “[...] a questão das relações entre história e literatura, ao contrário da tendência europeia, foi resolvida pela aceitação de procedimentos comuns a ambas, sem que isso invalidasse a veracidade da primeira, nem remetesse para o campo do fabuloso. Parece que o mesmo acontecia no Rio Grande do Sul antes da ‘era’ da pesquisa universitária – isto é, antes da década de 1970 -, pois um grande número de historiadores havia sido iniciado no fazer intelectual a partir da literatura e da crítica literária.” (RODRIGUES, 2006, p.25) Assim, no caso do Rio Grande do Sul, Rodrigues observa que tal autonomização se concretiza a partir dos anos 1970. O período que esta dissertação enfoca das pesquisas de Athos Damasceno (1940-1970), portanto, é um momento em que o campo da história está “em vias de especialização e ausência de profissionalização” (RODRIGUES, 2013, p. 128). Um caso interessante que exemplifica a questão da especialização das funções, para além das áreas da literatura e da história, pode ser encontrado no diálogo entre Erico Veríssimo e seu amigo Maurício Rosenblatt, narrado em *Um certo Henrique Bertaso* (1973). Quando aquele convida este para trabalhar na Editora Globo, em fins dos anos 1930, Rosenblatt teria dito: “Mas que entendo eu de editoras?” Eu

Na ocasião da querela, a escrita de Athos direciona-se no sentido de chamar a atenção para a intensa modernização da cidade e seus potenciais efeitos na forma como se devia narrar a região. Muitos são os temas que perpassam os textos de ambos os polemistas, mas a questão que subjaz em todo o debate é a da identidade do gaúcho. O primeiro artigo publicado foi o de Athos Damasceno. O autor introduz, então, o problema da representação do Rio Grande do Sul em um presente marcado pelo progresso³⁹. Neste começo de conversa, a preocupação é em relação à representação literária do tipo sulino, uma vez que, na opinião do autor:

Devo ser sincero, eu não acredito muito no nosso regionalismo, sobretudo na poesia regionalista [...]. Ainda não consegui me compenetrar bem da “viva realidade” que essas obras pretendem refletir [...]. Infeliz repetição de cenas, na maioria escassas de verdade, o mesmo amor pelo pingo, a mesma chinoca abandonada no rancho, a mesma sovada tapera ao lado da qual nunca falta a sombra amorosa de um sovadíssimo umbu e, coroando toda essa lamentável semsaboria, as balacas irritantes de desarticulados e inexpressivos gaúchos a estadear valentias a frente dos bolichos – peço licença para voltar a página e ir espairar na janela... (FERREIRA, 1932a, p. 3)

Neste artigo, Damasceno lança a crítica que tem maior força na sua escrita: a de que a literatura regionalista não era mais o reflexo da “realidade viva”. Sendo assim, a necessidade de renová-la era latente. A urgência de se escrever sobre a cidade, que refletiria o que era o gaúcho na década de 1930, é uma das marcas de sua argumentação e motivou a réplica de

replicava: ‘Mas que entendemos nós? Este não é um país de especialistas. A gente começa tateando e acaba aprendendo...’” (VERISSIMO, 1973, p.67).

³⁹ De acordo com Soares (2007), na primeira metade do século XX algumas iniciativas de modernização foram realizadas especialmente em Porto Alegre e nas principais cidades do interior, o que permitiu a posterior alavancagem de um processo de crescimento urbano nesses centros. Porto Alegre se beneficiou da presença de infraestruturas e monumentos diferenciados com relação às demais cidades do estado, destacando-se a Praça do Comércio, o Theatro São Pedro, a Biblioteca Pública, a escola Militar e a Escola Normal. Em 1900 a população da cidade chegou a 73 mil habitantes. Na década de 1940 a cidade concentrava mais de 270 mil, sendo a quinta maior cidade do país em termos populacionais. Esse crescimento refletia o surto de industrialização e o crescimento econômico ocorrido na capital nas primeiras décadas do século. Durante a administração dos intendentos José Montauray (1897 – 1924) e Otávio Rocha (1924 – 1928), Porto Alegre passou pela modernização que seguiu o modelo das grandes reformas urbanas realizadas na transição do século XIX para o XX, que se constituiu “[...] num verdadeiro programa de obras públicas visando instalar infraestruturas, modificar traçados de ruas, abrir novas avenidas, destruir quarteirões insalubres, enfim, dotar a cidade de equipamentos e da monumentalidade próprias de uma Cidade-Capital [...]. Igualmente prepararam a cidade para um novo ciclo de crescimento, agora não mais baseado no setor comercial, mas sim na dinâmica industrial [...]. Porto Alegre deixou de ser uma cidade estritamente política e comercial, passando a ser também industrial. Sua forma urbana refletiu essa sobreposição de espaços - tempos distintos, bem como a complexidade social e cultural que se observava na cidade que crescia, modernizava-se, industrializava-se e recebia imigrantes de diferentes partes do mundo.” (SOARES, 2007, p. 295).

Netto. Assim, as questões decorrentes da incipiente industrialização e urbanização do estado aparecem na defesa de uma literatura da *Zona colonial*⁴⁰. De acordo com o autor:

[...] o Rio Grande já não é mais simplesmente um vasto campo de criação de gado. Possuímos uma ampla zona colonial, onde homens de outras raças, de outros climas, trabalham, sofrem, lutam conosco pelo progresso do estado e onde se descobrem e se encontram os mais altos e sedutores motivos de beleza à espera de quem os interprete... Agita-se a porção mais numerosa da nossa população em cidades modernas e movimentadas onde os dramas mais intensos, as tragédias mais perturbantes, as conquistas mais audaciosas, estão aí todos os dias a inspirar obras marcantes e de larga repercussão... Por que, então, vamos viver aferrados a um regionalismo saudosista, que já está inteiramente esgotado, que não é mais a nossa expressão, que já não representa mais nada no complexo do nosso ambiente social e moral? Será que somos irreconhecíveis de outro modo, que os nossos traços diferenciais de povo quase definido estão mais nas boleadeiras e nos tentos do que em nós mesmos? Será possível que, se amanhã tivermos de apresentar-nos fora daqui, na França, no Indostão ou no inferno, teremos de levar um petiço a cabresto, à maneira de ficha de identidade ou credenciais acreditadas? (FERREIRA, 1932a, p. 3)

A presença do imigrante no Rio Grande do Sul associada ao progresso do estado parece ter instigado o frequentador dos Bares e Cafés porto-alegrenses – em sua maioria propriedades de imigrantes alemães e italianos⁴¹. Ao passo que é possível pensar se para Damasceno, representar os imigrantes nas letras locais não seria uma forma de atualizar o Rio Grande do Sul, como para somar esforços a fim de afirmar a existência da modernidade no estado.

Acerca da questão, é interessante observar algumas semelhanças entre o “moço da cidade”, Athos Damasceno, e um conhecido personagem de ficção criado por Érico Veríssimo na trilogia *O Tempo e o Vento* (1946-1962): a presença dos imigrantes no estado também fascinou Rodrigo Terra Cambará. Para Lígia Chiappini Leite (2000), na célebre trilogia Veríssimo aponta para a existência de dois tipos ideais presentes no Rio Grande do Sul da primeira metade do século XX: o *Campo* e a *Cidade*. Assim, Rodrigo Cambará, o bisneto,

⁴⁰ É interessante observar as ligações pessoais do autor com o escritor Ernani Fornari, autor de *Trem da Serra*: poema da região colonial italiana (1928), que tinha por objeto o imigrante europeu estabelecido no Rio Grande (VIANNA, 2006). No livro de memórias de Paulo de Gouvêa (1976), ao narrar seu primeiro encontro com o “Grupo”, no Café Colombo, o autor lembra: “Athos e Fornari, inseparáveis que sempre foram, deixaram o Colombo e, juntos, iniciaram mais uma noite costumeira” (GOUVÊA, 1976, p. 27).

⁴¹ Como veremos adiante, Damasceno fora um notório frequentador dos bares e cafés porto-alegrenses, especialmente na companhia dos demais membros do *Grupo da Globo*.

pode ser compreendido como representante da *cidade* que às vezes pende para o *campo*⁴².

Desse modo, ao verificar as transformações pelas quais passava Santa Fé, sua cidade natal, por volta de 1910, Rodrigo observa que o comércio da cidade já dava mostras da presença do imigrante, como o alemão Schitzler, dono da confeitaria do mesmo nome. Único restaurante da cidade, o estabelecimento alemão agradava Rodrigo porque “cheirava a estrangeiro”. O imigrante, para Rodrigo, era a civilização⁴³. Parece-me, então, que o personagem, de certa forma, encarna parte das angústias de determinada parcela da intelectualidade local. Assim, o comentário de Chiappini sobre a transformação da personagem após a aquisição de instrução formal na capital é expressivo desta questão:

O homem que volta a Santa Fé de trem traz o sangue e o nome do bisavô, mas é também “o primeiro Cambará letrado na história da família; o primeiro a vestir um smoking e a ler e falar francês”. Sua arma, agora, seria a palavra como ressaltou Leenhardt, mas sem perder o penacho, como analisou Sandra Pesavento. (CHIAPPINI, 2000, p. 60)

É importante atentarmos à relação desse fenômeno com a emergência do processo de condenação social quanto ao recurso à violência física (como forma de resolução de disputas) perceptível no Rio Grande do Sul desde o final do século XIX até os anos 1930. Conforme Grijó (2010), a partir de então a violência se deslocou para determinado tipo de produção histórica cada vez mais vinculada à ideia de bravura dos antepassados guerreiros. Um fator destacado que colaborou para a efetivação desse *processo civilizatório* foi o aumento da oferta de estabelecimentos de ensino e o advento de instituições voltadas ao ensino superior. Nesse sentido podem ser compreendidas as opiniões de Damasceno e alguns de seus contemporâneos, como o citado Erico Verissimo⁴⁴, para quem, no Rio Grande do Sul da

⁴² Para Chiappini, o confronto cidade-campo, novo-velho, civilização-barbárie, cultura-natureza, atraso-progresso, percorre o livro todo e se expressa seja na descrição do espaço, “seja no comportamento e caracterização das personagens, expandindo-se da primeira oposição entre o Angico e Santa Fé, a casa da estância e o Sobrado, para Santa Fé e Porto Alegre, Porto Alegre-Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-Paris, sem apresentar-se de modo fixo, mas volta e meia confundindo e problematizando os pólos opostos numa tensão ambígua e, por isso mesmo, crítica.” (CHIAPPINI, 2000, p. 61)

⁴³ Isso é perceptível quando a austríaca Tony Weber é descrita por Rodrigo como símbolo da cultura e do cosmopolitismo: “Toni era a Europa. Não tinha apenas vinte anos, mas dois mil, ao passo que ali no rio Grande, em matéria de arte e cultura, estava-se ainda numa idade da pedra lascada” (VERÍSSIMO, 1963, p. 517 apud CHIAPPINI, 2000, p. 69).

⁴⁴ A propósito, há um texto de Erico Verissimo, escrito em 1935, intitulado *Os devaneios do general*, e publicado pela primeira vez em 1942, que ilustra bem o processo descrito por Grijó. No conto, que tem como personagem principal o general Chicuta Campolargo, cuja família tomara parte na guerra do Paraguai, na Revolução de 1893 e nos eventos de 1923, temos o confronto da velha e da nova geração, através do diálogo entre o general e seu bisneto, que se desenrola da seguinte forma: “Um dia, ele perguntou ao menino: - Chiquinho, você quer ser general como o vovô? – Não. Eu quero ser doutor como o papai. – Canalhinha,

primeira metade do século passado, era necessário afirmar a existência dos intelectuais urbanizados.

Outro aspecto fundamental da polêmica é a disputa para definir o que era (ou deveria ser) a literatura regionalista. Para Damasceno (1932b, p.3) seria aquela que abarcasse diversas regiões do estado: “Literatura de região, aquela que poderia refletir tanto a nossa campanha quanto o nosso litoral, tanto as cidades como a zona colonial, essa entre nós nunca foi enquadrada no Regionalismo propriamente dito”. Para o autor, apesar de tudo isso estar dentro do Rio Grande do Sul e ser parte integrante de sua vida “aquela literatura que chamamos ‘regionalista’ é a que pinta, exclusivamente, a nossa campanha.” (1932b, p.3) A resposta de Netto em relação à suposta necessidade de se escrever sobre a cidade e as colônias de imigrantes é relevante para a compreensão do debate:

Que cada um se arranje com as unhas que tem! Seria o mesmo absurdo que, se os *regionalistas* quisessem obrigar os poetas da cidade e das colônias a abandonarem as suas zonas, e irem cantar os campos que não lhes produzem emoção! Não, cada macaco no seu galho! Depois, o Rio Grande do Sul não está nem nesta nem naquela zona, é o conjunto! Que a nossa literatura seja o concerto de todas as vozes. Cada um dá o que tem! (NETTO, 1932b, p.2, grifo meu)

Neste ponto da discussão fica clara uma das controvérsias centrais. Ambos concordam quanto à necessidade de que a escrita sobre cada região do estado tivesse seu espaço na produção de ficção, mas Damasceno queria que fosse *regionalista* toda a literatura, inclusive da cidade e da colônia. Netto, evidentemente, admite que haja todo o tipo de produção, mas aquela que canta a vida rural é que é *regionalista*.

O embate, em suma, é para determinar como deveria ser o regionalismo sul-riograndense e como ele deveria selecionar os elementos que definiriam a região. Com isso, fica claro o quão importante era remeter-se à questão da produção acerca da região naquele momento. Mesmo uma proposta de renovação, como a de Athos, devia ser formulada nestes termos. A ideia não é se desvencilhar do atributo regionalista, mas sim ampliá-lo de modo que a eventual inovação coubesse dentro dele.

Patifinho!” (1993, p. 48). Adiante, o menino ressurgue com uma novidade: “- Vovô, vovô! Traz a mão erguida e seus olhos brilham. Faz alto ao pé na poltrona do general. – A lagartixa, vovozinho... O general inclina a cabeça. Uma lagartixa verde se retorce na mãozinha delicada, manchada de sangue. O velho olha para o bisneto com ar interrogador. Alvorotado, o menino explica: - Degolei a lagartixa, vovô! No primeiro instante o general perde a voz, no choque da surpresa. Depois murmura, comovido: - Seu patife! Seu canalha! Degolou a lagartixa? Muito bem. Inimigo não se poupa. Seu patife! E afaga a cabeça da bisneto, com uma luz de esperança nos olhos de sáurio.” (VERISSIMO, 1993, p. 51)

Sendo assim, é possível sugerir que Damasceno e Vargas Netto travaram uma luta simbólica⁴⁵ para fazer ver e crer em um determinado discurso sobre os atributos legítimos e definidores dos habitantes da região. O que está em questão é a definição do regionalismo sul-rio-grandense e do Rio Grande do Sul frente ao Brasil. Para Athos Damasceno, a produção regional tinha por missão mostrar ao país a imagem da região enquanto *locus* do incipiente progresso, da modernização e dos intelectuais. Netto, por sua vez, entendia que o estado deveria ser representado como a parte brava e heroica no todo da nação, características estas balizadas pelo passado guerreiro de lutas, marcado pela relação muitas vezes conflituosa com o poder central. A passagem a seguir, por exemplo, vai ao encontro dessa visão:

A política sempre madrasta da Metrópole, forjou a década homérica de 35, quando a Pátria maior precisou dos nossos soldados, para combater no Prata. [...] Essas foram as bases e os motivos do nosso regionalismo, que cravou as raízes na história sem pedir a ninguém. Hoje não é apenas uma flor da tradição e da legenda, porque é um sentimento profundo da alma popular. A quem cabe a culpa? A nós certamente não! Cabe talvez à conspiração dos fatos e dos pequenos acasos, que aconteceram o nosso “determinismo histórico” [...]. O nosso regionalismo histórico, político e geográfico é toda a vida do nosso povo [...] não é agressivo nem orgulhoso. Não insulta nem despreza ninguém. A nossa aristocracia é a da coragem e do despreendimento pessoal! Os nossos instintos bélicos *não foram inventados por nós. São um produto do meio e da necessidade premente das circunstâncias especiais.* Assim se formou o sub-solo da alma do nosso povo [...]. O que precisamos frisar é que o povo do “Continente” sempre foi valente e generoso. Nunca foi um turbulento agitador da vida nacional. Nunca provocou lutas estéreis. Agiu sempre em legítima defesa! Prudente, destemido e leal... (NETTO, 1932b, p. 2, grifos meus)

É possível observar nesta parte da querela, portanto, aquilo que Letícia Nedel⁴⁶ caracteriza como uma espécie de defasagem entre o que se julgava ser a função social da classe letrada no Rio Grande do Sul, isto é, o exercício da pedagogia cívica, e as pretensões de ascensão e de reconhecimento intelectual acalentadas pelas elites culturais. Para a autora, o privilégio dado no estado à paisagem rural, ao tempo das guerras e revoluções e ao tipo ideal do centauro guerreiro e libertário, casava mal com o cosmopolitismo distintivo dos intelectuais, que muitas vezes deram vazão a um sentimento de verdadeiro desterro na

⁴⁵ Para Bourdieu (2011), lutas acerca da identidade regional são *lutas de classificação*, isto é, lutas por fazer ver e crer. Quando se impõe ao conjunto do grupo, essas lutas “realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo” (BOURDIEU, 2011, p.113).

⁴⁶ Texto apresentado à mesa “Especificidades do Sul”, no X Encontro Estadual de História – ANPUH-RS, realizado na UFSM, em julho de 2010. Não publicado.

província. Desse modo, a contradição entre vocação guerreira e civilidade letrada que aparece claramente entre os escritos das primeiras décadas do século surge também na polêmica aqui analisada. Sua materialização se dá nas divergências quanto à caracterização do gaúcho: para um, eterno centauro, para outro, uma figura que se transformou com o passar do tempo e que no presente deveria ser definida como um sujeito da cidade.

O problema, para Damasceno, é que o gaúcho então representado nas letras não acompanhava o desenvolvimento da indústria que levava a um deslocamento populacional contínuo, por meio do êxodo rural, do campo para a cidade. Segundo o escritor:

Não digo que no Rio Grande do Sul não exista mais nenhuma fazenda à maneira antiga, [...] onde ainda os únicos meios de transporte conhecidos são os cavalos e as carretas, apesar das distâncias poderem ser abreviadas pela velocidade dos trens, dos automóveis e dos aviões. [...] O que digo é que esse aspecto do Rio Grande já teve os seus escritores. *Que ele é um resto do passado que contrasta, violentamente, com o progresso vertiginoso da hora presente.* Que hoje já não somos mais aquilo. E que, por esta razão, a literatura que reflete aquele estado de coisas é uma literatura encerrada. Aferrar-se a ela, insistir na sua continuação, é fazer obra velha, cansada, sem originalidade nem vigor. E mais ainda – é realizar, através de uma obra de saudade, uma contrafacção do Rio Grande atual, com os incalculáveis prejuízos que decorrem para nós da apresentação de um quadro de incultura e atraso material, em flagrante contradição com a realidade geral. (FERREIRA, 1932c, p.3, grifos meus)

A propósito da citação, é pertinente comentar a concepção de história que Athos Damasceno manifesta neste momento, uma vez que ela auxilia a interpretar suas críticas à produção regionalista. A história parece ser entendida pelo polemista como *processo* e sujeita ao *progresso*⁴⁷. Assim, o conceito de regionalismo proposto pelo escritor pode ser interpretado como sendo um conceito que carrega expectativa e propõe um rompimento com a experiência anterior, segundo a definição de Reinhart Koselleck (2006). Na proposta de renovação da produção regional de Athos, então, o conceito de regionalismo carrega uma nova carga semântica, em conformidade com as expectativas que visava efetivar.

⁴⁷ Segundo Koselleck (2006), na era moderna a diferença entre experiência e expectativa aumentou progressivamente, tendo as expectativas se distanciando cada vez mais das experiências feitas até então. Este processo foi o que possibilitou concebermos a modernidade como um tempo novo. Foi o momento do advento de um novo horizonte de expectativa, que tomou forma com o conceito de *progresso* (final do século XVIII). Desde então, a história passou a ser entendida como um processo de contínuo e crescente aperfeiçoamento, apreensível a partir da análise de conceitos que carregam expectativas e propõem um rompimento com a experiência até então. São conceitos de pura expectativa.

Dessa forma, um novo regionalismo poderia carregar expectativas de um futuro diferente: uma produção não mais alinhada ao que se escrevera até aquele período sobre a região. Para Damasceno, a literatura regionalista praticada então era um resquício do passado que contrastava com o progresso do presente de sua escrita: o progresso que advinha da urbanização e industrialização às quais o estado se encaminhava desnudava um *espaço de experiência* diverso.

A Revolução de 1930, por sua vez, contribuiu para alterar o horizonte de expectativa desta geração. Nesse sentido, Love (1975) aponta que, com a tomada do poder central em 1930, se deu uma progressiva perda de prestígio do regionalismo político, tendo o ápice dessa queda se materializado em 1937, com a célebre cerimônia de queima das bandeiras dos estados. A mudança de experiência ocorrida a partir de 1930, portanto, pode ser apontada como uma provável motivação para a intensificação da tentativa de renovação conceitual do regionalismo.

Era necessário, pois, superar um discurso identitário para o Rio Grande do Sul exclusivamente ligado ao campo, que enfatizava as diferenças em relação ao Brasil. Cabia agora afirmar as semelhanças. A opção por criar uma ideia de região que integrasse a parte ao todo era a escolha pelo progresso. Além disso, a constituição de uma representação pautada pelo progresso para a região passa pela afirmação dos seus intelectuais. Nesse sentido pode ser entendida a crítica do autor aos escritores que ainda reproduziam uma imagem da região ligada ao passado heroico e guerreiro:

Alguns deles estão muito presos ainda ao passado que lhes aparece aos olhos, doirado pelo prestígio de certas lendas. Mas é preciso que regressemos à realidade. *Já não somos mais centauros*. Nem podemos mais pelear nos entreveros, a facão, pelego e lança. Metralhadora não é brinquedo de criança. Granada não é foguete da China. Também o nosso ciclo heróico está fechado. [...] Agora a nossa vida é outra. Não devemos desprezá-la em favor da do passado, porque proceder assim é confessar a fraqueza e a incapacidade do presente... (FERREIRA, 1932c, p.3, grifos meus)

O gaúcho da literatura deveria evoluir. Assim como os sul-rio-grandenses da realidade – ao menos os intelectuais – deveriam trocar a espada pela pena. Mas seria a literatura a melhor ferramenta para representar este gaúcho em movimento? Para Athos, não. Em virtude disso, o autor destaca a necessidade de que seus contemporâneos abandonassem o regionalismo que produzia trabalhos de “ficção pura” e “literatura de saudade” para, então, se dedicarem à

investigação do passado da região: “Para que se possa fazer alguma coisa, no sentido de uma ressurreição do passado, *precisamos libertar-nos das palavras, mergulhando fundo na sua história.*” (DAMASCENO FERREIRA, 1932b, p.3, grifos meus). Sendo assim, tomando a realidade do gaúcho por urbanizada e industrializada, só restaria uma alternativa, a da pesquisa histórica⁴⁸:

Só há um meio de voltarmos ao passado, sem arriscar-nos a cair no lugar-comum, na repetição e na cópia, por falta de fontes de inspiração direta, de remoção espiritual e de clima próprio para a expansão das ideias-forças: - é libertando-nos das palavras e mergulhando fundo na nossa história. Tarefa formidável terá de ser esta. E já está sendo [...]. A atividade do nosso Instituto Histórico e Geográfico [...] por vários exemplares já impressos de sua excelente revista. Inúmeras outras obras de história, desde a narrativa dos “Muckers”, do padre Schüpp, até a biografia de Castilhos feita pela pena brilhante de Othelo Rosa, *estão aí para nos mostrar que não temos outro caminho a seguir, em relação ao passado, senão o de procurar ressuscitá-lo através da meditação, do estudo e do exame de seus documentos.* Daí, termos de passar para a crítica histórica e para a interpretação filosófica dos fatos. E então veremos que muitos feitos, que nos pareciam gloriosos, foram funestos para nós. E que muitos heróis vão perder o excessivo relevo que lhes deu uma literatura de incondicional e exagerada exaltação dos homens e das coisas... Essas lições edificam. (FERREIRA, 1932c, p.3, grifos meus)

Em seu penúltimo artigo, Netto (1932c) questiona Damasceno quanto à inclusão da história na discussão: “*Não se trata de história, mas sim de poesia, e romance de ficção [...].* Porque misturou os historiadores na discussão [...]?! É necessário que o meu amigo saiba que estudo de história não é literatura regional. É coisa muito diferente. É ciência.” (NETTO, 1932c, p. 2, grifos meus)

Por que misturar os historiadores na discussão? Também cabe a nós esse questionamento. Nesse sentido, a reflexão de Paul Ricoeur (2007) auxilia na compreensão da proposição de Damasceno para um “mergulho na história”.

⁴⁸ O fenômeno da crescente importância da história para as explicações da nação foi abordado por Albuquerque Júnior (2001). De acordo com o autor, nas décadas de 1920 e 1930, a partir da emergência da formação discursiva nacional-popular e o rompimento que esta implica com a visão naturalista de espaço, a identidade da nação deixou de ser procurada na natureza, no meio, na raça, para ser buscada na história. A partir de então, os discursos passam a remeter à ideia de evolução, mudança e crescimento do organismo nacional. Nesse período, ocorre uma enxurrada de publicações cujo objetivo é a interpretação do Brasil tendo a história como paradigma.

Uma das características da *operação historiográfica*, segundo Ricoeur, é a pretensão à verdade que confere ao conhecimento histórico o afastamento da ficção⁴⁹. Para legitimar o modelo de região que almejava, construído em diálogo com seus contemporâneos, Damasceno entendeu que a história era a melhor opção. A busca pela verdade inerente à história, sua *visada referencial*, justificaria, mais do que a ficção da literatura, uma reordenação de valores do passado regional e a atualização de temas da pesquisa. Seria reconfigurada, assim, por meio de um processo de (re) escrita da história, outra imagem do passado (e do futuro) da região.

Restava mergulhar na história para perceber que o passado do Rio Grande do Sul não dizia respeito apenas ao “centauro dos pampas”: esta era a verdade a ser descoberta. Outros sujeitos também lutaram e viveram fora da região da Campanha e, ainda assim, dentro do Rio Grande do Sul. Era preciso dar visibilidade a eles. Na polêmica, Athos Damasceno afirmou que seus contemporâneos deveriam estar inteirados da responsabilidade que tanto pesava sobre seus ombros. Esta responsabilidade era mostrar ao Brasil um Rio Grande urbanizado, intelectualizado e, sobretudo, portador da tão questionada brasilidade.

A comprovação da filiação se daria pela apresentação, apesar do reconhecimento da contribuição dos imigrantes, do sul-rio-grandense como um luso-brasileiro por excelência, o qual teria herdado dos portugueses o “equilíbrio moral e a bravura contida” (DAMASCENO FERREIRA, 1932c, p.3) enquanto que aquele gaúcho da fronteira, mais expansivo e menos prudente, deveria suas características depreciativas à ascendência espanhola⁵⁰.

Finalmente, não é excessivo reafirmar que esta não foi a única polêmica a apontar a presença do modernismo no Rio Grande do Sul, como já explicitado nesta dissertação⁵¹. Mas

⁴⁹ O autor enfatiza na *operação* historiográfica a visada referencial da história. A referência, aqui, remete à exterioridade do discurso e é a partir dela que conhecimento histórico se caracteriza pela busca da verdade. Sendo assim, a especificidade da referencialidade em regime historiográfico deve “transitar pela prova documental, pela explicação causal/final e pela composição literária. Tal arcabouço tríplice continua a ser o segredo do conhecimento histórico” (RICOEUR, 2007, p. 263).

⁵⁰ O autor menciona o contraponto espanhol em função de que, no contexto da polêmica, Vargas Netto havia argumentado que o gaúcho teria grandes semelhanças com os vizinhos do Prata. O debate é longo na historiografia e Gutfreind (1998) e Nedel (2005) são referências em sua abordagem. Para os propósitos deste estudo, é possível pensarmos neste ponto específico da polêmica enquanto uma disputa de memória, visto que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, na medida em que ela é um fator extremamente importante da ideia de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992). Assim, fazia-se necessário, nos anos 1930, afirmar uma memória luso-brasileira, no caso de Damasceno, a fim constituir uma identidade que legitimasse a figura do gaúcho brasileiro. Pensando a querela desta maneira, diante da controvérsia envolvendo as origens do gaúcho, parece ser possível inseri-la no processo de “enquadramento” da memória oficial sobre o passado do estado. Segundo Nedel (2004), fez parte deste enquadramento a construção ideal do gaúcho e das propriedades da região, tendo tal construção adquirido feições de perenidade, naturalidade e um potencial significativo de adesão subjetiva entre diferentes grupos e áreas do estado. Sobre polêmicas e enquadramento da memória no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, ver o estudo de Nedel (2004) sobre o caso Sepé.

⁵¹ Em relação ao tema, ver a polêmica de Vellinho e Barcellos em Rodrigues (2006).

este foi um debate que mobilizou dois membros assíduos do chamado *Grupo da Globo*, concentração de “moços” que, segundo Lígia Chiappini (1972), foram o expoente das ideias novas na Capital. Dessa forma, é interessante avançar um pouco mais na reflexão sobre o *Grupo* a fim de compreender melhor esta que pode ser considerada uma das redes dos autores da querela.

A famosa roda intelectual dividia seu tempo entre o Café Colombo, à tardinha, e, durante a madrugada, os velhos bares da cidade. Os bares eram sobretudo O Zitter Franz⁵², o Eduardo⁵³, o Antonello e o Chalé da Praça XV⁵⁴. Paulo de Gouvêa (1976), que fazia parte dos encontros, assim elenca os companheiros de noitadas literárias:

Atente-se, simplesmente, para estes nomes e veja-se se, em alguma época, reuniu o Rio Grande um grupo assim tão grande, em qualidade e em número: Augusto Meyer, Érico Veríssimo, Moysés Vellinho, Viana Moog, Darci Azambuja, Vargas Neto, Theodemiro Tostes, Paulo Corrêa Lopes, Carlos Dantes de Moraes, Athos Damasceno Ferreira, Dionélio Machado, Pedro Wayne, Ernani Fornari, Miranda Neto e, citado por último já que seu primeiro livro foi publicado muitos anos depois, esse poeta admirável que é Mário Quintana. [...] Tendo o grupo ainda como companheiros mais assíduos, Sotero Cosme, Francis Pelicheck, Joaquim Guerreiro e, nas suas raras vindas ao Sul, Raul Bopp. (GOUVÊA, 1976, p. 14-15)

A maioria dos que compunham o *Grupo* era os “escritores novos” do Rio Grande do Sul. A editora Globo era a responsável pela publicação dos seus livros e mais um espaço de sociabilidade. Na sala de Mansueto Bernardi, seu diretor, os companheiros de geração de Tostes “assinavam o ponto” no fim da tarde. Depois disso, geralmente se reuniam em frente da vitrina principal da editora, o que não era de todo agradável ao proprietário da Livraria: “Contava-se até que o velho Bertaso, homem prático mas galhofeiro, costumava queixar-se daquele grupinho de escritores que, além de dar prejuízos com as edições de seus livros, ainda lhe tapava a vitrina, impedindo que os outros livros fossem vistos pelas pessoas que passavam

⁵² Inicialmente o Bar localizava-se na Rua da Praia, quase à esquina da Dr. Flores. De acordo com Gouvêa, Zitter Franz, o proprietário, era um “alemão cem por cento”.

⁵³ Outro bar tipicamente alemão: “quase esquina com a Voluntários da Pátria, onde havia uns canecões de louça para chope com capacidade de um litro, desapareceu bem depois dos outros, tal como o ‘Zum Franziskaner’ e o ‘Breustübel’” (GOUVÊA, 1976, p. 21)

⁵⁴ “Seu dono era o Fritz. À direita, logo na entrada, num pequeno estrado, a orquestra de, apenas, três músicos: o Heinz Biettenhader, suíço do Cantão alemão, o “Petizo”, primeiro e único violinista que a língua indócil do Heinz chamava de “Petizo”, e o “seu” Moreira, no violoncelo. Terminado o número musical, Heinz vinha para a nossa mesa e, quase sempre, fechado o Chalé, saía com a turma, de que era tão amigo como era do chope, rumo ao Eduardo, ou a outro qualquer bar que estivesse aberto depois da meia-noite”. (GOUVÊA, 1976, p. 21)

na rua.” (TOSTES, 1989, p. 90). O fato de a *Globo* ter sido o ponto de encontro dos escritores indica sua relevância enquanto ambiente de sociabilidade da geração dos autores da querela.

Dessa forma, o *Grupo da Globo* me parece ser uma rede de relações associada a um espaço de produção cultural que informa bastante acerca do *lugar social* ao qual Athos Damasceno e Vargas Netto estiveram vinculados. Sabendo que ambos os polemistas frequentaram o convívio do *Grupo*, é interessante observar que o fato de assumirem posições tão divergentes em relação ao presente e ao futuro do estado aponta para a existência de divergência, inerente ao grupo de sociabilidade dos autores, em relação ao ideário modernista.

Nos escritos de Gouvêa (1976), Tostes (1989) e Veríssimo (1968), contemporâneos de Athos e Netto, a presença do modernismo paulista no estado é um ponto de discórdia. Paulo de Gouvea faz questão de assegurar sua inexistência, curiosamente baseando-se mais na pesquisa de Lígia Chiappini Leite, de 1972, do que em suas memórias. Theodemiro Tostes, por sua vez, não é tão enfático. Ele menciona, inclusive, as discussões que o modernismo suscitava nos jornais locais e nas rodas literárias. Ponto comum em ambos os escritos de memória, contudo, é uma divisão entre os que receberam o movimento com entusiasmo e aqueles que questionavam o seu radicalismo inicial. Érico Veríssimo (1968), por fim, afirma o reverberar da Semana Arte Moderna de 1922 no “Grupo”, tendo sido ele sua “cabeça-de-ponta” no estado.

Retomemos, pois, que segundo Eduardo Moraes (1988), para o movimento modernista paulista a modernização era percebida como atualização do Brasil em relação às “nações civilizadas”, o que não a afasta da tradição. Sendo assim, no caso do posicionamento de Damasceno na polêmica, como vimos, houve a defesa de uma representação de um Rio Grande do Sul modernizado, o que podemos interpretar como sendo uma apropriação entusiástica deste aspecto do movimento paulista. Em Vargas Netto, ao contrário, o ideário modernista contribuiu para reforçar a tradição em oposição à modernização como elemento a ser incluído na construção da imagem do estado⁵⁵.

Dessa forma, é possível tratar a divergência e torná-la inteligível enquanto elemento inerente ao próprio grupo dos polemistas. Assim, a *permissão*⁵⁶ observada no célebre “Grupo” era a discussão das ideias de renovação literária, visto que a maior parte dos intelectuais dos

⁵⁵ Em entrevista a Lígia Chiappini Leite (1972), o próprio Netto destaca a influência do Modernismo em sua poesia, tendo sido ela renovada em termos de técnicas e linguagem. Conforme a autora: “Sobre preocupações técnicas, informa que o importante para ele era, nas suas constantes férias e nos seus fins de semanas nas estâncias, colher material, entre os peões, tanto a ‘fala como a filosofia do gaúcho’. Sempre procurou fixar ‘um panorama da alma e de querência’. ‘Dissolvia a sociologia e a interpretava, em linguagem simples, utilizando as expressões mais típicas do gaúcho’.” (CHIAPPINI, 1972, p. 259).

⁵⁶ Segundo Michel de Certeau (1982), cada lugar possui as leis do meio, as quais redundam em certas permissões e/ou interdições no trabalho do historiador.

anos 1920 e 1930 debateram essas novidades, mas o *como* elas foram apropriadas é variável de acordo com o autor.

Como abordado acima, a temática do regionalismo foi fundamental para a projeção dos intelectuais locais e o advento do movimento modernista no estado contribuiu para incrementar os debates acerca da região e suas relações com a nação⁵⁷. As críticas levantadas por Athos Damasceno em relação à produção regionalista, por sua vez, serão incorporadas à sua representação da região, desenvolvida a partir dos anos 1940, a qual reserva considerável espaço à pesquisa histórica. Por isso, a última seção deste capítulo tratará da emergência das temáticas da imigração alemã e da abordagem da história dos negros, observada nas pesquisas de Athos Damasceno⁵⁸. Antes disso, a próxima seção analisará de modo mais detido alguns dos espaços a partir dos quais se desenvolveram os estudos históricos do autor aqui estudado.

1.2 Os espaços de renovação dos estudos regionais

Erico Verissimo (1973, p.17), ao lembrar-se de suas viagens à capital, na década de 1920, ainda enquanto farmacêutico do interior, e de suas visitas à Livraria do Globo, rememora que “com o rabo dos olhos observava o ambiente, na esperança de que se encontrassem ali alguns dos escritores gaúchos de renome que costumava ler em livros ou nas páginas do *Correio do Povo* e do *Diário de Notícias*.” Anos depois, o próprio Erico seria parte da “turma”, mas antes disso conta que, ao avistar o *Grupo da Globo*, tentava adivinhar os nomes das fisionomias:

O sujeito magro, sardento, anguloso, levemente encurvado, a pele transparente, como de porcelana, cabelos ruibarbo, ar de intelectual europeu, olhos azuis, nariz e lábios afilados – ah! Esse só podia ser Augusto Meyer, poeta e ensaísta, por quem eu tinha uma ilimitada admiração [...]. O tipo esguio como um punhal, rosto fino e longo, que fazia epigramas e contava estórias que provocavam o riso de todos?
Athos Damasceno Ferreira. (VERISSIMO, 1973, p.17).

O livro que o autor do *Tempo e o Vento* escreve para homenagear um dos proprietários da Editora Globo, companheiro de empreendimentos editoriais e seu amigo íntimo, Henrique

⁵⁷ Para um estudo mais detido acerca da polêmica de Damasceno com Vargas Netto ver Silva (2011).

⁵⁸ A defesa da inclusão dos negros na representação da região não foi feita diretamente na polêmica de 1932, mas ocorre nos textos de pesquisa histórica e também em alguns contos de Athos Damasceno.

Bertaso, além de ser importante testemunho que corrobora a pertença de Athos Damasceno ao *Grupo da Globo*, também aporta expressivas considerações que nos auxiliam a avançar na análise deste espaço de sociabilidade. Antes de partirmos a elas, contudo, é interessante desenvolver um pouco mais a questão do tipo de relação que o autor aqui estudado teve com a editora.

A partir das memórias de Erico, é possível afirmar que os vínculos de Damasceno com a Editora eram mais profundos do que sua eventual frequência às rodas de debates nas dependências da Globo. Com Erico e também por meio das memórias de José Otávio Bertaso (1993), o filho de Henrique, ficamos sabendo que o *escritor da cidade* era um dos autores amigos “da casa”, *habitué* dos célebres jantares organizados na casa dos Lambiase (ver figura 1). Pelo depoimento de Verissimo, pois, podemos ter uma ideia dos vínculos entre a Editora e os convidados destas reuniões. Nas palavras do autor:

Henrique e José organizavam na modesta casinha de tábua desse barbeiro jantares periódicos, para os quais convidavam alguns “amigos da Editora”. Havia um grupo de “veteranos” que era eventualmente acrescido de um que outro convidado. Os *habitués* eram Moysés Vellinho, José Rasgado F.º, Reynaldo Moura, Athos Damasceno, Hamilcar de Garcia, Guilhermino Cesar, Vidal de Oliveira, Dante de Laytano, Alvaro Magalhães, Darcy Azambuja, Maurício Roseblatt, Mário Quintana. Vez que outra aparecia Manoelito de Ornellas. Duma feita tivemos Augusto Meyer como convidado especialíssimo – pois nosso Bilu vivia então no Rio. Esses jantares só para homens tinham caráter boêmio [...]. À medida que ia se esvaziando o garrafão de vinho tinto colonial, esquentavam-se os convivas e começavam as anedotas, a princípio de natureza familiar, mas no fim da noite já decididamente escatológicas [...]. Falava-se de tudo, menos de literatura. (VERISSIMO, 1993, p. 63-64)

Figura 1: Jantar na casa dos Lambiase



Jantar na casa dos Lambiase, ocasião em que se prestava uma homenagem a Paschoal Carlos Magno: (da esq. para a dir., sentados) Moysés Vellinho, Darcy Azambuja, Casemiro Fernandes, Paschoal Carlos Magno, Tasso Corrêa; (em pé) Reynaldo Moura, Mario Quintana, Guilhermino César, Telmo Vergara, Hamilcar de Garcia, Nelson Boeira Faedrich, Flávio Damm, Justino Martins, Athos Damasceno Ferreira, Henrique Bertaso, Carlos Regius, José Bertaso Filho, Fernando Lambiase e o gaiteiro

Fonte: BERTASO, José Otávio. *A Globo da Rua da Praia*. Ed. Globo, 1993, p. 144.

Considerando que Athos Damasceno teve vínculos bastante próximos com a Globo, tendo inclusive feito algumas traduções de ocasião⁵⁹, esta pesquisa entende que este pertencimento pode ser bastante elucidativo do tipo de representação da região desenvolvida pelo pesquisador em questão. Sendo assim, podemos então avançar para a principal das considerações que Verissimo (1973) nos permite fazer em relação ao cenário intelectual de meados do século XX. Ela refere-se à forma como se pensavam a Editora e, forçosamente, seus autores “locais”, distantes do centro do país. A passagem a seguir é esclarecedora desta questão:

No Rio de Janeiro, o poeta-editor Augusto Frederico-Schmidt lançara um livro notável, *Casa Grande e Senzala*, que revelava um sociólogo do porte de Gilberto Freyre. Por sua vez o livreiro José Olympio fazia-se editor e prestava inestimável serviço à literatura brasileira tornando conhecidos, além de outros, romancistas como Graciliano Ramos, Jorge Amado, José Lins do Rego, José Américo de Almeida e Raquel de Queiroz, que davam novos rumos à literatura do Brasil. Grandes poetas como Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Jorge de Lima, Murilo Mendes seriam também por ele publicados. Mas eram escritores da “Corte”! Apareciam na capital do país. Tinham, além de seu valor próprio indiscutível, boa imprensa. Nós estávamos na Província não só geográfica como também – tínhamos de reconhecer – psicologicamente. (VERISSIMO, 1973, P. 38-39)

De forma complementar ao trecho acima, é possível citar as considerações de José Otávio Bertaso (1993) em relação à limitada popularidade dos livros que tinham como objeto as temáticas regionais. Conforme o editor,

Toda vez que recebíamos um original versando sobre a história do Rio Grande do Sul ou uma biografia de seus homens ilustres, eu ficava um tanto desanimado – um livro relatando a proeza dos valentes gaúchos que por séculos a fio haviam defendido nossas fronteiras, ou dos políticos que haviam conseguido consolidar o prestígio do Rio Grande do Sul no cenário nacional, despertava um interesse mingüado. Para falar a verdade, um mingüadíssimo interesse, que se restringia tão-somente às fronteiras do estado. (BERTASO, 1993, p.142)

⁵⁹ Em relação ao assunto, há uma história interessante sobre uma tradução feita por Damasceno à Globo, contada por Erico: “Isso me traz à mente outra estória. Pedimos a Athos Damasceno Ferreira que nos traduzisse o famoso *Platero e Yo*, jóia da literatura mundial, de autoria do poeta espanhol Ramón Jiménez. Athos fez uma versão primorosa. O livro apareceu em nossa língua em primorosa edição. As vendas, porém, foram um desastre através de vários anos. Aconteceu, porém, que Jiménez foi agraciado com o Prêmio Nobel de Literatura e, como era natural, se fez em torno de seu nome grande ruído. Os exemplares de *Platero e Eu* voaram das prateleiras e do depósito onde costumavam dormir as obras condenadas da Globo, à espera da hora de serem vendidas à fábrica de papel, a peso... E novas edições desse grande, terno poema em prosa foram feitas e consumidas pelo público...” (VERISSIMO, 1973, p.77). Segundo Bertaso (1993), o ápice das vendas se deu na Feira do livro de 1956.

A manifestação de Bertaso parece ir ao encontro das críticas desenvolvidas por autores tais como Moysés Vellinho, Erico Verissimo e Athos Damasceno em relação a certo tipo de regionalismo. Assim, o fato de ter ocorrido, a partir dos anos 1930, uma releitura da produção regionalista⁶⁰, parece ser sintomático de que considerável parte da intelectualidade da “província” compartilhava das opiniões expressas nas citações acima. Com isso, observa-se um redirecionamento da pesquisa, no sentido de evidenciar um Rio Grande do Sul mais contemporâneo, de modo que “em lugar da restrição da identidade local à figura do homem da campanha gaúcha, buscava-se incluir, no espectro da representação sociocultural do sul-riograndense, outros atores sociais vinculados material e simbolicamente ao cenário urbano, em especial os escritores.” (RODRIGUES, 2010, p. 994).

Nesse sentido, o estudo de Odaci Coradini (2003) auxilia a acompanhar parte deste processo, fortemente imbricado aos eventos políticos em curso nos anos 1930, entre os quais se destaca a ascensão de Getúlio Vargas ao poder central. O autor analisou a institucionalização da produção cultural no estado de 1920 até 1960. Para tanto, pensou o contexto de fundação da *Revista do Globo* (1929) e da *Revista Província de São Pedro* (1945), ambas publicadas pela Globo.

Conforme Coradini, a Revista de 1929 contribuiu para o fortalecimento da aliança entre os rivais históricos chamados “maragatos” (federalistas) e “chimangos” (republicanos), visando à formação de uma nova “unidade de referência”, mais centrada no conjunto da região por oposição ao Brasil, então objeto de “gauchização”, a partir da tomada do poder central em 1930⁶¹.

O movimento de integração cultural operado por Vargas, apesar de ter projetado a maior Editora regional no cenário editorial nacional (CANDIDO, 1984), com o transcorrer do Estado Novo, passou a ser questionado pela intelectualidade local⁶². Conforme Coradini, nos

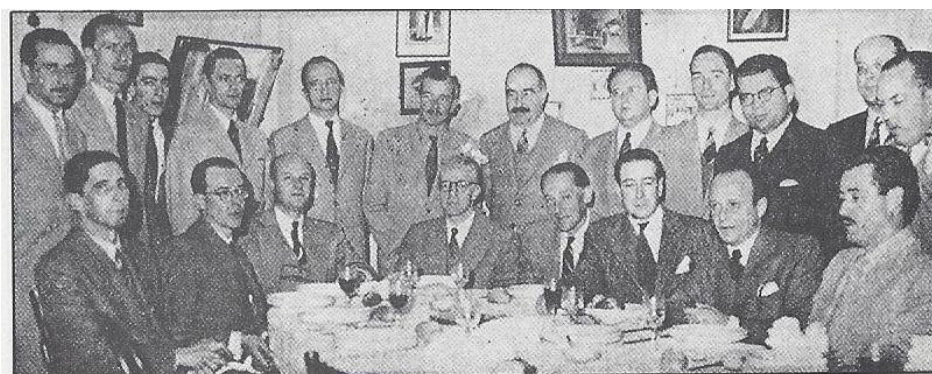
⁶⁰ Sobre o assunto ver Coradini (2003) e Nedel (2005).

⁶¹ A propósito, em relação à *Revolução de 1930 e a cultura*, Antônio Cândido (1984) afirma ter sido o movimento um eixo em torno do qual girou a cultura brasileira e um catalisador dos elementos dispersos para dispô-los numa configuração nova. Conforme o autor, o episódio gerou um movimento de unificação cultural, projetando na escala da nação fatos que antes ocorriam no âmbito das regiões: “A este aspecto integrador é preciso juntar outro, igualmente importante: o surgimento de condições para realizar, difundir e ‘normalizar’ uma série de aspirações, inovações, pressentimentos gerados no decênio de 1920, que tinha sido uma sementeira de grandes e inúmeras mudanças.” (CÂNDIDO, 1984, p. 27).

⁶² A própria Editora Globo, a certa altura, passa a questionar a administração Vargas, principalmente devido a motivos financeiros. Assim, em seu livro de memórias, José Otávio Bertaso (1993) lamenta os prejuízos advindos da Reforma Capanema, referindo-se ao então presidente como o “ditador Getúlio Vargas”. Nesse sentido, Bertaso explica que: “Em 1942, quando a editora da Livraria do Globo havia chegado ao auge de sua capacidade de publicação de livros nas suas diversas linhas editoriais, a empresa foi brutalmente atingida pela reforma de ensino orquestrada pelo ministro da Educação, Gustavo Capanema. Naquele ano, as edições didáticas da Livraria do Globo já estavam adotadas em todo o Brasil. Como editora de livros didáticos a empresa já havia suplantado a Editora Nacional, mas, situada ao sul, longe dos ‘subterrâneos’ do MEC na

anos 1940 passa a acontecer um relativo distanciamento dos intelectuais vinculados à Globo no que toca à política no sentido de lutas governamentais e, ainda no governo Vargas, passou a haver um esforço para redefinir o regionalismo: “não se trataria mais do regionalismo diretamente associado à mobilização política, inclusive porque esse *aggiornamento* decorre das divergências quanto ao rumo da Revolução de 30, e também das condições de relacionamento dos intelectuais locais com o restante do Brasil” (CORADINI, 2003, p. 135). Esse empreendimento de redefinição do regionalismo foi concretizado na *Revista Província de São Pedro* (1945-57), da qual Athos Damasceno foi um expressivo colaborador⁶³ (ver figura 2). Em virtude do fato de que as temáticas e ideias veiculadas pela revista são uma espécie de síntese desta ressignificação da representação da região, penso ser interessante determo-nos um pouco mais na análise do *projeto* que ela sustentava.

Figura 2: colaboradores da Revista Província de São Pedro



Henrique e alguns colaboradores da Província de São Pedro: (da esq. para a dir., em pé) Carlos Reverbel, Nelson Appel de Quadros, José Lewgoy, Nelson Boeira Faedrich, Mario Quintana, Casemiro Fernandes, Dante de Laytano, Álvaro Magalhães, Carlos Regius, Antônio Barata, Telmo Vergara, Reynaldo Moura; (sentados) Darcy Azambuza, Guilhermino César, Henrique Bertaso, Moysés Vellinho, dr. José Rasgado, Athos Damasceno, José Bertaso Filho e Hamilcar de Garcia

Fonte: BERTASO, José Otávio. *A Globo da Rua da Praia*. Ed. Globo, 1993, p. 144.

avenida Rio Branco, Rio de Janeiro, não fazia a menor ideia que a reforma de ensino estava em andamento. E, como as reformas feitas por um governo ditatorial não são discutidas com a ampla participação dos diversos segmentos interessados, poucas pessoas tinham conhecimento do que estava por acontecer, entre elas alguns editores de livros didáticos do eixo Rio-São Paulo. Quando a reforma foi anunciada quase cinquenta mil toneladas de livros didáticos da Globo recém impressos e prontos para ser espalhados pelo Brasil se tornaram obsoletos” (BERTASO, 1993, p. 29)

⁶³ Ver, nesse sentido, nos anexos desta dissertação, a tabela com a relação dos textos de Athos publicados na revista. A partir da simples leitura dos títulos e de seus descritores é possível observar que não houve um corte imediato entre o Athos Damasceno ficcionista e o historiador, mas sim um esforço, por parte do autor, após os anos 1940, de pensar o passado sul-rio-grandense a partir, também, do conhecimento histórico. Esta pesquisa, portanto, optou por analisar a representação do passado desenvolvida por este autor tendo como fontes seus textos de cunho historiográfico, o que não significa que ele tenha deixado de produzir literatura ao se iniciar nos estudos históricos.

Houve, desde o início, nas páginas da *Província*, um esforço para explicitar que se tratava de um empreendimento “cultural”. Com isso, fica evidente que se trata de uma reação da intelectualidade local às novas condições nas relações centro/periferia, em oposição ao centralismo cultural e também ao antigo regionalismo “saudosista” em nome dos “autênticos valores do passado” (CORADINI, 2003, p. 136). Segundo Nedel (2005), o objetivo era que a revista funcionasse como um canal de comunicação assídua com as elites intelectuais de outros pontos do país, revertendo as acusações de desintegração e integrando a produção local ao panorama literário brasileiro. Nesse sentido, é interessante o comentário de Moyses Vellinho, editor-chefe da Revista, sobre a fundação do periódico:

A Província teve origem numa conversa um tanto casual do Henrique Bertaso com o Gilberto Freyre. Eles falavam na criação de uma revista que seria um eixo de ligação entre o Rio Grande e Pernambuco. Isso interessava-nos especialmente por ter Pernambuco sido um dos estados que mais desenvolvera a pesquisa cultural e regional. Isso seria lá por 1943, mas uma série de fatores acabara impedindo a concretização imediata da ideia (VELLINHO, 6 jan.1979 apud RODRIGUES, 2010, p. 1001).

Nos termos de Coradini, o que estava em questão não era mais “gauchizar” o Brasil, mas sim pleitear o lugar dos intelectuais da província no contexto nacional. Sendo assim, será assumido aqui que a intelectualidade partícipe da *Revista Província de São Pedro* estava, nos anos 1940, envolvida em um *projeto cultural* que buscava associar a identidade intelectual à identidade regional bem como pleitear um espaço para ambas no seio da nação. As considerações de Mara Rodrigues (2010), desenvolvidas a partir da comparação das trajetórias intelectuais de Erico Verissimo e Moyses Vellinho, vão ao encontro das formulações aqui indicadas acerca do contexto intelectual em que Athos Damasceno se inseria⁶⁴. Conforme a autora:

⁶⁴ Ademais, no que toca à comprovação da relação entre a revista e a defesa da legitimidade do intelectual da província, Rodrigues (2010) alerta que não basta considerar apenas as temáticas dos artigos publicados pela revista. Essa conexão fica mais clara com a leitura paralela dos editoriais e dos ‘paratextos, nos quais é possível observar referências elogiosas de jornais do centro do país ou mensagens recebidas de grandes nomes do cenário intelectual nacional, como por exemplo, Sérgio Milliet (1946) que felicita os organizadores da revista pela qualidade de seu empreendimento. Na seção *Recortes*, exemplificativa desses ‘paratextos’, temos a publicação da crítica elogiosa do Jornal Folha da Manhã, de Recife: “Positivamente, o sul do país tem se apresentado, nos últimos tempos, nada dogmático e muito menos regionalista. E há nisso um fato que merece especial destaque: sempre que, no Brasil, se fala em literatura regional, todos voltam os olhares para o Rio Grande do Sul. Dêsse ponto do país saiu o regionalismo mais acirrado de que se tem notícia na literatura nacional. A começar por Simões Lopes (*Lenda e Narrativa*), Amaro Juvenal, que era o mesmíssimo ex-senador Ramiro Barcelos, com seu Antônio Chimango vasado nos moldes uruguaios de *Martin Fierro* e posteriormente com Vargas Netto, o regionalismo gaúcho foi sempre uma escola de adeptos entusiásticos. E

Entre as décadas de 1930 e 1960 as estratégias de inserção dos intelectuais sul-rio-grandenses no âmbito da produção cultural em processo de especialização e normatização deviam levar em conta a ampliação do mercado editorial que se operou nesse período, *pari passu* com a que ocorria no centro do país (Miceli, 1979, p.69-128). Vellinho, Veríssimo e toda uma geração de intelectuais gaúchos estavam, dessa forma, confrontados tanto com um cenário particularmente favorável à circulação das proposições romanescas e historiográficas que abasileiravam a cultura do estado, tornando-a mais palatável a um público que excedia o regional e não se restringia ao círculo erudito, quanto com o aumento da concorrência decorrente dessa ampliação de mercado. Assim, de acordo com essa configuração do quadro da produção cultural e intelectual no Rio Grande do Sul e com cuidadosa leitura dos escritos dos autores aqui considerados, em suas perspectivas a principal ‘conquista’ a ser empreendida pelos gaúchos de meados do século XX não seria mais a de fronteiras, territórios e mercados para os produtos agropecuários da região, como no século XIX, ou a de postos políticos no governo central do país, como na Revolução de 1930, mas sim a de mercados mais ampliados para os produtos culturais do extremo sul brasileiro. (RODRIGUES, 2010, p. 995)

Levando em conta as reflexões dos autores utilizados até aqui é possível afirmar que, no período em que Athos Damasceno elabora a sua representação do passado sul-rio-grandense, existe um movimento, articulado principalmente pelos intelectuais locais, que aponta para a necessidade de ressignificação da produção regionalista, sobretudo no que concerne à revisão das temáticas e dos objetos desta produção. Este foi um momento em que se fazia necessário mostrar ao restante do país um Rio Grande do Sul moderno, urbano e intelectualizado. Estava em questão, pois, como já afirmou Nedel (2005), a identidade da região e de seus porta-vozes autorizados. Os tempos de heroísmo do “centauro dos pampas”, no sentido prático e bélico, haviam se encerrado.

O sopro renovador teve como um de seus principais espaços a Editora Globo. Daí a relevância de considerarmos esta instituição a fim de compreendermos um dos ambientes a partir dos quais o autor aqui estudado produziu seus textos. Como apontado na introdução desta pesquisa, existem basicamente dois espaços de produção cultural que devem ser

isso sem contar Alcides Maya, da Academia Brasileira de Letras, que, não sei por que cargas d’água, se o tem por mestre da escola quando, na realidade, foi um regionalista supercivilizado, com seu estilo excessivamente acadêmico e, por isso mesmo, pouco regionalista. Pois bem. Mau grado isso, caracteriza-se a moderna literatura gaúcha pelo que de mais universal possa existir. Erico Verissimo, Vianna Moog, De Sousa Júnior, Augusto Meyer, Athos Damasceno Ferreira, Telmo Vergara são o vivo exemplo disso.” U.M., na “Folha da Manhã”, de Recife. (PSP, nº 2, set de 1945. Seção Recortes, p. 172-173)

ponderados para que desenvolvamos a investigação acerca dos elementos extratextuais⁶⁵ que influenciam na composição da narrativa do autor de *Colóquios com a Minha Cidade*. O primeiro deles já foi analisado. Resta, pois, o segundo.

Nesse sentido, houve, além do empreendimento da *Revista Província de São Pedro* – desenvolvido no seio da Globo – outra iniciativa, à qual a intelectualidade da Província aderiu, que corrobora a existência deste desejo de renovação dos estudos regionais e também auxilia na compreensão de uma das faces das pesquisas de Athos Damasceno: o interesse pelo estudo do popular. Tal iniciativa foi a chamada Comissão Estadual do Folclore (CEF), fundada no Rio Grande do Sul no ano de 1948.

Desse modo, Nedel (2005) aponta que a *Província* e a Comissão Estadual do Folclore buscavam transformar o acervo disponível de elementos distintivos da cultura gaúcha em um campo de reflexão, a fim de que seus contornos de particularidade interessassem a intelectuais de renome nacional e internacional. Segundo a autora, a CEF foi criada em abril de 1948 sob o comando do historiador Dante de Laytano. A chamada do diretor da Comissão Nacional do Folclore (CNFL), Renato de Almeida, a um esforço articulado de pesquisa inter-regional estimulou os intelectuais periféricos a levar suas reivindicações para fora do estado. Assim, a criação da Comissão Estadual de Folclore foi uma forma de introduzir as diretrizes de análise propostas pela CNFL na pesquisa histórico-social do Rio Grande do Sul⁶⁶. Assim:

A opção visava inserir a identidade gaúcha em um projeto coletivo de representação da nação, de tal modo que as manifestações particulares deixassem de significar um obstáculo à integração do Rio Grande, mas

⁶⁵ Por meio deste exercício também busco contemplar as recomendações de Albuquerque Jr. (2009) quanto à pertinência de proceder a aproximações entre o autor estudado e seus coetâneos, a fim de atentar às regras de produção de conceitos, enunciados, os temas e as estratégias que presidem a elaboração dos discursos no momento histórico em questão.

⁶⁶ O *movimento folclórico brasileiro* (1947-1964) desenvolveu-se em conflito com a vanguarda da sociologia paulista e de forma relativamente independente da ciência social produzida no Rio de Janeiro. Seja daquela que estava na Universidade, seja da que estava em órgãos de pesquisa ligados diretamente ao estado, como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Sua utopia foi exprimir, através da “associação fraternal” de intelectuais de todas as regiões do país, a integração da cultura brasileira. A Comissão Nacional do Folclore era uma instituição paraestatal, vinculada ao Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) criado pelo Ministério das Relações Exteriores. Para os folcloristas, pensar a nação significava apreendê-la através de suas *tradições*. A principal novidade representada pela CNFL foi a sua capacidade de superar o caráter local que caracterizou a maioria das iniciativas anteriores. Constituinto uma vasta rede centralizada no Rio de Janeiro e que se estendia pela maioria dos estados brasileiros, sua montagem e a obtenção de seus recursos se deveram muito ao seu articulador, Renato de Almeida. A proposta da CNFL esteve relacionada à fórmula plural de representação do Brasil lançada pelos modernismos. Nesse sentido, Nedel (2005) indica que grande parte das concepções de nação manipuladas pelo movimento reportavam-se a interpretações seminais de Gilberto Freyre e Mário de Andrade, bem como de releituras das contribuições de Sílvio Romero e Euclides da Cunha para a definição do *homem brasileiro*. Havia o elogio à miscigenação, inaugurado no século XIX e reeditado na década de 1930. Tal elogio teve a sua adaptação entre os folcloristas dos anos 1960 no enfoque aos fenômenos gerais de *aculturação*. Sobre a CNFL ver Vilhena (1997) e Nedel (2005).

surgissem como o meio próprio de manifestar uma formação cultural *sui generis*, capaz de trazer uma contribuição específica ao caleidoscópio *regional brasileiro* e às formações sociais resultantes de uma matriz étnica (lusa e/ou açoriana) presumidamente “aberta” ao contato com populações estranhas. (NEDEL, 2005, p. 280-281)

Os temas de pesquisa privilegiados visavam preencher as lacunas deixadas pela historiografia: as práticas religiosas de afro-descendentes, as condições de existência das populações indígenas e o folclore da zona agrícola, seja ela de ascendência açoriana, teuta ou italiana. As pesquisas da CEF eram veiculadas pelos seus cadernos, pelas revistas do Museu Julio de Castilhos e *Província de São Pedro* e resgatavam um material condenado pela crítica documental anterior, tais como almanaques, folhetos e papéis vestígios do cotidiano, como jornais e manuscritos familiares.

A autora afirma que entre os afiliados mais reconhecidos da Comissão estão também os menos assíduos nas suas atividades cotidianas. Estes são representados por escritores diretamente vinculados à Editora Globo, composta de amigos que se frequentavam regularmente, como Érico Veríssimo, Athos Damasceno Ferreira, Moysés Vellinho e Guilhermino César.

Apesar de não ter sido um colaborador frequente, a vinculação de Athos Damasceno à CEF contribui para percebermos que o seu interesse pelas manifestações culturais populares tem precedentes extratextuais, isto é, verifica-se para além das articulações narrativas a ocorrência de práticas que revelam o seu envolvimento com o debate acerca da dimensão “popular” da cultura, uma vez que os membros da CEF declaravam-se convertidos ao “popular” (NEDEL, 2005, p. 71).

Nesse sentido, é representativo o ensaio do autor intitulado “Natal e Reis na Cidade de Outrora”, publicado no Livro *Colóquios com a Minha Cidade* (1974). Nele, o escritor faz referência aos estudos empreendidos “ultimamente pelos estudiosos do populário regional” tais como Paixão Côrtes, Dante de Laytano, Barbosa Lessa e Ênio Freitas e Castro, os quais vinham situando e arrolando, por meio de pesquisas de campo, “louvações natalinas e cantigas de Reizado, colhidas em áreas folclóricas do interior e do litoral do Rio Grande – material tido como de épocas recuadas, embora já denunciador da incorporação, em suas manifestações, de elementos de tração local.” (FERREIRA, 1974, p. 108)⁶⁷. Em relação à

⁶⁷ Pelo fato de o autor fazer uma referência conjunta aos “estudiosos do populário regional”, colocando no mesmo grupo tanto tradicionalistas mais jovens quanto folcloristas já estabelecidos como, por exemplo, Dante de Laytano, suponho que este texto tenha sido escrito antes de 1974. Afirmo isso porque, segundo Nedel (2005), apesar de uma aproximação inicial, realizada nos anos 1950, entre os estudiosos já

capital, entretanto, “nenhum deles até agora logrou fornecer-nos qualquer notícia ou coleta de dados capazes de legitimar a herança avoenga.” (FERREIRA, 1974, p. 108). Desse modo, “Natal e Reis na cidade de outrora” procura preencher a lacuna relativa ao estudo do populário porto-alegrense.

Além disso, ao estudar a produção escrita do presidente da CEF e dos escritores convidados a integrar a comissão, Letícia Nedel notou a intenção explícita de operar sobre a pluralidade de tipos humanos no Rio Grande do Sul, o que também vai ao encontro das opções de pesquisa de Athos Damasceno, as quais procuram tornar visível o gaúcho porto-alegrense. Os autores vinculados aos estudos do folclore buscavam ressaltar as diferenças entre o *gaúcho* histórico e o atual habitante do estado, entre o estereótipo luso-brasileiro da fronteira, consagrado na produção histórico-literária, e a diversidade de *gaúchos* da serra, do litoral, das Missões e de outras etnias que deveriam ser consideradas nas investigações mais recentes, mas que eram postas de lado nos rituais festivos do *tradicionalismo*⁶⁸. Uma das motivações para este destaque é que estes intelectuais, tendo em conta a existência anterior de uma tradição literária “centauriana” revelada desfavorável naquele contexto, vinham desenvolvendo uma estratégia de restabelecer o prestígio das letras locais, que era também uma forma de estabelecer seu próprio prestígio.

Sendo assim, é pertinente destacar aqui as considerações de Nedel (2005) segundo as quais a partir do *movimento folclórico* se impôs a revisão do regionalismo à comunidade intelectual já consagrada como um desafio que articula dois níveis de alteridade. Internamente ela é uma resposta ao acirramento da competição com novos mediadores interessados em

estabelecidos e a geração de jovens tradicionalistas, houve um posterior afastamento entre ambos. Não foi encontrada, entretanto, uma publicação do texto anterior ao ano de 1974.

⁶⁸ Conforme Nedel (2005), no âmbito sul-rio-grandense o movimento folclórico teve dois grupos concorrentes de interessados. De um lado, os mandatários oficiais da coordenação central, reunidos em torno da CEF: estes eram os *folcloristas*. De outro, um grupo mais jovem de estudiosos: *os tradicionalistas*. Nascidos nos anos 1920, década em que seus concorrentes mais velhos ingressavam na vida pública, os jovens eram herdeiros de famílias proprietárias de terra em antigas áreas de criação, onde a economia encontrava-se em crise. Estes jovens estavam na capital para concluir os estudos secundários, trabalhar e ingressar nas instituições de ensino superior. Com o avanço e consolidação do movimento tradicionalista liderado pela ala jovem, sobretudo no interior do estado, iniciou a disputa entre os grupos mencionados acerca da imagem da região a ser eleita para a sua representação. Antes de acontecer o embate, entretanto, houve um clima de aproximações e trocas entre os *folcloristas* e *tradicionalistas*. Em 1950, por exemplo, os dois movimentos se encontraram com o ingresso de Luis Carlos Barbosa Lessa e Paixão Côrtes à CEF, a convite de Dante de Laytano. Com o ingresso dos mentores do movimento à CEF, Dante de Laytano e seus companheiros mais próximos perceberam que era a hora de formar uma nova geração de *regionalistas*. Foi a partir desse intercâmbio com os afiliados da Comissão que os jovens *tradicionalistas* iniciaram sua formação como estudiosos do folclore. À medida que na capital avançavam os contatos dos ideólogos com os líderes da CEF, o movimento ia expandindo sua rede de CTGs no interior. O caráter festivo dessas associações contribuiu para o início dos conflitos entre os movimentos recolocando entre os grupos a questão que nos primórdios do CTG 35 já se encontrava latente, a respeito da “popularização” *versus* a “qualificação cultural” do movimento.

tomar posse dos postos públicos de gestão da memória, os *tradicionalistas*. Externamente, transforma a antiga missão política de projeção do estado ao poder central em uma missão de reabilitação externa da imagem cultural do estado e de seus representantes. Assim, procurava-se levar *adiante* “a tarefa de inserir uma formação regional ‘desviante’ nos quadros de uma cultura brasileira elaborada segundo a linha de representação plural, que havia sido fundada pelos modernismos da década de vinte e institucionalizada em plena retomada da centralização política e administrativa dos anos 1930-1945.” (NEDEL, 2005, p. 235).

Dessa forma, ao desenvolvermos a análise de alguns textos de Damasceno, nos próximos capítulos, devemos ter em conta que seus estudos históricos estão mais ligados “ao complexo de uma fabricação específica e coletiva do que ao estatuto de efeito de uma filosofia pessoal ou à ressurgência de uma ‘realidade’ passada.” (CERTEAU, 1982, p.73).

Por fim, é pertinente mencionar ainda o vínculo de Athos Damasceno com o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e justificar as razões de sua pouca atenção nesta dissertação. Por um lado, é possível afirmar que a centralidade, nos estudos do pesquisador, de esforços para fixar uma identidade predominantemente açoriana do sul-rio-grandense encontrou ecos na forma como alguns sócios do Instituto vinham representando o passado da região desde os anos 1920⁶⁹, mas penso que este ponto, apesar de inegável na narrativa do autor, não deve esgotar as possibilidades da sua abordagem⁷⁰.

Por outro lado, é preciso afirmar que não é observável influência significativa do vínculo com o IHGRGS em sua representação do passado do ponto de vista daquilo que ela

⁶⁹ Conforme Gutfreind (1998) e Oliven (1992), havia desde os anos 1920 um esforço, por parte do instituto histórico local, em afirmar a brasilidade do Rio Grande do Sul. A reivindicação de uma ascendência açoriana era uma das formas por meio das quais se buscava aproximar região e nação.

⁷⁰ Embora não seja meu intuito enfocar esta questão, vale a pena comentar o “caso Sepé”, estudado por Nedel (2004). O debate ocorreu no ano de 1956 e foi travado entre dois sócios conhecidos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Moysés Velinho e Mansuetto Bernardi, e julgava a conveniência em se erguer um monumento aos 200 anos de morte do guarani reduzido Sepé Tiaraju. De acordo com Nedel (2004), na contenda aparecem duas posições divergentes quanto ao “peso” das Missões na configuração da memória oficial sul-rio-grandense, bem como à pertinência de integrar esse período controverso de formação do estado aos quadros da história local. Athos Damasceno não havia ingressado na instituição quando da realização da contenda e, portanto, não assina o abaixo-assinado elaborado por Bernardi solicitando ao governador do estado que se erguesse o polêmico monumento. O livro *Artes Plásticas no Rio Grande do Sul (1755-1900)*, de 1970, é um dos poucos exemplos em que esta questão se manifesta na narrativa do autor e nele é endossada a crítica de Moysés Vellinho sobre a questão missioneira na historiografia. O trecho em que Athos cita Vellinho é o seguinte: “Entretanto, de todo êsse variado e custoso acervo não somos nós, rio-grandenses, mais do que simples depositários, pois nenhum nexo cultural a êle nos vincula. A obra dos jesuítas nas diferentes doutrinas guaranis se situou inteiramente à margem do processo de nossa formação [...]. ‘O nascimento, glória e morte das Missões Orientais’, - escreve Moysés Vellinho na mais exata síntese que já se produziu, entre nós, da ação dos jesuítas no Rio Grande do Sul – ‘parcela dos trinta POVOS que compunham a Província Jesuítica do Paraguai, foram episódios que se consumaram numa porção geográfica que só alguns decênios após a expulsão da Companhia veio a incorporar-se, por capitulação militar, ao território rio-grandense [...]’” (DAMASCENO, 1970, p. 20). Sobre o caso Sepé ver Bernardi (1980) e Nedel (2004). Um estudo sobre a representação da região desenvolvida por Moysés Vellinho pode ser lido em Rodrigues (2006).

tem de mais interessante: a diversificação das fontes de pesquisa e dos sujeitos pesquisados. Afirma-se isso em função de que sua inserção na instituição ocorre em um momento bastante avançado de sua trajetória enquanto pesquisador (1957), quando a maior parte das opções por temáticas e fontes de pesquisa que marcam seus estudos já haviam sido feitas.

Além do mais, não foi possível acompanhar a atuação de Athos no IHGRGS através das páginas da Revista do Instituto, a qual não vinha sendo publicada quando da sua filiação⁷¹. Outra maneira por meio da qual se esperava obter mais informações acerca desta vinculação foi a consulta ao seu fundo pessoal, arquivado na instituição. Estas fontes também não trouxeram maiores esclarecimentos nesse sentido. Em virtude de tudo isso, esta pesquisa parte do pressuposto de que os espaços que mais informam acerca do *lugar social* de produção dos textos de Athos Damasceno são, respectivamente, a Editora Globo e a Comissão Estadual do Folclore, sendo que o pertencimento à editora parece oferecer maior potencial explicativo.

A próxima seção analisará alguns textos de Athos Damasceno que indicam o esforço de renovação dos estudos regionais no sentido enunciado acima. Busca-se, com ela, evidenciar e refletir sobre a inserção do autor nos debates e ideias difundidas em meados do século XX sul-rio-grandense.

⁷¹ A revista do Instituto, que, de acordo com Campos (2013) contou com apoio estatal regular entre 1921 e 1946, deixou de ser publicada no longo período que se estende de 1950-1975. Em relação à escolha de não publicar o periódico, é interessante a fala de Guilhermino César, o qual se torna presidente da instituição no ano de 1949, transcrita no artigo de Medeiros (1990). Uma das prioridades de sua gestão foi providenciar uma nova sede para a instituição. Dessa forma Guilhermino justifica a ausência do periódico: “Não publiquei mais a revista, porque nós não tínhamos Receita. Quando era necessário mandar uma correspondência, o Thomaz olhava para os sócios e dizia: ‘quem é que vai pagar essa correspondência hoje?’ [...]. E eu continuei a Revista. Continuei a bater pé, dizendo que a Revista deveria sair algum dia, no momento em que nós tivéssemos cadeira para sentar, no momento em que nós tivéssemos uma sede condigna para nossas obras, para nossos livros.” (MEDEIROS, 1990, p. 146-147). Quando era publicada, a Revista trazia uma síntese das atas das reuniões dos sócios do Instituto. Com o intervalo na publicação, os resumos das reuniões também deixaram de ser publicados. Por meio de pesquisa no acervo da instituição foi possível consultar algumas das atas de fins dos anos 1950, nas quais há menção à participação de Athos Damasceno nas reuniões. A consulta às atas, contudo, não trouxe, no meu entendimento, maiores contribuições para a compreensão da representação do passado deste autor, uma vez que as manifestações do pesquisador referiam-se, em geral, a problemas pertinentes à administração do Instituto, como, por exemplo, questões administrativas em relação à remuneração do secretário, pedido de envio de material de congressos ao IHGRGS ou mesmo doações de livros ou documentos à biblioteca e ao acervo da instituição. Os exemplos citados constam nas atas de 18 de março de 1958, 47º sessão, 25 de março de 1958, 48º sessão, 30 de abril de 1959, 12º sessão, 02 de julho de 1959, 28º sessão, e 02 de julho de 1960, 51º sessão.

1.3 A inclusão de outros sujeitos na representação de uma região diversa

A narrativa de Athos Damasceno, em particular a partir dos anos 1940, dedica considerável espaço à análise da importância da presença dos imigrantes alemães e dos negros no Rio Grande do Sul – sobretudo na cidade de Porto Alegre. Conforme indicado na primeira seção deste capítulo, desde 1932 o autor vinha reivindicando a incorporação do elemento imigrante à representação da região⁷². Desse modo, a inclusão deste primeiro grupo em sua narrativa não é propriamente uma novidade. Cabe aqui, então, o questionamento acerca de como esta presença se manifesta em seus estudos históricos⁷³.

O estudo da culinária no estado é uma das maneiras por meio das quais Damasceno introduz a contribuição dos imigrantes de origem germânica à cultura regional. Nesse sentido, no ensaio intitulado *Breve notícia e ligeiras considerações acerca da arte doceira no Rio Grande do Sul*, que serviu de introdução ao livro *Doces de Pelotas* (1957)⁷⁴, o autor menciona tanto os doces caseiros quanto aqueles comercializados em confeitarias (Leindecker &

⁷² Em relação à presença da imigração alemã na historiografia, ver Werle (2014, p.13-30).

⁷³ Nesse sentido, é importante destacar que, apesar de Athos Damasceno ressaltar a contribuição dos negros e imigrantes alemães para a cultura popular, o indígena não é considerado um elemento destacado de tal cultura. Sua narrativa em *Artes Plásticas no Rio Grande do Sul* (1970) é exemplificativa, inclusive, da existência de um pensamento que não raro inferioriza os indígenas que habitavam a região, o qual endossa o argumento de que seriam estes “indivíduos bastante primitivos” (DAMASCENO, 1970, p. 3), que “sequer tinham noção de tempo” de quem, portanto, “não recebemos qualquer contribuição original que, nos domínios da cultura, possa ser levada a seu crédito [...]. O legado que nos transmitiram não vai além da modesta porção de sangue caldeado na indiscriminação de ajuntamentos apressados com colonos e aventureiros, em suas incursões por estes confins então agrestes e desconhecidos.” (DAMASCENO, 1970, p.1). Em virtude disso, observa-se na narrativa do autor a permanência de certas formas de abordagens cristalizadas pela historiografia até aquele momento. Desse modo, Damasceno distancia-se das inovações introduzidas, entre outros, por Erico Verissimo, por exemplo, o qual, segundo Rodrigues (2006), reserva uma posição de destaque ao indígena na formação histórica do estado. A propósito, é preciso esclarecer a razão do referido livro não ter sido adotado como uma das fontes principais a serem analisadas nesta pesquisa. Como já foi indicado aqui, um dos objetivos centrais desta dissertação é analisar a representação da temporalidade e da identidade desenvolvidas na representação do passado de Athos Damasceno, questões bem presentes em grande parte dos textos do autor. Nesse sentido, o livro *Artes Plásticas no Rio Grande do Sul*, com exceção do posicionamento polêmico no que toca à contribuição cultural dos indígenas locais, conforme já mencionado, não apresenta grandes peculiaridades se comparado aos demais acima analisados. Além disso, a postura do autor em relação às questões da temporalidade e da identidade são menos evidentes, bem como é escasso o emprego de linguagem irônica e/ou emotiva, as quais serão abordadas no próximo capítulo.

⁷⁴ Não foi possível encontrar o referido livro. Em virtude disso, a versão do ensaio que consulto foi a que apareceu no livro de 1974, intitulado *Colóquios com a Minha Cidade*, de Athos Damasceno. O que podemos saber é que o livro prefaciado pelo porto-alegrense foi bem recebido pela crítica e teve leitores ilustres na região nordeste do país. A correspondência epistolar do autor indica uma relação cordial com Luiz da Câmara Cascudo, folclorista interessado no estudo da alimentação. Em carta endereçada a Athos, Cascudo afirma: “Athos Damasceno, meu caro confrade: O DOCES DE PELOTAS é livro de velha utilidade pessoal. Logo que o li bati uma crônica, janeiro de 1960, e levei dois exemplares para fora, deixando um no Porto e outro em Luanda. Queria merecer-lhe autorização de transcrever suas referências sobre o açúcar gaúcho, pp.4/5 do prefácio numa minha ANTOLOGIA DA ALIMENTAÇÃO BRASILEIRA, IIIº tomo da HISTÓRIA DA ALIMENTAÇÃO NO BRASIL em que trabalho há três anos. Muito agradecerei uma sua resposta. Saudações muito cordiais do velho admirador e confrade, Luís da Câmara Cascudo”. 13 de julho de 1964. Arquivo Athos Damasceno Ferreira, IHGRGS, Correspondência/estados do Brasil.

Conraths) ou em fábricas de açúcarados (Neugebauer). Além disso, na perspectiva do pesquisador, a culinária teria colaborado sobremaneira para o processo de *aculturação* dos teuto-brasileiros. É interessante o fato de que a abordagem do autor se concentre neste processo e o enalteça frequentemente. Em razão disso, é elucidativo que acompanhemos sua argumentação nesta direção, a fim de compreendermos qual é o espaço reservado ao grupo na sua narrativa.

A questão é mais bem explorada no texto “Gambrinus por estas bandas: provocação ao estudo da Economia e da Sociologia da cerveja no Rio Grande do Sul”, publicado no livro *Colóquios com a minha Cidade* (1974). Neste estudo, Athos Damasceno indica que a cerveja era consumida em todas as estações do ano nos mais diversos locais. Ademais, a bebida teria sido um fator de união entre “lusos” e “teutos”. A confirmação dessa assertiva parece ser uma das intencionalidades centrais deste estudo. O escritor lamenta a demorada integração dos alemães à cultura local oferecendo como exemplo o fato de que assim que se estabeleceram na região, logo retomaram seus usos e práticas, “favorecidos nisso por sua teimosa fidelidade às tradições”, e, particularmente, “no quase total ilhamento em que se manteriam durante longo tempo, pela necessidade de bastarem-se a si próprios.” (FERREIRA, 1974, p. 169).

Com isso, ao enfatizar as trocas entre alemães e lusos, o autor apresenta a cerveja como ingrediente facilitador de aculturação dos “encaramujados” (1974, p. 169) alemães à cultura local. Com o tempo e com o aumento da apreciação da cerveja por parte dos *brasileiros*, do consumo do chimarrão pelos imigrantes e com o avanço dos contatos entre uns e outros, se deu a “desmarginalização” dos imigrantes, os quais aos poucos se integraram “no já cristalizado elenco de raízes lusas.” (p. 198). Assim, sobre a aproximação das culturas, Athos conclui:

Com efeito, nesses encontros renovados e contatos frequentes, à inspiração invariavelmente da cerveja, muito alemão cosquilloso acabaria afeiçoando-a à nossa língua, aos nossos hábitos e aos nossos costumes, passando a conviver conosco em camaradagem franca e entrando, afinal, conosco em espontânea comunhão de sentimentos e idéias. No cadinho dos Chalés, dos Recreios e dos Bosques porto-alegrenses e interioranos, por via do entendimento que a cerveja criava, preconceitos raciais se atenuariam, reservas e prevenções deixariam de existir, antipatias recíprocas, em geral, gratuitas, se dissipariam. E chegaria mesmo a gerar amizades fraternas que, deslocando-se das mesas de bar para a intimidade dos lares, não raro se converteriam ali, através de uniões matrimoniais, em sólidos laços de família. Sólidos laços, como outros tantos vínculos e nexos individuais e sociais, propiciados pela cerveja. Exatamente pela cerveja que, por sinal, e à imposição das circunstâncias, atuaria entre nós não como instrumento de GERMANIZAÇÃO dos brasileiros, o que seria natural que ocorresse, considerada a fonte de onde provinha e dada a

carga de tradição de que era portadora, mas, inversamente, como fator positivo de ABRASILEIRAMENTO dos alemães. (FERREIRA, 1974, p. 199)

A preocupação de Athos Damasceno com a aculturação dos alemães no sul do país já havia sido mote para a escrita de outro artigo seu, publicado pela *Província de São Pedro* em 1957⁷⁵. Ao analisarmos as diferentes narrativas por ele elaboradas, podemos sugerir a seguinte interpretação acerca do seu posicionamento em relação à questão: se, por um lado, o escritor faz questão de incluir o grupo dos imigrantes na representação do passado regional, por outro lado ele o faz de modo bastante condicional, no sentido de que as aproximações entre lusos e teutos são positivas na medida em que contemplam o “abrasileiramento” destes. O estabelecimento desta importante condição pode ser melhor compreendido se considerarmos que ocorre aqui uma apropriação, por Athos, de algumas das ideias de Gilberto Freyre. Adiante esta aproximação será abordada de modo mais detido. Por ora, contudo, cabe uma breve menção a ela.

Nesse sentido, na conferência realizada no ano de 1940 intitulada sugestivamente de “Uma Cultura ameaçada: a luso-brasileira”, em plena Segunda Guerra Mundial e logo após uma viagem ao sul do país, Freyre exterioriza sua preocupação com o que chama de *enquistamento étnico* das colônias alemãs, imaginadas como possível base territorial para a expansão germânica e enfatiza que a cultura luso-brasileira deveria ser a base, “a essência, o nervo, da organização nacional - ou social - brasileira, no Sul como no Norte” (FREYRE, 1940, s/n).

Giralda Seyferth (2000; 2004), por sua vez, ao considerar o posicionamento do sociólogo, problematiza a noção de pluralismo cultural que estaria presente no regionalismo por ele proposto, uma vez que ela está subordinada ao conceito de assimilação. Segundo a autora, para o pernambucano a pluralidade é mais legítima nos limites fixados pela formação nacional herdada dos tempos coloniais, mais preservada no Nordeste – lugar onde a mistura das três raças (portuguesa, indígena e negra) está em equilíbrio. Assim, “Dentro dos limites de uma pluralidade que se pretende assimilacionista (portanto, uma contradição), não há espaço para diferenças fundadas na etnicidade” (SEYFERTH, 2000, p. 182-183). A conclusão da autora é de que a brasilidade de Freyre não admite o pluralismo, mas unicamente a pluralidade que não compromete a herança luso-tropical.

⁷⁵ “À Margem do Processo de Aculturação dos Alemães no Rio Grande do Sul”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 8, n. 18, fev. 1953, p. 9-17.

A abordagem de Athos sobre os imigrantes, portanto, inova ao apresentá-los como outros atores no processo de constituição da identidade regional, bem como ao assumir que a pluralidade da região tem suas especificidades em relação ao Nordeste, tais como a presença significativa, no estado sulino, do elemento estrangeiro. A região plural homóloga à nação, aqui, é composta por elementos que extrapolam o equilíbrio das “três raças”, mas nem por isso deixa se encaixar no modelo pluralista-assimilacionista de Freyre. Nesta perspectiva, o teuto-brasileiro apenas *contribui* com a constituição da identidade local, não sendo ele representado como uma de suas bases.

Além da questão dos imigrantes estrangeiros europeus, é ainda necessário determo-nos na interpretação da presença dos imigrantes africanos⁷⁶ sugerida pela representação do passado do autor aqui estudado. Não tendo sido anunciado anteriormente, esta abordagem se configura como novidade nos estudos históricos de Athos Damasceno. Vejamos, primeiramente, como a temática se manifesta em alguns dos principais textos do pesquisador. Neste aspecto, *Imagens Sentimentais da Cidade* (1940) é uma publicação interessante, porquanto inclui o elemento negro no cenário da cidade de outrora e, simultaneamente, ressalta a existência de uma indesejável marcha rumo à obliteração desta presença. Além disso, a narrativa também se destaca por indicar que os negros que viviam em Porto Alegre não gozavam “de condições de vida diferentes das do resto do Brasil: - as mais baixas ocupações lhes eram reservadas, não tinham direito a nada e, por dá cá aquela palha, entravam no chicote.” (FERREIRA, 1940, 89-90)⁷⁷. Assim, após longa explanação sobre as duras condições de vida deste grupo na cidade, o autor, valendo-se de sua linguagem emotiva⁷⁸, aponta:

⁷⁶ De acordo com Regina Weber (2011), no atual estágio dos estudos sobre imigração, os africanos foram incorporados como sendo um grupo de imigrantes, apesar do caráter forçado deste processo de deslocamento populacional.

⁷⁷ Sobre o tema, é interessante o alerta de Nedel (2007) segundo o qual a partir dos anos quarenta desponta, em alguns intelectuais sulinos, entre os quais o autor aqui estudado, a crítica à presumida “escravidão branda”, tão criticada nos anos 1980. Assim, segundo a autora: “Neste sentido, parece significativo que antes da chegada da autodenominada *historiografia crítica* da década de 1980 — defendida por autores saídos, na maioria, do ambiente universitário e especialmente dos programas de pós-graduação da USP (Almeida 1983:42) — as primeiras contraditas à presumida escravidão ‘branda’ de uma região onde o negro teria pouca ou nenhuma relevância demográfica tenham partido exatamente das análises dos sócios do Instituto convertidos ao estudo das manifestações ‘populares’ da cultura regional. Assim é que, por exemplo, Augusto Meyer manifestou na terceira edição de *Prosa dos Pagos* (1960), sua inconformidade com a continuidade das interpretações canônicas da história dos anos 30.” (NEDEL, 2007, p. 105)

⁷⁸ No capítulo dois encaminharei a minha interpretação acerca das implicações desta linguagem que apela para o lado sentimental do leitor. Por enquanto, é pertinente adiantar que ela relaciona-se ao estabelecimento de certas continuidades do passado no presente. Neste caso, este tipo de linguagem parece interpelar o leitor a fim de que ele não se esqueça desta significativa presença, que é a dos negros na cultura da cidade.

Ainda assim, e talvez por causa disso, eles constituíam um dos aspectos mais simpáticos, mais comoventes e mais vivazes da cidade. Na humildade em que viviam, no arrôcho em que trabalhavam, na dureza e resignação com que sofriam, concorreram com um contingente considerável de notas emocionantes e coloridas para a crônica de Porto Alegre. Quem é que há de esquecer o Largo da Quitanda, nas manhãs batidas do sol, fervendo de negros e negras com os seus fartos tabuleiros de frutas, os seus balaies de verdura, as suas caixas envidraçadas com pés de moleques lá dentro, os seus cestos de ervas medicinais? E a Praça do Paraíso, que foi o segundo Mercado da Cidade, com o prêto Estevão do beco da Marcela, o Zé dos Alhos, que era dado a esgrimanças e mandingas, a Maria Rosa que vendia pastéis do outro mundo, a negra Benvinda que negociava com figos e quase morreu de susto com um trote que lhe deu o célebre mágico Hermann, cujas moedas de ouro, rolando aos montes pelo avental da quitandeira idiotizada, apareciam e desapareciam misteriosamente? (FERREIRA, 1940, 92-94)

À pergunta enunciada, o autor mesmo retorque: “Ninguém poderá esquecer” (1940, p. 94). Mas cabe a nós o questionamento: por que ninguém pode esquecer? Seria porque esta presença informa muito sobre o passado da cidade, quiçá sobre a identidade regional? Parece-me que sim. Dessa forma, apesar de destacar o “caráter luso-brasileiro” da sociedade sul-riograndense, percebe-se na narrativa do autor o reconhecimento da importância explicativa da inserção do negro e, como já mencionado, do imigrante alemão, para a compreensão do passado e presente da região.

A inclusão destes, então, permite a abordagem da cultura regional de modo mais amplo, visto que este procedimento subsidia uma abordagem atenta à diversidade de cultos religiosos, das festas populares, das receitas e temperos da culinária e, também, da indumentária que tanto informam sobre o passado da região. Assim, após citar algumas vendedoras de quitutes e as festas dos Batuques nos Campos do Bom Fim, o autor indica a tremenda popularidade exercida por determinados serviços prestados por algumas negras que, segundo ele, deixaram nome na história pelas suas então creditadas habilidades ligadas ao mundo sobrenatural. Nas palavras do autor:

A negra Romana fazia mandinga, arranjava despachos, benzina, curava erisipela, papo, febre de mau-olhado, amor mal correspondido e feridas abertas. A Maria Inácia gostava do pagode, era mais bamboleadeira que bruxa, mas preparava infusões de aguardente com mastruço, pata-de-vaca, sassafráz, e conhecia a fundo a ciência das simpatias e promessas. Negro safado era o Tio Luiz da Perna Torta, que morava na rua da Alegria perto da praça da Caridade. Levou muita gente crédula no emburlo com seus santos, as suas preces e, sobretudo, com a sua lábia... Quando se diz “gente crédula”, não se fala só no povo grosso. Muita

“senhora distinta”, muita “moça da sociedade”, muito “cidadão de respeito” acreditou, no passado, e ainda hoje acredita, em benzeduras, passes, defumações e fluídos... As simpatias tiveram, entre nós, larga extração, sobretudo nos intrincados problemas do amor. (FERREIRA, 1940, p. 95-96)

Dando seguimento à narrativa que parece se situar entre o crítico e o nostálgico, Damasceno analisa, no já mencionado texto sobre a arte doceira no estado, de 1957, além das receitas de base açoriana e teuto-brasileira, a contribuição dos negros na constituição da culinária sul-rio-grandense. Desse modo, de acordo com o autor, os negros deixaram sua marca nos salgados e apimentados, bem como no comércio da doçaria. Nesse campo, a “preta Camila” se destacou:

Algumas NEGAS-MINAS – assim eram chamadas - deixaram nome na história, como ativas vendedoras de guloseimas e pitéos. A preta Camila, por exemplo, foi uma delas. Num jornal de 1885 topei êste anúncio: “Atenção, doceiros! Vendem-se os serviços da preta Camila, conhecida nesta cidade por boa vendedora. Nos dias úteis faz 9\$000 mais ou menos e nos dias de festa faz mais de 20\$000. Trata-se na rua Duque de Caxias nº 206. (FERREIRA, 1974, p. 83)

Outro texto que deve ser considerado é o intitulado *Apontamentos para o estudo da Indumentária no Rio Grande do Sul* (1957). Nele Damasceno analisa as vestimentas no Rio Grande do Sul e conclui que “os trajos dos nossos antepassados eram todos de mau pano e também de mau corte” (p. 78). O fio condutor da narrativa é o colono açoriano, o que reforça que era neste que residia a linha mestra da identidade regional⁷⁹. Apesar disso, a fim de proceder ao estudo da indumentária na Província, o autor indica além dos trajes açorianos as vestimentas de imigrantes, indígenas e negros. Em relação a estes, o pesquisador enfatiza o “colorido” das mulheres, as quais ofereciam “pela sua composição e colorido, um interêsse folclórico que o traje do crioulo não oferecia, como não oferecia por seu turno o da escorrida chinoca pampeana com a sua saia de chita tão vulgar quanto vulgaríssimo calção do mísero escravo lanhado, do tempo do carimbo e do palanque.” (FERREIRA, 1957, p. 81-82). O pesquisador ainda aponta dois fatores que concorreram para a melhoria, entre as mulheres

⁷⁹ Tanto é assim que, ao dedicar uma parte da reflexão aos trajes dos imigrantes alemães, em seguida o autor afirma: “Mas... Deixemos de lado os alemães e voltemos aos lusos que os precederam de quase um século na colonização da Província e muito mais do que eles sofreram os rigores da adaptação a êsse meio primitivo e hostil.” (FERREIRA, 1957, p. 74)

negras, da vestimenta analisada: a abolição da escravidão e a influência dos negros expedidos das províncias do norte para cá:

O quadro entre nós era muito parecido com o quadro da Bahia, do Rio, do Recife, de Minas – quadro álaçre e bizarro de que, em largas pinceladas, nos dá um instantâneo tão saboroso, em “Casa Grande e Senzala”, o incomensurável Gilberto Freyre. Semelhantemente às pretas doceiras e às vendeiras de aluá, no Norte, algumas delas amantes de ricos comerciantes portugueses e por êles vestidas de sêda e cetim – as daqui se esmeravam o mais que podiam no arranjo do seu embonecamento, levando longe a fantasia e o dispêndio. (FERREIRA, 1957, p. 85-86)

A referência textual ao sociólogo de Recife enseja a abordagem do problema da inserção do negro nos estudos históricos sul-rio-grandenses considerando a história desta historiografia, a fim de problematizarmos as implicações do diálogo com Gilberto Freyre. Inicialmente, pois, resalte-se que a presença do negro na história do Rio Grande do Sul havia sido pouco explorada até o período em que Athos Damasceno escreve.

Além disso, não é acertado incluir o autor aqui estudado no rol de pesquisadores que foram classificados, por alguns comentadores, como sendo um daqueles que acentua o “mito da democracia racial” forjado a partir das supostas relações amistosas estabelecidas entre senhores e cativos nas *estâncias* do interior do estado. Não estou com isso buscando afirmar que o autor transcenda completamente os debates e ideias de seu tempo – por vezes discriminadoras, se considerarmos o atual estado das pesquisas sobre a questão do negro⁸⁰ – mas sim apontando que é insuficiente pensar a historiografia do período procurando por aqueles que se inserem ou não na lista dos que fortalecem o “mito”. Exemplificativo deste tipo de análise é o balanço historiográfico elaborado por Mário Maestri (2006). É profícuo acompanhar parte de seu argumento a fim de avançar na reflexão aqui proposta.

Segundo o autor, apenas nos anos 1930 atenuou-se o problema da invisibilidade e, não raro, negatização do negro nos estudos do passado regional. O autor descreve a questão na historiografia sul-rio-grandense desde o século XIX, iniciando, entre outros, pelos relatos de viajantes como Nicolau Dreys e Saint- Hilaire, passando por autores que escreveram no final do século tais como Alcides Lima, Assis Brasil e João Cezimbra Jacques. De modo geral Maestri traça a gênese da constituição, na historiografia, do “mito da democracia racial”, da adesão ao “racismo científico” e da exclusão do elemento negro na conformação da sociedade

⁸⁰ Sobre a questão é possível consultar a dissertação de Sarah Amaral (2010).

sulina. De acordo com o autor, a tônica também foi esta nos estudos de Rubem de Barcellos e Salis Goulart, publicados nas primeiras décadas do século XX.

De modo inovador e despertado pelos estudos de Gilberto Freyre, o advogado e professor Dante de Laytano passa, nos anos trinta, a empreender a primeira investigação “multifacetada sobre o negro no Rio Grande do Sul” (MAESTRI, 2006, p. 237). Mas, apesar de avançar em relação à contribuição do negro para a sociedade sulina, Laytano, segundo Maestri, não abandona a tese da “escravidão feliz”⁸¹. Há, além desta, uma outra afirmação de Maestri que suscita reflexão, por relacionar-se diretamente ao que está sendo tratado nesta seção. Conforme o autor, “Os estudos de Laytano não fizeram escola” (p. 237).

“Escola” é certamente uma expressão carregada demais para designar a existência de estudos semelhantes aos de Laytano entre seus contemporâneos, mas o fato é que podemos observar em certos textos de Athos Damasceno, por exemplo, uma abordagem que aponta para a inexistência do suposto caminho solitário percorrido por Dante. Aliás, conforme Nedel (2007), toda uma geração no Rio Grande do Sul optou por tratar das diversas questões levantadas por Gilberto Freyre em relação à cultura brasileira.

De acordo com a autora, a partir dos anos 1940 ocorre, entre a intelectualidade local, “um alinhamento tardiamente declarado com as opções analíticas do autor de *Casa Grande & Senzala*” (NEDEL, 2007, p. 87)⁸². Isso ocorre especialmente no final do Estado Novo, quando a centralização política passa a ser vista com desconfiança. Neste momento, os intelectuais gaúchos procuram “reverter sua posição desfavorável na federação das letras e no repertório escatológico nacional”, (NEDEL, 2007, p.98) passando a manejar conceitos como “aculturação”, “transculturação” e “assimilação” no intuito de reclamar a integração da periferia ao centro. Com isso:

⁸¹ Não cabe aqui avaliar a pertinência da análise neste ponto, mas, sobre os estudos de Laytano, é interessante consultar a já mencionada tese de Letícia Nedel (2005), a qual se detém sobre os estudos folclóricos no estado, encabeçados pelo pesquisador.

⁸² A propósito da menção a Freyre, é interessante a análise de Costa Lima (1989) a respeito da narrativa de *Casa Grande & Senzala* (1933) e a releitura desta análise elaborada por Benzaquen (1994). Segundo Costa Lima, permanece na narrativa de Freyre “a imbricação mesma entre raça, meio e cultura”, o que demonstra a “extrema limitação de sua recepção de Boas” (COSTA LIMA, 1989, p. 208). Ricardo Benzaquen (1994), por sua vez, avança na questão ao chamar a atenção para o conceito de meio físico, que operaria como uma espécie de intermediário entre os conceitos de raça e cultura, argumentando que embora o conceito de raça seja mantido nos estudos de Freyre “ele não alcança uma dimensão tal que possa prejudicar irremediavelmente a vocação, digamos, cultural, do conjunto de sua reflexão” (BENZAQUEN, 1994, p. 41). Sendo assim, o aspecto da obra do sociólogo a ser considerado nesta dissertação pode ser enunciado da seguinte forma: Gilberto Freyre, ao apontar para a importância do conceito de cultura na análise da sociedade brasileira – ainda que sua narrativa não tenha cumprido com as expectativas geradas pelo seu próprio prefácio, conforme indica a análise de Costa Lima – contribuiu para renovar os estudos e debates em voga entre a intelectual brasileira durante boa parte do século XX. Este é, pois, o caso quando da aproximação dos autores sul-rio-grandenses com suas ideias.

Os autores tratam de gestar a própria alteridade em uma empresa coletiva e nacionalmente orientada para a institucionalização dos estudos e da proteção ao folclore dos estados, tomando-os como substrato de uma escrita revigorada pela fórmula narrativa enunciada no prefácio à primeira edição de *Casa Grande & Senzala* [...]. (NEDEL, 2007, p. 98)

Sendo assim, uma das principais motivações para o referido alinhamento, segundo a autora, pode ser encontrada no fato de que a narrativa de Freyre sobre a constituição da nação mostrava-se conveniente para contribuir com o esforço local de inclusão da região do extremo sul do país no todo nacional. A necessidade de tal esforço, por seu turno, vinha da constatação de que a representação da região desenvolvida pelo IHGRGS apresentava um grande descompasso com as questões debatidas no centro do país. Um exemplo desta espécie de concertação entre as ideias de Gilberto Freyre e os objetivos da intelectualidade local pode ser encontrado na conferência intitulada *Continente e Ilha*, proferida em Porto Alegre, em 1940, na qual, segundo Nedel, o sociólogo oferece uma espécie de saída metodológica para o problema da inserção do Rio Grande do Sul nos limites luso-brasileiros. Na ocasião, Freyre descreve a maneira particular por meio da qual o Império português estendeu sua influência de norte a sul: lá, através dos primeiros portugueses, aqui, pelo luso-brasileiros e açorianos. Além do sentido continental da colonização, a partir da difusão de um centro dispersor para as áreas periféricas, o autor indica também um sentido de *ilhas sociológicas* “de coagulação da energia lusitana em [...] áreas economicamente estratégicas, que depois se acentuariam em regiões mais amplamente culturais” (FREYRE, 1943, p. 18 apud NEDEL, 2007, p. 86). Assim, a colonização açoriana no sul serviu como fator de estabilização da conquista portuguesa.

Além disso, é interessante a passagem em que o autor enaltece a diversidade cultural inerente a cada uma destas “ilhas”, uma das quais seria a cidade de Porto Alegre. O trecho é um pouco longo, mas significativo:

[...] Essas *ilhas* lusitanas alargaram-se num quasi continente: a América portuguesa. E esta o que é hoje, sociológica ou culturalmente, é um largo arquipélago. À sua singularidade portuguesa no continente americano - singularidade antes cultural do que étnica (inclusive por largo tempo, a própria singularidade política, de forma monárquica de govêrno) - o Brasil tem reunido sempre a pluralidade de etnias e culturas. E esta lhe tem permitido crescer dentro daquelas linhas essencialmente portuguesas de unidade, sem esterilizar-se na uniformidade, na monotonia, na igualdade dos sistemas filípicos de pátrias feitas geomêtricamente e à fôrça; de povos engrandecidos em impérios aparentemente maciços à

custa da espontaneidade criadora, fluida, ardente de suas regiões ou de suas províncias; de *continentes* desenvolvidos rapidamente em forças mundiais pelo puro progresso técnico ou pela simples ficção política de unidade, com o sacrifício das reservas de profundidade poética, de densidade folclórica e de originalidade cultural de suas *ilhas*. Nunca que ao Brasil aconteça a desgraça de uniformizar-se filipicamente num império ou de integrar-se num sistema de uniformidade continental ou de rígida, dura e absoluta singularidade nacional de cultura, com o sacrifício de suas diferenças regionais [...].(FREYRE, 1940a, s/n)

Dessa forma, pelas razões e meios acima referidos, a metodologia do autor de *Casa Grande & Senzala* teve seus adeptos no Rio Grande do Sul. Dante de Laytano, por sua vez, não esteve sozinho ao reservar espaço em suas pesquisas ao papel do negro na região. Entre outros, tais como Augusto Meyer, Athos Damasceno reserva espaço para a análise deste grupo e também para a investigação acerca do passado da “ilha” chamada Porto Alegre. Como veremos a partir dos próximos capítulos, o autor investe tanto na procura pelas características que aproximam a cidade – enquanto o recorte representante da região – das demais cidades/regiões brasileiras, quanto na busca pelos elementos que a distinguem do restante do país. Assim, a capital é representada em sua singularidade, a qual, conforme a citação acima, Freyre recomendava que fosse preservada, e também em sua generalidade, que a aproxima do todo nacional.

Apesar deste movimento de aproximação com as ideias de Gilberto Freyre, esboçado até aqui, é importante que se aprofunde um pouco mais esta apropriação e alguns de seus desdobramentos. Nesse sentido, duas questões devem ser mencionadas. A primeira delas diz respeito ao *status* que Damasceno confere às contribuições do negro para a cultura regional; a segunda refere-se à questão da modernidade e da integração do país à marcha da civilização, muito presente tanto no discurso dos intelectuais locais quanto no do sociólogo. Começemos pela primeira.

Pelo que foi analisado nesta seção em relação à inclusão do negro na representação do passado desenvolvida por Athos Damasceno, é possível inferir que ela é valorizada, porém é compreendida como menos expressiva do que a contribuição açoriana à cultura regional. Dessa forma, o autor afasta-se da interpretação de Freyre, a qual, conforme Benzaquen (1994), valoriza “em pé de igualdade” as contribuições do negro e do português. Embora existam outros atores e grupos que devem ser considerados para o melhor entendimento da conformação da cultura sul-rio-grandense, na visão de Athos, ela é de base açoriana.

A segunda questão remete ao posicionamento do autor acerca da modernização. Em relação à temática, Benzaquen afirma que, ao buscar construir uma nova versão da identidade nacional, Freyre substitui a obsessão com o progresso e com a razão, bem como com a integração do país na marcha da civilização por uma interpretação que desse “alguma atenção à híbrida e singular articulação de tradições que aqui se verificou” (BENZAQUEN, 1994, p. 30). Neste ponto, existe uma postura ambígua por parte do autor estudado nesta dissertação, que se acentua a partir dos anos 1950.

Desse modo, naquilo que chamo de *primeiro tempo* da sua representação do passado (1940-1950), é possível observar uma escrita que tende a negatizar a modernização, sobretudo dos costumes e de certas tradições. Neste momento, o rompimento com o passado é, de certa forma, denunciado. No *segundo tempo* de suas pesquisas (1950-1970), porém, a narrativa evidencia uma tentativa de compreensão e, além disso, certa valorização de algumas transformações introduzidas ao longo do processo de modernização da cidade e dos costumes. Sendo assim, talvez seja pertinente sugerir que, nesta temática específica, a representação elaborada por Athos Damasceno possa ser compreendida como uma articulação dos debates suscitados pelo modernismo paulista, pelo culturalismo de Freyre e, evidentemente e sobretudo, pela sua trajetória intelectual, a partir da qual o autor se apropria destas discussões e cria a sua própria interpretação do passado regional. Os próximos capítulos encarregar-se-ão de dar seguimento e aprofundar a análise da referida interpretação.

2 A MODERNIDADE BATE À PORTA: A REPRESENTAÇÃO DA TEMPORALIDADE E DA IDENTIDADE NA NARRATIVA NA DÉCADA DE 1940

“En el hall de la estación advirtió que faltaban treinta minutos. Recordó bruscamente que en un café de la calle Brasil (a pocos metros de la casa de Yrigoyen) había un enorme gato que se dejaba acariciar por la gente, como una divinidad desdeñosa. Entró. Ahí estaba el gato, dormido. Pidió una taza de café, la endulzó lentamente, la probó (ese placer le había sido vedado en la clínica) y pensó, mientras alisaba el negro pelaje, que aquel contacto era ilusorio y que estaban separados por un cristal, porque el hombre vive en el tiempo, en la sucesión, y el mágico animal, en la actualidad, en la eternidad del instante.” BORGES, Jorge Luís. “El Sur”, *Ficciones*, 2005, p. 267.

O objetivo deste capítulo é aprofundar a investigação da representação do passado elaborada por Athos Damasceno. Na primeira seção será intensificada a análise da narrativa do autor a partir da reflexão acerca do estilo do historiador e dos gêneros textuais aos quais se dedica. A segunda seção tem por objeto o ensaio *Imagens Sentimentais da Cidade* (1940) e busca compreender a representação da temporalidade desenvolvida na narrativa. Por fim, a terceira e última seção tem como fonte principal o estudo *Sacadas e Sacadinhas Porto-alegrenses*, de 1945, o qual permite pensar de modo mais detido acerca da representação da identidade elaborada por Athos Damasceno. Dessa forma, as duas problemáticas centrais da representação do passado do autor aqui estudado serão privilegiadas: as questões da temporalidade e da identidade diante do advento da modernização da cidade.

2.1 Gênero e estilo da narrativa

Historiador que não comunica vida ao documento e não o põe em pé e não o faz andar, não é historiador – é arquivista. (FERREIRA, 1967, p. 169)

Ao serviço de que tipo de representação do passado são postos o *estilo* e o *gênero* dos textos de Athos Damasceno? Eles indicam alguma relação específica estabelecida pelo

escritor entre o tempo passado, presente e futuro? Esta seção busca oferecer soluções a estas questões por entender que elas podem auxiliar na compreensão da representação do passado estudada nesta dissertação, uma vez que, com isso, talvez seja possível compreendermos melhor a intencionalidade da narrativa do nosso autor.

Dessa forma, as considerações de Peter Gay acerca da questão do *estilo*, que, conforme sugere a epígrafe, foi meditado por Athos Damasceno, contribuem para indicar a pertinência de considerá-lo na análise historiográfica, visto que, segundo o autor:

Em parte idiossincráticos e em parte convencionais, em parte escolhidos e em parte impostos por pressões inconscientes, profissionais ou políticas, os recursos do estilo literário são igualmente instrutivos, nem sempre pelas respostas construtivas que dão, mas pelas questões fecundas que levantam acerca das intensões centrais e interpretações gerais do historiador, o estado em que se encontra sua arte, as crenças essenciais de sua cultura – e, quiçá, os vislumbres que capta de seu objeto. (GAY, 1990, p. 21)

Segundo o autor, pensar o estilo pressupõe considerar a subjetividade do historiador enquanto produtor de conhecimento histórico e, simultaneamente, analisar as maneiras por meio das quais ele se relaciona com seus pares de profissão, com a tradição em que se inseriu e com as regras epistemológicas às quais se submeteu. No decorrer da análise tais potencialidades serão exploradas, mas, como uma premissa, podemos adotar a afirmação de que nem estilo tampouco gênero se apresentam de modo homogêneo no autor estudado. Começemos, pois, procurando uma resposta para os questionamentos em relação ao gênero.

A definição dos gêneros dos textos do escritor porto-alegrense não é uma tarefa simples. A apresentação que Sondermann faz do autor em 1974 adianta a complexidade da questão: “Uma particularidade dentro da obra de Athos é que ele sempre soube sair de um gênero para outro com surpreendente facilidade. Hoje, com uma longa carreira atrás de si, ele não se considera um ensaísta, poeta, cronista, historiador, romancista ou pesquisador, mas simplesmente ‘escritor’.” (SONDERMANN, 1974, p. 23). Levando em conta tais afirmações, pretendo apontar algumas possibilidades de definição dos textos de Athos que servem de fonte para esta dissertação.

Este exercício será feito sem a pretensão de enquadrar os textos do autor em classificações restritivas em demasia, porquanto serviriam mais para engessar a narrativa aqui analisada do que para avançar na reflexão acerca das implicações do gênero de escrita para a interpretação da representação do passado de Athos Damasceno. Dessa forma, serão feitos

apontamentos no sentido de distinguir certos gêneros na narrativa do autor estudado. Este esforço se justifica em virtude de parecer-me que uma das possibilidades abertas pela atenção ao gênero reside no fato de que ele auxilia a compreender a posição do escritor frente ao seu objeto de estudo e aos seus leitores, bem como a sua intencionalidade diante da pesquisa. Tais posicionamentos, como veremos, variam em uma escala de aproximações e distanciamentos.

As afirmações de Sondermann, portanto, serviram de alerta para as dificuldades de se uniformizar o autor em uma definição unívoca. Nesse sentido, é importante mencionar a interpretação do historiador Charles Monteiro (2006) acerca de Athos Damasceno. Segundo o autor, ele foi um dos *cronistas* da cidade de Porto Alegre.

Não obstante, me parece que pensá-lo como cronista é uma maneira de dar centralidade ao aspecto memorialístico de sua escrita, porquanto o próprio Monteiro define crônica como um gênero caracterizado por relatos de memória, legitimados pelo testemunho do autor dos fatos narrados. É sabido que as relações entre história e memória são complexas e não é meu intuito simplificá-las. Adiante haverá uma reflexão sobre esta relação na representação do passado do autor aqui estudado. A questão é que raros são os textos de Damasceno (sobretudo os selecionados como fontes deste estudo) em que ele lança mão de memórias suas para conduzir o relato, e quando isso acontece é de forma a complementar as fontes de arquivo. O fato de o pesquisador escrever predominantemente sobre a cidade do século XIX – portanto uma experiência que não foi sua – auxilia a observar que o recurso ao testemunho nem sempre pode ser acionado. Sendo assim, opto neste trabalho por não classificá-lo como cronista por buscar evidenciar a sua *operação historiográfica*, fundada na fase do arquivo, constantemente utilizado pelo autor para legitimar sua narrativa do passado.

Com isso, penso ser possível distinguir duas maneiras de caracterizar os estudos históricos – refiro-me somente àqueles que serão nesta pesquisa analisados – do autor. A primeira delas é como *pesquisa histórica*. Exemplos deste caso são os livros “Palco, Salão e Picadeiro em Porto Alegre no Século XIX: contribuição para o estudo do processo cultural no Rio Grande do Sul” (1956) e “Imprensa Caricata no Rio Grande do Sul no Século XIX” (1962). Nos estudos citados é mais visível a preocupação do autor em legitimar suas afirmações com remissões às fontes de pesquisa/arquivo e a formalização destas remissões em anexos e referências bibliográficas. Outra característica destes estudos é o pouco espaço – em comparação com a segunda forma a seguir proposta – destinado à interpretação do historiador. As opiniões do autor estão impressas de forma sutil na narrativa.

Diferentemente dos textos que foram aqui definidos como de *pesquisa histórica*, as publicações de cunho *ensaístico*, entendidos como a segunda maneira de caracterizar os

estudos históricos de Athos, trazem explicitamente as interpretações do autor sobre o passado e o presente sul-rio-grandense. Podemos inserir no gênero *ensaio*, os títulos “Imagens Sentimentais da Cidade” (1940), “À Margem do Processo de Aculturação dos Alemães no Rio Grande do Sul” (1953), “Apontamentos para o estudo da indumentária no Rio Grande do Sul” (1957), “O Carnaval Porto-alegrense no século XIX” (1970a) e “Colóquios com a Minha Cidade” (1974). Nestas obras não é frequente a presença de referências bibliográficas, nem de anexos. A remissão ao arquivo, entretanto, é uma marca legitimadora da narrativa neste gênero também, embora esta referência seja feita de modo pouco sistemático, como, por exemplo, em expressões do tipo “em um jornal do século XIX, li esta notícia” (FERREIRA, 1974, p. 50). Mas, afinal, como pode ser caracterizado um *ensaio*?

Começemos pela reflexão de Theodor Adorno (2003). O autor, ao definir o ensaio, afirma haver grande afinidade entre o gênero e a experiência intelectual mais aberta, o que leva àquela “falta de segurança que a norma do pensamento estabelecido teme como a própria morte.” (ADORNO, 2003, p. 30). Desse modo, transgressor do sentido acadêmico de verdade, “O ensaio não apenas negligencia a certeza indubitável, como também renuncia o ideal dessa certeza. Torna-se verdadeiro pela marcha do seu pensamento, que o leva para além de si mesmo, e não pela obsessão em buscar seus fundamentos como se fossem tesouros enterrados.” (ADORNO, 2003, p. 30). Em razão disso, a pouca atenção de Athos Damasceno à definição de conceitos e à explicitação obsessiva de suas fontes de pesquisa podem ser entendidas se considerarmos que o ensaio permite esta relativa liberdade, visto que, segundo o próprio Adorno, um ensaísta está muito mais preocupado em propor novas reflexões do que em prová-las.

Antônio Cândido (2006), por seu turno, ao descrever a geração modernista de 1930, afirma ser característico desta o fato de toda ela tender para o ensaio, porquanto era grande a tendência para a análise. Com isso, temos ressaltada uma característica fundamental do ensaio como gênero textual: o seu potencial analítico⁸³. Ainda segundo Cândido, na primeira metade do século XX:

⁸³ Acerca da temática, é interessante mencionar a pesquisa de Fernando Nicolazzi (2008), que aborda a questão do ensaísmo na representação do passado de Gilberto Freyre. Nesse sentido, o autor reflete sobre a constituição do ensaio em alguns países europeus e do ensaio histórico no Brasil. Segundo ele, o ensaio histórico no Brasil, em fins do século XIX e início do século XX, era o gênero no qual convergiam diversos campos (ainda não delimitados) do saber, a fim de explicar as questões “nacionais”. Dessa forma: “A conjectura que se levanta, portanto, é a de que o ensaio histórico das primeiras décadas do século XX desponta no limiar entre as intenções sintéticas da história literária e as pretensões eruditas da historiografia convencional. É legítimo, assim, defini-lo como esforço de sistematização de uma realidade histórica, não se resumindo à simples concatenação dos fatos em períodos, sem uma atenção detida em relação ao método crítico historiográfico, mas também sem a redução documental proposta pela história da literatura, em que a ideia de fonte era, de maneira geral, sinônimo de texto literário. Assim, colocado entre a literatura e a crítica

Todos esquadrinham, tentam sínteses, procuram explicações. Com o recuo do tempo, vemos agora que se tratava de redefinir a nossa cultura à luz de uma avaliação nova dos seus fatores. Pode-se dizer que o Modernismo veio criar condições para aproveitar e desenvolver as intuições de um Sílvio Romero, ou um Euclides da Cunha, bem como as pesquisas de um Nina Rodrigues. (CÂNDIDO, 2006, p.129)

Além da citação de Cândido, é ainda pertinente a remissão a um último autor. Ao mencionar a trajetória do ensaio no Brasil, Eduardo Portella⁸⁴ destaca uma segunda característica relevante: o compromisso do gênero com o texto, “Com a qualidade do texto, sem o que não é ensaio”. Para Portella, o ensaio, além de ser leve, é reflexivo, sendo definido então como uma forma “que se identifica pelo vigor crítico e pela qualidade textual”. Ao investir na constituição do ensaio no Brasil, iniciando por Sílvio Romero, Araripe Júnior e José Veríssimo, passando por Euclides da Cunha, o escritor encontra neste percurso autores com inserção regional e nacional, tais como Augusto Meyer e Guilhermino Cesar. Nas palavras do autor:

Depois vem Augusto Meyer, esse era um erudito dos pampas, esse era um poeta e um grande ensaísta, ensaísta das coisas locais e das coisas universais. Tem um ensaio modelar sobre Camões, muitos sobre Rimbaud, e ao mesmo tempo, ele ia pesquisar o folclore do Rio Grande do Sul, as falas, as histórias, os contos dos pampas gaúchos. Era, simultaneamente, universal e extremamente enraizado. Ao lado de Augusto Meyer, podemos nos lembrar também de um mineiro que morou no Rio Grande do Sul, Guilhermino César. Era do grupo modernista de Cataguases, migrou para o Rio Grande do Sul, lá desenvolveu uma carreira universitária brilhante. Era poeta e escrevia ensaio com o sentido preciso da invenção. (PORTELLA, 2000, s/n)

Sendo assim, é possível afirmar que, ao praticar o ensaio, Athos Damasceno busca se inserir nas formas mais atuais de narrar o passado em voga entre seus contemporâneos. Desse modo, considera-se que o escritor, ao se valer do ensaio nos estudos elencados acima, inseriu-se no seio de uma cultura intelectual brasileira. Já no que se refere à reflexividade inerente ao

histórica, abre para o ensaio interpretativo todo o campo das ciências sociais [...], justamente no contexto em que a sociologia como disciplina não dispunha ainda de meios institucionais definidos para sua autonomia [...]. O ensaio no Brasil não é apenas o texto na fronteira entre arte e ciência, como se costuma dizer, mas o modelo de escrita que permite aglutinar campos disciplinares que hoje são tidos por distintos; ele é o ponto de junção propício para as “três culturas”, sua forma privilegiada de discurso” (NICOLAZZI, 2008, p. 326-327).

⁸⁴ PORTELLA, Eduardo. “O ensaio”. Conferência pronunciada na Academia Brasileira de Letras, em 10/10/2000. O texto, disponível no site, não tem numeração de páginas.

gênero, parece-me que a busca pelo caráter nacional do gaúcho foi a primeira das três questões que pautaram a análise do autor de *Imagens Sentimentais da Cidade*.

Nesse sentido, é importante destacar que a peculiaridade no uso da linguagem e a preocupação com a construção do texto é muito mais observável nos textos ensaísticos do que naqueles textos de pesquisa histórica. No que toca à vocação do gênero para a análise, é plausível sugerir que em Athos Damasceno ela se manifesta no sentido de empreender uma reescrita do passado do Rio Grande do Sul. Assim, seus ensaios buscam mostrar, por meio do estudo da cidade, uma história do urbano e do cultural na região. Estas são, respectivamente, a segunda e a terceira questão que serviram de guia de escrita para o autor aqui analisado. É a serviço desta representação que estão os textos de caráter ensaístico do historiador.

Em virtude disso, é possível afirmar que o fato de Athos Damasceno ter iniciado seus estudos históricos, nos anos 1940, com textos de caráter ensaístico não foi casual. O gênero mais propício à análise foi ao encontro de suas preocupações manifestas desde os anos 1930 quanto à necessidade de se revisitar o passado sul-rio-grandense a fim de eleger novas rupturas e permanências no presente em relação ao passado. Tais mudanças e continuidades podem ser mais bem compreendidas analisando o *estilo* de escrita do autor, expresso tanto em textos de pesquisa histórica quanto de ensaio.

Assim sendo, é interessante atentarmos às apreciações sobre a escrita de Athos Damasceno realizadas por alguns de seus companheiros de geração, a fim de iniciar a análise acerca do estilo do autor. Para tanto, será profícuo determo-nos nos paratextos⁸⁵ do livro *Colóquios com a Minha Cidade*⁸⁶, publicado em 1974, patrocinado pela prefeitura municipal nas comemorações da “XV Semana de Porto Alegre”⁸⁷. Os ensaios que compõem o livro haviam sido publicados desde os anos 1940⁸⁸.

Na “orelha” de “Colóquios” temos alguns comentários de nomes reconhecidos no cenário local e nacional que levam o título de *Athos Damasceno e a crítica*, indicando, pois, que não se trata de crítica direcionada especificamente ao livro em questão. Sendo assim, eles não são paratextos originais, tal como define Genette (1997). De todo o modo, muito provavelmente passaram pela autorização do escritor. Entre os comentaristas estão Gilberto

⁸⁵ GENETTE, Gérard. *Paratexts: Thresholds of interpretation*. Cambridge University Press, 1997.

⁸⁶ A partir de agora vou me referir ao livro como “Colóquios”.

⁸⁷ A relação do autor com a prefeitura municipal é anterior a 1974. Em 1940 Athos Damasceno teve outro livro seu intitulado “Imagens Sentimentais da Cidade” premiado como “o melhor roteiro sentimental da cidade” no concurso promovido pela prefeitura municipal em comemoração ao bicentenário de Porto Alegre. Ambos os livros foram editados pela Editora Globo.

⁸⁸ São eles: “Fotógrafos em Porto Alegre no Século XIX”, “Sacadas e Sacadinhas porto-alegrenses”, “Breve notícia e ligeiras considerações acerca da arte doceira no Rio Grande do Sul”, “Natal e Reis na Cidade de Outrora”, “Arsène Isabelle em Porto Alegre” e “Gambrinus por estas bandas”.

Freyre, Erico Verissimo e Carlos Dante de Moraes. A crítica de Moraes, autor de *Figuras e Ciclos da História Rio-grandense* (Ed. Globo, 1959) e companheiro dos tempos de “Grupo da Globo”, aplaude o *ficcionista*⁸⁹ Athos Damasceno:

Poeta e romancista da cidade onde nasceu, Athos Damasceno tem sabido senti-la e compreendê-la como um amoroso que não perde nunca o senso do pitoresco e da *ironia*. E nos aspectos *líricos e sentimentais* que fixou, nas criaturas bem nossas que palpitam em suas páginas de ficção, transluz esse interesse humano e universal que pertence à verdadeira arte. (MORAIS, Carlos Dante, 1974, grifos meus)

Assim, mesmo sendo *Colóquios com a Minha Cidade* uma representação do passado que se pretende verdadeira e que se vale de uma *visada referencial* para tanto, a habilidade de romancista é ainda acionada para conferir credibilidade/confiabilidade à narrativa. Embora não se autodenomine historiador, a essa altura da carreira a lista de publicações na área de história já era extensa e o pertencimento ao IHGRGS, desde 1957, atesta o reconhecimento entre seus pares como um escritor de história. A escolha do comentário de Moraes, portanto, parece indicar que a identidade de ficcionista de Athos continuava a lhe conferir legitimidade intelectual. Paralelamente, desponta o destaque à questão do *estilo* do escritor⁹⁰, que encontra correspondência no autor de “O Tempo e o Vento”.

A apreciação de Erico Verissimo vai ao encontro do aspecto fundamental já levantado na crítica de Moraes para compreensão da escrita de Athos – a particular habilidade narrativa do autor:

Fazer o que Athos Damasceno faz com cada um desses volumosos tomos equivale à proeza de equilibrar-se num arame com um elefante sobre os ombros. Quero dizer que Athos consegue dar a esses textos, que corriam o risco de ser um amontoado de nomes próprios, datas e fatos secos e por vezes pesados, um sabor de ficção, de coisa não só vivida como vivente, mercê de intuições interpretativas e de uma prosa leve, precisa, fluente e jamais enfadonha” (VERÍSSIMO, Erico, 1974).

É importante ressaltar que o comentário de Verissimo está em consonância com os objetivos do autor ao escrever seu romance histórico sobre o passado gaúcho, isto é,

⁸⁹ Não foi possível localizar a primeira aparição desta crítica, mas ela parece referir-se ao período anterior ao redirecionamento dos interesses de Athos para a pesquisa histórica, uma vez que aprecia o autor como “poeta e romancista”.

⁹⁰ Ressalte-se, ainda, que Carlos Dante de Moraes não é o único dos críticos do “escritor da cidade” a apontar seu estilo como *irônico* simultaneamente *sentimental*. Diversos críticos do autor já destacaram seu estilo irônico e, ao mesmo tempo, terno e bem-humorado, como Guilhermino Cesar (1994; 1979), por exemplo. Um estudo sobre a ironia em Athos Damasceno pode ser encontrado em PAPALÉO (1996).

“humanizar” os personagens históricos e os principais eventos da história sul-rio-grandense⁹¹. De acordo com o escritor, então, o *estilo* de Damasceno trabalha a serviço da fluidez da narrativa. Com ele, o autor torna leve o “amontoado de nomes próprios, datas e fatos secos”, ou seja, a *referencialidade exterior ao discurso*, apontada por Ricoeur (2007). O autor cumpre a exigência formal de que o discurso histórico deve se remeter às fontes de arquivo, sem que a tarefa se sobreponha à narrativa como um fardo.

Tendo em vista tais considerações, a afirmação da epígrafe, de autoria de Athos, e ainda esta: “Montaigne ensina a pensar. Renan ensina a escrever. E ensina D. Francisco Manuel de Mello que o *estilo* é inseparável do assunto.” (FERREIRA, 1967, p. 167, grifo meu), é possível inferir que a questão do estilo, além de ser reconhecida pelos contemporâneos como relevante na composição narrativa do autor, era valorizada e problematizada pelo próprio escritor. Sendo assim, é importante considerá-la nesta dissertação e buscar compreender suas implicações na representação do passado aqui analisada.

Nesse sentido, Paul Ricoeur (2007) afirma que na *fase escriturária/literária* da representação historiadora, a terceira etapa da operação historiográfica, manifesta-se a dimensão *retórica* da historiografia. Levar em conta este aspecto implica considerar o *estilo* do historiador no sentido de que ele é um dos recursos do momento retórico na composição da narrativa (RICOEUR, p. 249). Além das recomendações de Ricoeur, a análise a seguir tem como ponto de partida a afirmação de Peter Gay, segundo a qual:

O historiador estuda o passado para poder influir, da maneira mais modesta que seja, sobre o mundo em torno e dentro de si. O controle que busca talvez não seja nada mais do que um autocontrole, uma sensação tranquilizadora de familiaridade ou esperança num ambiente desconcertante ou ameaçador. Mas suas indagações históricas, como todas as indagações, são sempre a resposta a alguma necessidade [...]. (GAY, 1990, p. 176-177)

Observar o estilo do historiador é uma maneira de compreender qual é a resposta que as suas indagações históricas oferecem a determinada necessidade⁹². É fundamental, pois,

⁹¹ Sobre as ambições de Erico ao escrever “O Tempo e o Vento” ver Rodrigues (2006).

⁹² Na tipologia proposta por Gay (1990) encontramos diferentes estilos. Há o estilo em sua acepção estrita, isto é, o *estilo literário* para o qual o manejo das frases, os recursos retóricos e o ritmo da narração são aspectos importantes. Se estes elementos são característicos e habituais tornam-se indicadores de questões mais amplas e mais profundas. Para o autor, os recursos literários são instrutivos nem sempre pelas respostas conclusivas que dão, mas pelas questões fecundas que levantam acerca das questões centrais e interpretações gerais do historiador, o estado em que se encontra sua arte, as crenças essenciais de sua cultura, e, quiçá, os vislumbres que capta de seu objeto. Também temos, na acepção mais vaga do termo, o *estilo emocional* do historiador: seu tom de voz tal como surge na tensão ou no repouso de suas orações, seus adjetivos preferidos, sua escolha de episódios ilustrativos, suas tônicas e seus epigramas. Gibbon, por

indagar acerca da eventual existência desta possível necessidade no discurso de Damasceno. Inicialmente, podemos sugerir que ela se relaciona às continuidades e rupturas a serem estabelecidas em relação ao passado, a fim de se articular presente, passado e futuro. E, como será apontado a seguir, a presença de linguagem irônica na narrativa do autor é uma estratégia que permite ao escritor marcar determinadas rupturas no que toca a certas práticas e concepções do passado. Por isso, é imprescindível buscar entender a relação da referida necessidade com as funções da *ironia*, característica de Athos, na narrativa.

Em relação à questão, a despeito de toda a controvérsia sobre as proposições de Hayden White acerca da composição da narrativa do historiador⁹³, algumas de suas sugestões podem contribuir para melhor desenvolver o tema que aqui se impõe. Conforme White (1995), um estilo historiográfico representa uma combinação particular de *modos de elaboração de enredo, argumentação e implicação ideológica*. Dentro de cada uma dessas diferentes estratégias o autor identifica quatro possíveis modos de articulação através dos quais pode o historiador alcançar uma “impressão explicativa de tipo específico”. São elas:

Para os argumentos há os modos do formismo, do organicismo, do mecanicismo e do contextualismo; para as elaborações de enredo há os arquétipos da estória romanesca, da comédia, da tragédia, e da sátira; e para a implicação ideológica há as táticas do anarquismo, do conservadorismo, do radicalismo e do liberalismo. Uma combinação específica de modos constitui o que chamo de “estilo” historiográfico de

exemplo, ao caracterizar o imperador Augusto como “artificioso” está apenas nos dizendo que o imperador era artificioso, mas distribuída com prodigalidade ao longo de várias páginas, a palavra “artificioso” começa a arrastar consigo acúmulos de sentido, e converte-se em um emblema da avaliação cínica de Gibbon sobre o Império, indício não só do que enxergava, mas do que ele, enquanto historiador individual, estava mais apto a enxergar. Há, ainda, o *estilo profissional*, isto é, o hábito do historiador pesquisar e apresentar provas oferece outros indícios significativos e aponta para além de si mesmo. É um convite a inferências mais sutis e mais abrangentes do que os juízos sobre sua competência ou afã. O *estilo de pensamento*, por fim, aponta para afinidades intelectuais. Os diferentes tipos de estilo compõem uma rede de indícios que apontam uns para os outros e, somados, para o homem: o historiador em atividade. Os dois primeiros “estilos” serão mais aprofundados nas linhas que seguem.

⁹³ As tentativas de Hayden White de explicitar as estratégias narrativas que são utilizadas para a produção do sentido do texto histórico acabaram por levar a uma argumentação de dissolução da especificidade do discurso histórico frente ao literário. Em relação aos equívocos ensejados pelas teses de White ver Costa Lima (2007). Também há a interessante crítica de Paul Ricoeur (2007), segundo a qual a maior contribuição para a exploração dos recursos propriamente retóricos da representação histórica continua a ser de White. Após reconhecer e localizar a importância das considerações de White, o autor afirma lamentar o fato de que, aparentemente, ele se fecha em um impasse “ao tratar das operações de composição da intriga como modos de explicação, tidos, na melhor das hipóteses, como indiferentes para os procedimentos científicos do saber histórico, na pior, como substituíveis por esses últimos.” (RICOEUR, 2007, p. 266). Segundo o filósofo, dessa forma o teórico incorre em um *category mistake*, o qual leva a suspeita em relação à capacidade dessa teoria retórica de traçar um limite claro entre narrativa histórica e narrativa de ficção. Assim, o dissenso entre Ricoeur e White reside na seguinte questão: para o primeiro, é imprescindível especificar o momento referencial que distingue a história da ficção e isso não pode ser feito sem escapar do âmbito das formas literárias.

determinado historiador ou filósofo da história [...]. (WHITE, 1995, p. 12)

Não é minha intenção aqui adotar integralmente as formulações de White a fim de explicar o *estilo* de Athos Damasceno. Sendo assim, não buscarei abordá-lo tendo em vista cada uma das estratégias acima referidas. O que é pertinente para este estudo é retomar as considerações do autor sobre o emprego da *ironia* na composição da narrativa historiográfica. Como é sabido, o estudioso oferece como possibilidade de análise do discurso historiográfico os “quatro tropos básicos para análise da linguagem poética, ou figurada: metáfora, metonímia, sinédoque e ironia. Esses tropos permitem a caracterização de objetos em diferentes tipos de discurso indireto ou figurado.” (WHITE, 1995, p. 46). Após definir os três primeiros tropos, White afirma que através da *ironia* é possível negar no nível figurado o que é afirmado positivamente no nível literal. Além disso, “as figuras de expressão manifestamente absurda (catacrese), como ‘bocas cegas’, e de paradoxo explícito (oxímoro), como ‘fria paixão’, podem ser tomadas como emblemas desse tropo.” (WHITE, 1995, p.46).

Assim, quando uma narrativa se vale da *ironia*, ela faz mais do que apenas revestir suas observações de um estilo mordaz, uma vez que ela afirma mais do que parece estar afirmando no nível literal da fala. O mesmo acontece com um discurso histórico enunciado num modo predominantemente irônico. Empregar a ironia é, pois, dizer uma coisa e denotar outra, como neste trecho de *Imagens Sentimentais da Cidade* (1940): “Era, realmente, bem imunda a Cidade. E, *com a graça de Deus*, bem pouco mudou durante muitos anos.” (FERREIRA, 1940, p. 15, grifos meus). Esta frase, no contexto em que foi escrita, é claramente irônica, visto que quando aparece na narrativa é utilizada para concluir uma seção em que o autor aborda os problemas em relação à higiene na capital da Província.

Outro aspecto interessante da ironia é que ela tende a voltar-se para o jogo de palavras e a tornar-se uma “linguagem sobre a linguagem”⁹⁴. Sendo *negacional*, o modo irônico de falar caracteriza-se pela incapacidade de crer em heroísmos e pela dissolução de toda a crença na possibilidade de ações políticas positivas. Nas palavras do autor:

⁹⁴ Conforme White, a ironia visa “anular o enfeitamento da consciência produzido pela própria linguagem. Suspeitando de todas as fórmulas, deleita-se na exposição dos paradoxos contidos em toda a tentativa de captar a experiência na linguagem. Inclina-se para empregar os frutos da consciência em aforismos, apotegmas, enunciados gnômicos que se viram contra eles mesmos e dissolvem sua própria verdade e justeza aparente. No fim, concebe o mundo como que capturado no interior de uma prisão feita de linguagem, o mundo como uma ‘floresta de símbolos’. Não vê a saída dessa floresta, e assim se contenta com a explosão de todas as fórmulas, de todos os mitos, no interesse da pura ‘contemplação’ e da resignação ao mundo das ‘coisas como são’”. (WHITE, 1995, 243-244)

Um tema central da literatura irônica, observa Frye, é o desaparecimento do heróico (Anatomy, 228) [...]. “A ironia é o resíduo não-heróico da tragédia”, continua Frye, “centrado num tema de derrota perplexa” (222 [trad., bras., 220]. Em sua forma benigna, encontrada no primeiro Hume, ela acolhe o espetáculo da frustração e da inadequação humana dentro da moldura de uma satisfação geral com o estabelecimento social vigente. E nessa forma, *tende* para o modo cômico, concentrando-se no “desmascaramento” da insensatez, onde quer que apareça, e contentando-se com a verdade geral, segundo a qual, mesmo na personalidade mais heróica, pode-se encontrar vestígio de pelo menos uma loucura mínima [...]. (WHITE, 1995, p. 242-243)

Elaborada a caracterização geral, podemos agora retomar algumas expressões de Athos Damasceno que auxiliam a compreender as implicações da presença da *ironia* em sua escrita. Serão aqui assinalados trechos de diversas narrativas suas. Em razão disso, citarei tanto entrevistas quanto crônicas de jornal ou livros. Busco com isso apontar traços precisos de sua narrativa que denotam um entendimento específico do processo social.

Começemos por um excerto de “Imagens Sentimentais da Cidade” (1940), livro que será analisado adiante e que nos oferece um exemplo de uso da ironia em seu modo cômico fazendo pouco caso dos “heróis”, conforme abordado na citação acima. O trecho é um pouco longo, porém expressivo:

A construção do atual cemitério teve início em 1845 [...]. Quem inaugurou a nova Necrópole foi o cadáver do português José Domingues, que Deus haja no Reino da Glória, por muitos anos sem nós... É aconselhável o exorcismo, porque há defuntos de maus bofes que não se aclimatam no Outro Mundo e costumam apresentar-se para os vivos, aqui na terra, sem a menor cerimônia. Estão pensando que é brinquedo? Pois não é. Contam que, logo depois da transferência da Necrópole para o local onde ainda hoje se encontra, todas as noites os cadáveres, levantando a lousa dos seus túmulos, desciam a lomba da Azenha, em procissão, e, com tochas acesas, percorriam as imediações do cemitério, chegando muitas vezes a aproximar-se bastante da cidade. A população, em pânico, se entaramelava e não havia ninguém que se arriscasse a espiar, de longe embora, a sinistra romaria dos fantasmas. Ninguém, não. *Em tôda parte há sempre um valentão, dêsses que fazem a praça da coragem e saem de peito alto a enfrentar perigo, assim como quem vai para uma festa. O Pascoal, um italiano de músculos polpúdos, que morava perto da Ponte, pertencia a essa galeria de heróis que se ninam para as almas do Outro Mundo.* E, querendo dar uma prova do seu sangue frio, resolveu certa noite ficar na janela, para assistir ao desfile das sombras. Ficou. Alí pelas tantas, surgiu-lhe pela frente da casa um fantasma todo vestido de branco. E acêrcou-se dele. O Pascoal piscou, firmou bem a vista, pôs-se a tremer. O fantasma, tranquilamente, estendeu-lhe o braço e limitou-se a entregar-lhe uma vela enorme que trazia na mão, evaporando-se logo. Mole de medo, engasgado e zozzo, o

Pascoal meteu-se na cama e tapou a cabeça com as cobertas. No dia seguinte verificou que a vela não era vela e sim um fêmur que, na afobação do momento, êle atirara sôbre a mesa da sala sem se dar conta do fúnebre presente que recebera. Segundo afirmam os antigos, a história é verdadeira. Quanto a mim, atribuo a assombração à falta de luz naquelas redondezas, e nas outras. Pois é sabido que a cidade viveu muitos anos no escuro [...].” (FERREIRA, 1940, p.58-60, grifos meus)

Está claro que o autor se vale aqui de uma das tantas lendas urbanas contadas “pelos antigos”. Não há a intenção de fazer o leitor crer no que está sendo narrado, mas sim de apontar que a falta de iluminação pública na cidade do século XIX foi responsável por criar determinado imaginário ligado ao sobrenatural. A escolha do episódio, contudo, parece estar associada a uma visão crítica do autor quanto aos supostos feitos corajosos dos “nossos antepassados”: todos temiam a romaria dos fantasmas, exceto o “valentão” Pascoal. A anedota é concluída sem heroísmos e o potencial “herói”, refugiado debaixo das cobertas, se converte em motivo de graça.

Outra declaração também é significativa da visão do porto-alegrense no que toca à política e ao heroísmo: “Herói para mim é o homem de todos os dias, que anda dependurado no bonde e sustenta mulher-e-filhos, e não o herói que está em praça pública. Nesses, eu nem penso.” (SONDERMANN, 1974, p. 23). Embora não suplante a crença no herói no sentido geral (o homem comum é um herói), tal qual descreve White, a frase indica o descrédito do *homem público* (possivelmente com vinculação político-partidária) explicitado pelo *homem de letras* que é Athos Damasceno.

Damasceno era conhecido entre os amigos como um excelente escritor de *epigramas*. Algumas destas breves composições vão ao encontro do que estou querendo afirmar sobre seu estilo irônico, como, por exemplo, esta: “Os grandes generais, após as grandes batalhas, devem ser MONUMENTALIZADOS, para edificação do Futuro. E, em seguida, eliminados, para salvaguarda e garantia do Presente.” (FERREIRA, 1967, p.166). O epigramista oferece a eternidade, mas nega o presente aos militares (heróis de guerra). A proposta não parece nenhum pouco heroizante. Ademais, o emprego do adjetivo *grandes*, antecedendo o sujeito *generais*, funciona na frase como a *figura retórica da aporia* (literalmente “dúvida”), em que o autor sinaliza de antemão uma descrença real ou fingida na verdade de seus próprios enunciados, conforme assinala H. White (1995, p. 50). Segundo o teórico, esta pode ser considerada a forma estilística predileta da linguagem irônica, tanto na ficção da espécie mais “realística” quanto nas histórias que são moldadas num tom propositalmente cético ou são “relativizantes” nas suas intenções.

O texto de “Sacadas e Sacadinhas”, objeto da próxima seção, nos oferece a possibilidade de seguir na caracterização do *estilo* de Athos Damasceno. O estudo é dividido em partes que abordam os principais usos das “sacadinhas”, porquanto elas tinham muitas utilidades. Segundo o autor:

Enquanto nas sacadas, as espôsas fuxicavam, alinhavam ou pespontavam - os esposos, aproveitando o ensejo, escapuliam sorrateiros pelas jantaras e regabofes diurnos que exuberavam por aí, quando a cidade era grave demais para cabarés escancarados... Do bom tempo dêses ateliers ao ar livre, algumas famílias respeitosas da tradição guardam ainda enternecedoras lembranças, delicadas reminiscências, que comovem como autênticas relíquias do passado e verdadeiras obras de arte caseiras. (FERREIRA, 1974, p. 49-50)

As relíquias do passado às quais o autor se refere são os “guardanapinhos de croché, xales de lã e mantilhas de seda” confeccionados nas sacadas que eram as salas de costuras e atelier de bordados e rendas das “nossas avós”. Lembremo-nos, ainda com White (1995), que o alvo do enunciado irônico é afirmar tacitamente a negação do que no nível literal é afirmado positivamente, ou o inverso. Ele pressupõe que o leitor ou o ouvinte já conhece, ou é capaz de reconhecer, a absurdez da caracterização da coisa designada na metáfora, na metonímia ou na sinédoque usada para lhe dar forma.

Tendo isso em vista, notemos que a afetuosidade da expressão “enternecedoras lembranças” não anula a ironia subjacente ao fato de que elas são marcas de um “bom tempo” em que os “nossos avôs” “escapuliam sorrateiros” em busca de diversões diurnas e noturnas. A presença da ironia na representação do passado realizada pelo historiador aponta para uma perspectiva crítica em relação ao tempo pretérito. A impressão que essa marca da narrativa do autor transmite é de que os tempos de antanho não são necessariamente melhores do que os atuais, como é recorrente na narrativa dos memorialistas⁹⁵. Ao usar expressões que invocam a ternura de outros tempos através do emprego frequente de formas no diminutivo e combiná-

⁹⁵ Como, por exemplo, em Nilo Ruschel (1971). É interessante o fato de que na dedicatória de *A Rua da Praia*, Ruschel inclua Athos Damasceno nos agradecimentos, como sendo um daqueles que o fizeram “conhecer o que não conheci” (RUSCHEL, 1971, dedicatória). A menção ao pesquisador indica, pois, que ele havia sido uma das referências para o estudo da cidade da qual Ruschel não se lembrava (porque não tinha vivido). Provavelmente o memorialista se refere à cidade do século XIX, pesquisada por Damasceno. A dedicatória na íntegra diz o seguinte: “Dedico êste livro ao meu grupo: amigos que comigo intesamente viveram essa rua, caminho de nossa mocidade – de ontem, de hoje, de sempre. Para escrevê-lo, muito devo a ajuda do professor Diego Ferraz Filho, do prof. Tasso Corrêa, de Athos Damasceno Ferreira e Walter Spalding e do prof. Fernando Corona, que me fizeram conhecer o que não conheci. E ao último grupo, o da ‘Dona Maria’ – Olavo Guedes, Rui Neto, Lupicínio Rodrigues, Palhares de Mello, Luís Cacciatori, João Freire, Mandico, Demostenes Gonçalves, que me reavivaram as lembranças.” (RUSCHEL, 1971, dedicatória).

las com seu estilo irônico, o narrador indica a positividade dos tempos de outrora e, simultaneamente, seus aspectos nem tão louváveis assim⁹⁶.

Nesse sentido, é necessário apontar que, além da ironia, há uma peculiar *ternura* presente na escrita do autor. Este traço de sua escrita pode ser definido como uma espécie de *linguagem emotiva*. Em razão disso, penso não ser prudente reduzir a análise do estilo do escritor em questão à conceituação proposta por Hyden White. Se, por um lado, o uso da *ironia* é responsável por uma postura cética, negacional, desiludida e descrente frente ao mundo, o emprego de *linguagem emotiva*, por outro lado, resgata uma posição sentimentalista e positiva diante do assunto em questão. No caso aqui, do passado. Dessa forma, a *ironia* parece ser acionada quando o autor quer sugerir um rompimento com o passado. A *linguagem emotiva*, quando quer marcar uma continuidade desejável.

É por isso que o fato de reservar uma posição de problematização irônica do passado não o impede de reivindicar certas permanências para com ele, como ocorre em uma das poucas passagens em que o escritor evoca *memórias suas* a fim de convencer de que há um passado comum a ser comungado com o leitor: “Qual dos senhores, acaso, será capaz de dizer que não se lembra de ter visto, através do simpático gradil das nossas sacadas, espaçosas senhoras ou espigadas mocinhas, entaladas em cadeiras de braço ou de balanço, às voltas com bilros, agulhas e bastidores?” (1945, p. 49). Essas senhoras são as “nossas avós”.

A linguagem emotiva se liberta da linguagem irônica e atua na narrativa para “salvar” alguns aspectos do esquecimento. A passagem indica que a continuidade a ser mantida entre passado e presente é aquela necessária para amparar uma identidade respaldada na memória compartilhada dos “nossos antepassados açorianos”, cujos costumes tanto informam sobre o pertencimento português da região.

A questão das permanências continuará sendo abordada na próxima seção, aprofundando as relações entre a representação da temporalidade e da identidade. Para finalizar o tema aqui iniciado, concluo que o modo irônico presente na narrativa de Athos está atrelado a um modo emotivo de representação do passado. Diante desta simultaneidade improvável para os *tropos* propostos por White, podemos compreender o *estilo* de Damasceno como sendo uma espécie de “híbrido autorregulado”: a ironia regula a emotividade, que por

⁹⁶ A propósito, remeto à entrevista na qual Athos afirma não sentir saudades da Porto Alegre do passado: “Apesar de todos os pesares, não tenho saudade da cidade de outrora, tenho saudade de mim mesmo, do Athos Damasceno Ferreira de 20 anos, que evidentemente, não pode ser comparado ao Athos Damasceno Ferreira de 73 anos, apesar que este último saiba muito bem o que vale a experiência [...]. A cidade que faz parte da minha infância, da minha geografia sentimental é uma, a cidade que está aí, viva, é outra. Esta, enquanto me oferece perigos e riscos, me oferece condições de vida mais agradáveis. Apesar da falada poluição do Guaíba, temos água limpa, iluminação, pavimentação mais adequada, recursos e várias outras coisas.” (SONDERMANN, 1974, p. 23)

sua vez controla a ironia. A implicação deste estilo para a sua visão do passado é a de que ele não consiste numa temporalidade repleta de positivities, tampouco submersa em negatividades. Para Athos Damasceno, é necessário tanto salvar quanto esquecer o passado, para estabilizar o presente e viabilizar os projetos para o futuro.

2.2 O primeiro tempo da representação do passado de Athos Damasceno: as transformações na cidade dos *nossos antepassados*

Uma maneira interessante de iniciar a análise dos textos de Athos é mencionar alguns traços característicos da *fase do arquivo*. Tal fase da operação historiográfica apontada por Ricouer (2007) destaca-se no texto do autor pela variedade de fontes com as quais trabalha, como por exemplo, relatos de viajantes, inventários, diários, livros de receitas, e almanaques de época. Entre todas as fontes, porém, há uma preferência pelo jornal⁹⁷. O autor explica em artigo publicado no *Correio do Povo*, em 1947, sua trajetória de pesquisa nos precários arquivos de Porto Alegre, tendo apelado para coleções particulares, além de arquivos e bibliotecas públicas para escrever suas *Imagens Sentimentais da Cidade* (1940). Após a incursão nos arquivos o escritor percebeu que conhecia uma história do estado que ainda poderia ser reescrita, colocando em xeque as interpretações correntes sobre o passado do Rio Grande do Sul:

No dia em que esse material, ora disperso, estiver reunido e classificado, acredito muito nas surpresas que estarão reservadas aos afoitos e na total inversão de muitos juízos, hoje correntes e tidos como definitivos, acerca da nossa evolução social. De minha parte, confesso ter sentido diante do que via a perfeita sensação de uma descoberta. Eu conhecia uma história do Rio Grande do Sul mas não a História do Rio Grande do Sul. (FERREIRA, 1947, p. 21)

Depreende-se do depoimento acima que, a partir do “mergulho nos arquivos”, teve início a reconversão do percurso intelectual do pesquisador, rumo à reescrita da história da

⁹⁷ Nas palavras do escritor: “Nenhuma fonte, porém, me pareceu mais viva, mais rica de informações e esclarecimentos do que a imprensa. Sou contrário às exclusões precipitadas e não acredito que se possa fazer história sem a utilização de todos os meios de pesquisa e o aproveitamento de toda sorte de notícias – as importantes e as secundárias, as corriqueiras e as sensacionais. Um historiador, um sociólogo, não pode desprezar nenhum dado de alucinação, por miúdo que seja. Uma informação dispensada, por desnecessárias, em determinado estudo, assume em outro uma importância decisiva. Do conjunto de todos esses dados, informações e notícias é que podemos extrair conclusões seguras da marcha dos acontecimentos e apanhar o sentido, quase sempre obscuro do fenômeno social e do seu processo histórico. O jornal – como a própria palavra está indicando – constitui o registro quotidiano dos fatos mais diversos e fornece ao estudo um manancial informativo de incalculável valor.” (FERREIRA, 1947, 21)

região. A representação do passado de Athos Damasceno, elaborada a partir desta reescrita, esteve fundada na erudição documentária e na abordagem do cotidiano, entrada por meio da qual direcionou seu olhar a outros atores sociais, os quais habitavam a cidade e pertenciam a camadas sociais diversas, e a outras temáticas, tais como o estudo das manifestações culturais.

A hipótese deste estudo é de que, a partir dos anos 1940, o autor dá vazão às suas reflexões gestadas já desde os anos 1930 acerca do impacto da modernidade e suas consequências manifestas nas transformações da cidade. Atento aos novos tempos, Damasceno oferece, com suas pesquisas, uma nova forma de inteligibilidade do passado regional. Um passado revisitado e atualizado conforme as demandas do presente, no qual a cidade ocupa um papel central no desenvolvimento do estado sulino. Talvez o pesquisador levasse em conta que olhar para o passado tendo como objeto de estudo a urbanidade poderia fazer com que a história tivesse mais sentido para a sua geração, tendo em vista um presente de crescente migração do campo para a cidade – com o conseqüente aumento da população urbana – e de uma rápida transformação dos espaços e das relações sociais⁹⁸.

Nesse sentido, a proposta das próximas seções do presente capítulo e do próximo é acompanhar como Damasceno representa o impacto da modernidade, bem como seus efeitos no modo de vida dos porto-alegrenses a partir da atenção às temáticas e ao tom da narrativa do autor desde os anos 1940. Para tanto, serão analisados nesta e na próxima seção, respectivamente, o livro “Imagens Sentimentais da Cidade” (1940) e o artigo “Sacadas e Sacadinhas Porto-alegrenses” (1945), ambos publicados na década de quarenta⁹⁹. No próximo capítulo, as fontes utilizadas são textos publicados nos anos 1950-1970, tais como “Palco, Salão e Picadeiro em Porto Alegre no Século XIX” (1956), “Imprensa Caricata no Rio Grande do Sul no Século XIX” (1962) e “O Carnaval Porto-alegrense no Século XIX” (1970).

Ressalte-se, para justificar a separação, que os textos “Imagens Sentimentais” e “Sacadas e Sacadinhas Porto-alegrenses” são os que mais destacam os aspectos *negativos* da modernidade, apontando para os problemas decorrentes da intensa urbanização e do aumento demográfico. Desse modo, eles podem ser interpretados como sinais de uma relação instável da sociedade com o tempo, visível na representação que Athos elabora de uma *temporalidade em crise* (HARTOG, 2013), em curso nos anos 1940. Superado o período inicial das reformas

⁹⁸ A relação de Athos Damasceno com o conhecimento histórico pode ser contrastada, por aproximação, com a ideia de história de Gilberto Freyre, apontada por Ricardo Benzaquén de Araújo (1994). Conforme Araújo, Freyre se esforça para afastar-se de uma relação com a história por ele definida como “mera necrofilia”, o que implicaria em estudar o passado por ele mesmo “retirando-se o prazer do convívio com os mortos mas esquecendo-se das responsabilidades do intelectual em relação às urgências de seu tempo” (ARAÚJO, 1994, p. 176).

⁹⁹ A publicação que utilizarei de “Sacadas e Sacadinhas” é de 1974, do livro *Colóquios Com a Minha Cidade*.

na cidade e de sua expansão física e demográfica, a partir dos anos 1950 a representação do passado de Damasceno começa a dar ênfase ao estudo da história do advento da modernidade em Porto Alegre e de sua contribuição para o processo civilizador da cultura local. Antes de avançar para os textos em si, contudo, é importante fazer uma reflexão sobre a questão da percepção da modernidade na capital no período em que Athos escreve.

Ao referir-se à emergência da modernidade em Porto Alegre, Sandra Pesavento (1995), aborda o problema da dificuldade de se conceituar a cidade de então como uma “metrópole”, uma vez que ela não poderia ser comparada às suas contemporâneas Nova Iorque, Paris ou mesmo São Paulo. Diante de tal situação, a autora questiona: “Mas e o que pensar de uma Porto Alegre dos anos 30 do nosso século, acanhada segundo os padrões urbanos vigentes, e que é referida pelos contemporâneos como metrópole, vivenciando um ‘ritmo alucinante’ de ‘progresso’ e desenvolvimento, tal como dizem os periódicos da época?”(1995, p. 282-283). A resposta oferecida auxilia a compreender a cidade que se oferece aos olhos dos intelectuais de então:

Devemos entender que o espaço construído, ordenado e transformado – pela destruição dos becos, a abertura da avenida Borges de Medeiros, a construção do viaduto – suscitava sensações, percepções, e a elaboração de representações para aqueles que vivenciavam o processo de mudança na cidade. Sem dúvida, estas vivências eram testadas frente ao consumo de padrões de referência já estabelecidos: as largas avenidas, os viadutos ou o saneamento urbano, com a “varrida dos pobres” do centro da cidade, eram práticas sociais ligadas ao conceito de cidade moderna e da civilização. Exigências morais, higiênicas e estéticas imperiosas se impunham diante da necessidade de “ser” e “parecer” moderno. Mesmo que o processo de renovação urbana em curso não se aproximasse, em termos de escala, dos das metrópoles reais que suportavam o conceito, a população afetada pelas demolições vivenciava a situação como pertinente ao acesso à modernidade. Em suma, os porto-alegrenses sentiam a sua cidade como metrópole e a representavam como tal em crônicas de jornais, poesias, imagens e discursos variados. (PESAVENTO, 1995, p. 282-283).

A Porto Alegre da primeira metade do século XX não suportava o conceito de *metrópole*, mas era sentida como se fosse uma por aqueles que narravam as experiências urbanas – suas e alheias. Além disso, segunda a autora, as transformações decorrentes das inovações tecnológicas e da urbanização da cidade levaram a uma percepção, pelos porto-

alegrenses, de *aceleração* do tempo. Athos Damasceno foi um desses intelectuais que narrou a crescente marcha da modernidade em Porto Alegre¹⁰⁰.

No primeiro momento, no caso do escritor aqui analisado, o *presente* acelerado inaugura um questionamento do progresso, sobretudo dos seus efeitos na mentalidade coletiva. O primeiro texto em que o autor medita de forma aprofundada acerca das novas dinâmicas das relações com o tempo é o livro *Imagens Sentimentais da Cidade* (1940). Nele, enfatiza-se que as vantagens do progresso são significativas, não há dúvida. A questão é que as potenciais consequências dele tributárias são funestas, como, por exemplo, o esquecimento de certos traços da identidade do porto-alegrense¹⁰¹. Decorre disso um esforço para elaborar uma representação da identidade e da temporalidade. Assim sendo, ao abordar “Imagens Sentimentais”, enfatizar-se-á a representação da temporalidade, enquanto que no caso do texto “Sacadas e Sacadinhas Porto-alegrenses”, analisado na próxima seção, será dada maior atenção à questão da representação da identidade.

O livro de 1940 pode ser lido como uma denúncia do apagamento das marcas da cidade de outrora, visto que o autor mostra-se consternado diante do contexto de intensas transformações experimentado pelos porto-alegrenses já na primeira metade do século XX. Sua escrita é uma espécie de apelo e, ao mesmo tempo, um alerta do esquecimento da “cidadezinha provinciana” tão amável do século XIX. Mas, afinal, quais eram as grandes diferenças entre a cidade do presente e a cidade do passado, narrada pelo escritor?

Segundo Monteiro (2006a), nos anos 1940 a cidade passava por um amplo processo de modernização e demolição dos prédios antigos, que se estendeu para além desse período. Intensifica-se neste momento a urbanização acompanhada pela mudança física dos espaços urbanos, o que provocou um corte com as experiências urbanas do passado¹⁰². A

¹⁰⁰ Um exemplo de ficcionista que passa a ter a cidade como objeto de sua narrativa é Erico Verissimo, o qual publica, em 1935, o romance *Caminhos Cruzados*, que tem como atmosfera a Porto Alegre da primeira metade do século XX. De acordo com Cláudio Cruz (1994), 1935 é um ano-chave no que diz respeito à representação da cidade moderna na narrativa sulina, visto que, além do livro de Verissimo, também vêm a público *A Ronda dos Anjos Sensuais*, de Reynaldo Moura e *Os Ratos*, de Dyonélio Machado. Os três livros tem como cenário uma Porto Alegre que se moderniza.

¹⁰¹ Segundo a apreciação de Moysés Vellinho (1960) sobre o livro de 1940, o trabalho era uma “combinação de história e reportagem” (p. 146). Assim, de acordo com o crítico: “Lê-se o livro com o encanto de quem está fazendo uma revisão em seus próprios tarefas, remexendo em gavetas esquecidas e veneráveis baús, onde dormem fotografias apagadas e papéis velhos.” (VELLINHO, 1960, p. 147)

¹⁰² Nesse sentido, é interessante o estudo da arquiteta e urbanista Maria Cristina da Silva Leme (1998), cujo objetivo é analisar a formação do urbanismo nas cidades brasileiras entre o final do século XIX e os anos 1960. A autora elege como objetos de estudo as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Salvador, Porto Alegre, Niterói, Belo Horizonte e Vitória. Leme parte da hipótese, elaborada a partir do caso de São Paulo, de que durante o período do Estado Novo (1937-1945), as cidades têm a sua antiga estrutura viária transformada. Se antes tal estrutura permitia apenas a comunicação demorada e precária entre as diversas partes da cidade e o centro, a partir da abertura de novas avenidas – não apenas em São Paulo, mas também no Rio de Janeiro, Porto Alegre e em menor escala no Recife – se torna possível a circulação de pessoas e

modernização da agropecuária, por sua vez, provocou o êxodo rural e migrações internas no Rio Grande do Sul. Assim, as migrações rumo à capital incrementaram o crescimento urbano da cidade¹⁰³. Além disso, neste período:

Algumas experiências anteriores facilitaram ampliação do mercado de livros, a formação de um mercado de bens culturais no Rio Grande do Sul e a criação da Editora Globo. O Estado tinha tradição industrial e possuía elevada taxa de alfabetização e escolarização da população, logo de prováveis leitores. O sucesso da Editora Globo foi antecedido pela experiência de várias livrarias porto-alegrenses desde o século XIX no campo da editoração e publicação, reunindo técnicas para a impressão de livros e meios para a sua distribuição. Porto Alegre destacava-se como importante centro cultural do Estado, concentrando redações de jornais, livrarias, faculdades, colégios e repartições públicas que empregavam escritores, jornalistas, artistas plásticos, gravuristas e tradutores. Alguns deles terminaram trabalhando ou publicando sua produção artística e intelectual pela Editora Globo. (MONTEIRO, 2006, p. 47-48)

Em virtude de tudo isso, o autor afirma que, neste momento, os porto-alegrenses experimentam um *processo de aceleração da temporalidade*. Assim, a estabilização das relações entre passado, presente e futuro da cidade se colocava na escrita dos intelectuais como um problema a ser resolvido. Athos Damasceno foi um dos escritores sensíveis à questão, e uma das estratégias narrativas operacionalizadas pelo autor, para apelar aos sentimentos do leitor, é dar voz a um suposto “alguém que atira as perguntas ansiosas”:

mercadorias. Dessa forma, as cidades foram preparadas para a nova fase de industrialização que ocorreu a partir dos anos 50. Em relação à cidade de Porto Alegre do final dos anos 1930, portanto contemporânea do autor estudado nesta dissertação, a autora afirma: “Na cidade de Porto Alegre desenvolve-se uma experiência interessante de desenvolvimento de estudos, propostas e realização simultânea de obras. O prefeito de Porto Alegre, José Loureiro da Silva, contrata, em 1938, o urbanista Arnaldo Gladosh, que havia participado da equipe de Agache no plano do Rio, para elaborar um Plano de Urbanização. Simultaneamente cria o Conselho do Plano Diretor para discutir os problemas da cidade e as novas propostas. O Conselho era composto por representantes de diversos setores da sociedade. Gladosh elabora propostas com base em estudos anteriores: o plano de Moreira Maciel apresentado em 1914 e as propostas dos engenheiros Edvaldo Paiva e Ubatuba de Faria apresentadas em 1938. Complementa estes estudos solicitando novos levantamentos (plantas cadastrais e dados demográficos) introduzindo no meio profissional de Porto Alegre a experiência desenvolvida com Agache. À medida que os estudos são realizados, obras vão sendo implementadas.” (LEME, 1998, p. 13)

¹⁰³ É elucidativo, neste aspecto, acompanhar o aumento populacional da capital entre as décadas de 1920 a 1960. Com base nos censos municipais do período, Paul Singer (1977, p. 180) indica os seguintes números: 1920 (179.263), 1940 (275.658), 1950 (394.151) e 1960 (641.173). Além disso, o autor aponta que, no ano de 1940, cerca de 25% da indústria rio-grandense se concentrava em Porto Alegre, a qual lidera o setor, seguida pela cidade de Rio Grande. O processo de industrialização, por sua vez, foi acompanhado pelo gradual declínio da agricultura praticada na Zona Colonial, o qual se acentua nos anos 1950. Resultante desta decadência foi o processo de êxodo rural: “Calcula-se que as Colônias de Encosta da Serra perderam 122.000 habitantes desde o começo do século. Parte dessas pessoas se encaminhou às cidades (Porto Alegre, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Esteio, Canoas, etc). Outras seguiram para a fronteira agrícola, à procura de terras virgens.” (SINGER, 1977, p. 190)

– Que é de ti, Porto Alegre? – Que é dos teus jardins, das tuas ruas, dos teus becos, das tuas torres, dos teus portões e dos teus beirais? [...] – Que é, que é de tudo? – Que é das charadas do “Almanaque Luso brasileiro”? – Que é das cadeiras nas calçadas? [...] – Será que não existe mais nada? Mais nada? (FERREIRA, 1940, p. 194)

Às indagações acima, o autor responde que sim, ainda existe algo dos tempos passados: “Existe a saudade que, no meio da multidão indiferente que lhe vira as costas, não sabe a quem vai transmitir a comovida mensagem do Passado.” (FERREIRA, 1940, p. 194). Para Athos, o passado não é ouvido pela “geração-multidão” dos anos quarenta, que só fixa seu olhar no futuro. Desse modo, ao buscar, por meio de suas pesquisas sobre a história da cidade, lembrar a coletividade de que há uma mensagem que o passado tem para o presente, o autor transforma-se em um tipo de “mensageiro do passado”. Observemos parte do recado:

É curioso notar como o portoalegrense, apesar do contato crescente que vem tendo com as mais variadas culturas do mundo, conserva no fundo a marca iniludível do seu passado que se adapta, não há dúvida, às novas condições que lhe possam ser impostas, mas que resiste, na essência, ao poder transformador das novidades. Olhando para trás vemos como somos parecidos com os nossos antepassados. Parecidos em tudo. Por fora e por dentro. De fachada e de caráter. A sociedade portoalegrense atual não perdeu nenhum dos traços capitais que caracterizaram a sociedade colonial, de tipo açoriano, que está nos pródromos da nossa formação social. Como os açoritais que “eram absolutamente conservadores no tocante aos costumes domésticos e práticas de sociabilidade, e viviam portas a dentro dos povoados sem nada perder de seus hábitos” – os seus descendentes mantêm ainda agora, indene de influências exóticas, o complexo de suas tradições [...]. Guardadas as necessárias proporções, *somos hoje o que foram ontem os nossos avós e os nossos pais, quer na vida privada, quer na social. Do austero sentimento de solidariedade entre os parentes, em casa, até as festas populares na rua – nada mudamos [...].*” (FERREIRA, 1940, p. 65-67, grifos meus)

Eis o comunicado: os porto-alegrenses têm uma ascendência açoriana e isto deve permanecer consciente. O que deve ser preservado do passado, portanto, está diretamente ligado àquilo que serve para definir a identidade local. O *turbilhão de desintegração e mudança* (BERMAN, 1986) não pode levar ao apagamento dos laços de pertencimento locais.

O autor parece investir contra a transformação da identidade do sujeito porto-alegrense, da mesma forma que demonstra relativo temor quanto à emergência daquele sujeito que Stuart Hall denomina de pós-moderno “colocado contra o pano-de-fundo da multidão ou

da metrópole anônima e impessoal” (2006, p. 31)¹⁰⁴. Os efeitos disso para a representação da temporalidade elaborada por Damasceno, neste momento inicial, apontam para uma percepção bastante pessimista das relações da sociedade com o tempo, uma vez que o passado pode vir a ocupar um espaço menor na definição da imagem do porto-alegrense. É contra esse fenômeno, por ele mesmo profetizado, que a narrativa de Athos investe, ao eternizar, lançando mão de seu estilo emotivo, alguns lugares da cidade:

Antes dos arraiais, Porto Alegre teve seus caminhos. Lugares ermos, repousantes, amáveis. A estradinha se espichava ao longo do rio ou por dentro dos caponetes, ia perder-se longe, ao pé dos coxilhões circundantes ou junto da mata espessa. Havia o Caminho da Capela. O do Passo da Areia (com lenda de bugre). O da Azenha. O das Belas. E, sobretudo, o Caminho Novo. (FERREIRA, 1940, p.18)

Podemos imaginar um leitor suspirante e nostálgico se deliciando com a descrição do autor, que oferece uma imagem da cidade que se apaga. A narrativa parece então mover-se para um completo e edificante elogio do passado. Logo a seguir, contudo, o autor mostra que os tempos pretéritos não inspiram apenas suspiros de saudade, o que serve de alerta ao leitor que pudesse esperar dele uma simplificadora uniformidade. Nesse sentido, a passagem abaixo é elucidativa:

Já a propósito dos largos, que foram a origem das praças provincianas, não se pode falar com tanta eloquência e entusiasmo, por muito boa vontade que se tenha. É que os largos, como as ruas e os becos, eram pobrezinhos. Havia o da matriz. O da Alfândega. O do Paraíso. O da fôrca. Todos êles – tristes, rasos, vazios de árvores, de bancos, de canteiros e de flores. Para informar com propriedade, eram mais terrenos baldios, onde acampavam carreteiros; onde pastavam bois e cavalos; onde se atirava o lixo das casas próximas. (FERREIRA, 1940, p.20)

A questão que se deve enfatizar, então, é que a escrita de Damasceno não só atua no sentido de estabelecer permanências e continuidades em relação ao passado. Se a identidade deve ser preservada como algo constante, é necessário romper com alguns outros aspectos do passado. Isso fica evidente quando o autor nos lembra da falta de higiene na cidade de

¹⁰⁴ É evidente que não se pode forçar o argumento no sentido de afirmar que nos anos 1940 já se apresenta consolidada a imagem de um sujeito pós-moderno tal qual descrito por Stuart Hall (2006). O que se quer afirmar, ao transpor o argumento para a análise da narrativa de Athos, é que existe uma espécie de vislumbre, pelo pesquisador, do advento de uma espécie de identidade instável que deveria ser combatida. A questão não é apontar quando surge o sujeito da modernidade tardia no Rio Grande do Sul, mas sim sugerir que a emergência de uma figura que com ele se assemelha foi diagnosticada na narrativa do autor aqui estudado e isso tem implicações na sua representação da temporalidade.

outrora, da precariedade da iluminação pública, do transporte público e do tratamento de esgoto da capital. O progresso experimentado pela “geração-multidão” trouxe benefícios inegáveis e o autor os ressalta, chamando a atenção para o inconveniente de se viver em uma cidade sem os padrões de higiene, nem as comodidades do sistema de transporte usufruídas nos anos 1940. Ele demonstra, desse modo, que não compreende o passado como um campo repleto de positivities:

[...] ruas e ruelas daquele tempo não eram nada inspiradoras... Estreitas e acidentadas, sujas e sombrias, a impressão que davam não era de ruas de uma cidade nascente e sim de cidade velha e abandonada. Pavimentadas de pedras irregulares, com calçadas rasas e sem largura, as sarjetas atulhadas de bôrras e patuscos – andar por ali não seria propriamente agradável. Saint’ Hilaire, tão camarada sempre de Pôrto Alegre, não se conteve: “Percebe-se logo que Porto Alegre é uma cidade muito nova. Tôdas as casas são novas e muitas ainda estão em construção. Mas, depois do Rio de Janeiro, não vi cidade tão suja, talvez mesmo mais suja que a Metrópole...”. Era, realmente, bem imunda a Cidade. [...]. Pois a rua da Praia, apesar de suas lojas, das suas firmas e do seu movimento, era feíssima, maltratadíssima e sujíssima... Os becos eram piores ainda, é claro. Corredores íngremes, esburacados e fedorentos, a população cruzava-os apertando o nariz.” (FERREIRA, 1940, p. 15-16)

Isso sem mencionar o desconforto dos meios de transporte, fossem eles públicos ou privados, os quais submetiam os passageiros às maiores intempestividades. Mais uma vez, o autor acena – de modo quase cômico – para as dificuldades de se viver no século dezenove na capital da Província:

E o povo andou mesmo a pé até 1873, que foi quando se inaugurou o serviço de bondes puxados a burros. A primeira linha foi lançada para o Menino Deus, e o bondinho saía da Várzea [...]. O que eram esses veículos será fácil imaginar: duros, incômodos, rangedores, não passavam de carretões que rodassem sôbre trilhos. Desgraçado de quem dependia desse meio de locomoção!... Encarapitado no banco angustioso, empurrado pra frente por causa do encosto que lhe ficava à altura dos rins sofredores resignados, sacudido, solavanqueado, moído – o pobre passageiro chegava ao fim da viagem com a cabeça tonta e as vísceras desmanchadas. O condutor que, na frente, dirigia o carroção, aos gritos e estalos de rêlho, tinha tanta pena dos viajantes quanto dos burros magros e sovados que arrancavam com dificuldade, sob a saraivada de impropérios e chicotações... Pois se a viagem havia de fazer-se – que se fizesse!... Não pensem, porém, que só os bondes mortificavam a população precisada e paciente. Os carros de praças se encarregavam também de uma boa parte do suplício. Não por eles, propriamente, mas pelo inqualificável calçamento das ruas [...]. Quem quisesse ficar inutilizado por uma semana no mínimo, que tomasse, ali na Praça da

Alfândega, ou na do Conde d’Eu, uma *Vitória*, um *vis-a-vis*, ou um *Landeau*. Não morreria, certamente. Mas havia de passar por maus pedaços. (FERREIRA, 1940, p.54-56)

De fato, o progresso trouxe consigo confortos imensuráveis que não devem ser desconsiderados. É muito frequente, após um trecho em que o autor exalta de modo bastante lírico os espaços que lembram o passado, o advento de um relato ou expressão que resgata o leitor de uma espécie de devaneio sentimental para o qual foi guiado pelo escritor. Outro exemplo disso – além dos acima expostos – é que, após descrever amavelmente os jardins da Praça da Harmonia e lamentar sua destruição, afirma ser a não conservação deles uma lástima, “sobretudo se se ponderar que bem pouco tivemos que merecesse ser preservado” (FERREIRA, 1940, p. 32). Depois, o autor descreve como eram imundos e feios alguns espaços e construções da cidade. Em razão de sua beleza arquitetônica, segundo Athos, “dois ou três” prédios mereciam ser conservados. Apesar disso, faz uma ressalva que indica a intencionalidade central de sua narrativa: existem determinadas construções que devem ser preservadas não pelo seu valor arquitetônico, mas por que dizem algo apenas aos porto-alegrenses e a mais ninguém, como por exemplo, a Igreja da Madre de Deus:

Muito bom de se escrever êste capítulo. Porque aqui a gente tem de mexer é com o coração. Igrejas no sentido de templo, de coisa grandiosa, de obra de arte – uma só, fazendo fôrça. As nossas igrejas sempre foram igrejas de meia estatura [...]. Tôdas elas do mesmo jeito de igrejinhas do interior – encolhidas, tímidas, falando pouco com mêdo de errar. O turista que passar por aqui, com o gorro de viagem, os óculos de tartaruga e a máquina fotográfica, não baterá, de certo, nenhuma chapa dessas igrejinhas. Da primeira, porque não existe mais. E das outras duas, porque elas só existem para os portoalegrenses. Com o portoalegrense, sim, elas conversaram e ainda conversam em voz alta. Sobretudo a da Madre de Deus [...]. Nenhum de nós há-de cruzar por ali sem se lembrar que naquele lugar se ergueu um templozinho provinciano, onde o avozinho casou com a avozinha; onde a madrinha agarrou a gente junto à pia, para o batismo; onde a mamãe querida fez a sua primeira comunhão; onde o pai, de fraque, ajoelhou muitas vezes [...].” (FERREIRA, 1940, p. 46-47)

O foco da narrativa é selecionar e oferecer ao leitor fragmentos do passado que oferecem a ele uma lembrança dos seus antepassados e que o auxilia a “fixar” a sua identidade. O progresso material trouxe benefícios, mas no presente da escrita do autor ele serve de móvel para a complexificação das relações entre passado, presente e futuro, sendo este último visto com olhos de desconfiança. Além disso, há uma relação ambígua com o

futuro. Há uma expectativa positiva, sim, e ela se refere principalmente às melhorias tecnológicas e ao conforto da vida prática. Em relação à herança cultural dos antepassados, porém, a expectativa é negativa.

O progresso e o futuro têm uma face cruel e indesejável – no entender do autor – que tem forte potencial de desestabilizar a identidade dos porto-alegrenses. No futuro a vida será mais confortável, mas as pessoas não vão se lembrar de quem são. Há uma consciência de que o progresso oferece conforto e, ao mesmo tempo, furta identidade. O futuro, embora marcado pelo progresso material que já se anuncia, não será tão promissor assim. Isso é plausível porque no presente o porto-alegrense apressado das multidões fragiliza as conexões entre as temporalidades.

É possível sugerir que Damasceno elabora, então, um questionamento do *regime moderno de historicidade* no sentido de que o futuro já não é mais tão exaltado e há uma evidente preocupação em estabelecer continuidades entre passado, presente e futuro, observável em trechos como este:

Amanhã, dificilmente se há de identificar na fisionomia urbana, a cada momento alterada, o parentesco da cidade nova com o vilarejo que o açoriano descuidoso amou, de improviso, nas duas faces acidentadas do promontório. O portoalegrense não saberá mais o que foi a subida de São Jorge. Ninguém lhe dirá do destino dos riachinhos ativos que fizeram o desenho caprichoso do Dilúvio. E as avenidas que se rasgam, todos os dias e em todos os sentidos, nada lhe falarão das ruelas apertadas onde se levantou o sobradinho feio do antepassado barbaçudo e onde estão enterradas as raízes da sua ascendência. (FERREIRA, 1940, p. 11)

O jogo entre o hoje, o amanhã e o ontem estabelecido na citação acima não é nada reconfortante. No presente, a cidade se descaracteriza ao abrigar grandes fábricas e arranha-céus. Por conta disso, amanhã não haverá conexão entre a cidade moderna e o vilarejo açoriano de outrora, que guarda em si “as raízes da sua ascendência”, isto é, sua identidade.

No futuro, o porto-alegrense não saberá de onde veio e por isso não saberá quem é (ele saberá para onde vai?). O futuro será caótico porque romperá o imprescindível elo com o passado. A fisionomia antiga da cidade testemunha e preserva as origens dos porto-alegrenses e por isso deve ser preservada e significada pelos contemporâneos. Isso deve ser feito por meio da preservação do patrimônio. Mas o passado não é preservado apenas com a manutenção das construções antigas da cidade. Ele também é mantido através de narrativas que buscam salvar do esquecimento espaços urbanos que tão bem caracterizam uma cidade que está sumindo gradualmente.

Levando em conta esta espécie de prognóstico, penso que a escrita de Athos é uma tentativa de reconectar as temporalidades e também indício de uma *crise no tempo*, tal qual descreve François Hartog¹⁰⁵. Em função das decepções decorrentes da experiência das transformações do espaço urbano, que trazia consigo a ditadura do relógio e desestruturava os laços e espaços de sociabilidade, nem o futuro, tampouco o passado orientam a ação destes homens e mulheres. Diante de um presente marcado pela fugacidade e pelas impermanências, o escritor oferece uma permanência a ser preservada: a *identidade* da coletividade, que “permanece a mesma” desde os tempos da cidade de outrora. É nesse sentido que a narrativa investe ainda mais no texto de 1945, como será exposto na seção a seguir, na qual se enfatizará a representação da identidade elaborada pelo autor.

2.3 As sacadinhas das *nossas avós* em perigo

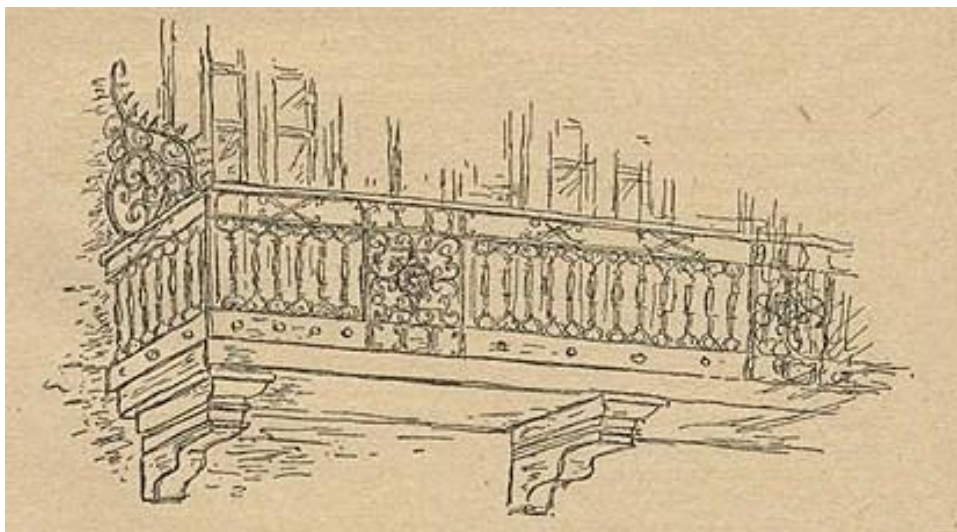
Sacadas e sacadinhas que, ainda sobram por aí, serão fatalmente, amanhã ou depois [...], destruídas. Delas só nos ficará a lembrança. A lembrança do tempo em que foram o ornamento por excelência da casa dos nossos avós, a cuja vida tão intimamente estavam vinculadas [...] que nossos antepassados chegavam a reunir-se nelas para, diante da objetiva dos tateantes retratistas de então, posarem para a posteridade. Vi – palavra de honra!- uma fotografia assim. (FERREIRA, 1974, p. 61)

No artigo publicado pela primeira vez em 1945¹⁰⁶, Damasceno constrói um retrato textual do passado da casa porto-alegrense. Sua escrita é também um apelo para que se proceda à salvaguarda das *sacadinhas* (ver figura 1, desenhada pelo autor), que estariam se reduzindo a cada dia, o que exigia um levantamento em regra e um inventário rigoroso, “A fim de que se não perca ou esqueça o que sobrou de melhor e mais aproveitável na nossa atrapalhada arquitetura urbana” (FERREIRA, 1974, p. 46). Não se tratava apenas de uma sacada ou de um sobrado, mas de uma identidade que se debilitava: “Trata-se, isto sim, de nós mesmos que a tãda hora desaparecemos um pouco, descaracterizando-nos” (p. 60).

¹⁰⁵ Segundo Hartog (2003) um momento de crise no tempo pode ser definido como sendo um período em que o *regime de historicidade* dominante está sendo questionado, o que não pressupõe necessariamente o seu encerramento.

¹⁰⁶ FERREIRA, Athos Damasceno. “Sacadas e Sacadinhas Porto-Alegrenses”. In: *Província de São Pedro*. Porto Alegre: Ed. Globo, v. 1, nº 2, set. 1945, p. 63-76.

Figura 3: Sacada ornamentada em dia de procissão



Fonte: FERREIRA, Athos Damasceno. Sacadas e Sacadinhas porto-alegrenses. *Província de São Pedro*, v.1, n. 2, 1945, p. 73.

O ressurgimento, na narrativa, do problema do perigo do esquecimento, impõe o questionamento acerca das motivações do apelo preservacionista do escritor. Parece-me que, para além do contexto de transformações do espaço urbano, há outra razão fundamental a ser ponderada para explicar o apreço de Damasceno por tal argumento: a necessidade de avançar no desenvolvimento da questão da identidade.

Por isso, é necessário afirmar que além de oferecer uma representação da temporalidade que contribuísse para estabilizar as relações dos porto-alegrenses com o tempo, para Damasceno, era necessário fazê-lo de um modo por meio do qual fossem ressaltados e reafirmados os elos entre a cidade, enquanto parte representativa da região, e a nação. Daí a relevância de se analisar suas preferências de pesquisa relacionadas ao estudo do cotidiano, dimensão por meio da qual o autor explorou a problemática da identidade.

As preferências de pesquisa de Athos Damasceno são explicitadas na já citada entrevista do autor ao *Correio do Povo*, cedida à jornalista Susana Sondermann, compreendida aqui como um *paratexto*¹⁰⁷. Na ocasião, Damasceno explica a razão de sua especial atenção à história cotidiana da cidade. De acordo com o autor:

O que me interessa em Porto Alegre é saber como o homem vestia, como comia, *como habitava*, como se distraía, que espetáculos assistia. *Tenho*

¹⁰⁷ Conforme Genette, uma entrevista é um *epitexto público*: epitexto, para o autor, é um paratexto que não se encontra anexado ao volume, mas interfere em sua leitura, encontrando-se em qualquer lugar fora do texto.

notado que nós não somos ainda moradores de nossa própria casa. Quando entramos na casa de um alemão, sabemos que se trata da casa de um alemão. Quando entramos na casa de um italiano, sabemos que é a casa de um italiano. Quando entramos na casa de um brasileiro, não sabemos bem do que se trata. Precisamos fazer uma casa que reflita o nosso tipo de cultura, nossas tradições, hábitos, costumes, uma casa que corresponda ao que o brasileiro é, e que não imite o japonês, americano ou polonês. (SONDERMANN, 1974, Entrevista, p. 23, grifos meus)

O *escritor da cidade* não reconhecia a si mesmo e a seus pares dentro de suas próprias casas. Há um problema de identidade aqui, e é forçoso não atribuir esta indefinição ao brasileiro do extremo sul do país. Sendo assim, é apropriado sugerir que a narrativa de “Sacadinhas” persegue a elaboração de uma identidade consistente para os habitantes da cidade enquanto *locus* representativo da região. A solidez dessa identidade é conferida através do estudo das habitações dos sul-rio-grandenses, caracterizadas por uma forte influência açoriana. O estudo do cotidiano é compreendido como uma forma eficaz para realizar tal empreendimento, daí sua relevância. Essa elaboração é uma via de mão dupla, que serve tanto para afirmar a continuidade no tempo de uma identidade local, fragilizada em razão das experiências do presente, quanto fator de aproximação do Rio Grande do Sul com o Brasil.

Considerando o que foi exposto, é tempo de indagarmos sobre quem são os antepassados evocados na epígrafe e quais são as facetas do porto-alegrense que estão sob o risco do esquecimento. A narrativa de Athos Damasceno é baseada na matriz lusitana das narrativas sobre a formação sul-rio-grandense. Os ascendentes aqui são, portanto, os açorianos. Desse modo, a hipótese que sustento é a de que está presente na escrita de Damasceno uma *retórica da identidade*¹⁰⁸ sul-rio-grandense, e não apenas do porto-alegrense.

Assim, o passado é utilizado a fim de afirmar uma identidade nacional para a região, periodicamente questionada. Para conformá-la, o autor constrói uma narrativa do passado em que predomina o pertencimento da coletividade à cultura açoriana, entendida como fator de ligação com o restante do país. O *outro* dessa identidade é o hispânico, na figura dos vizinhos da região do Prata. É, em parte, pela exclusão da influência hispânica na constituição da identidade do gaúcho que o autor opera seu relato sobre o passado da região. A discussão é bastante conhecida e já foi tema de diversos trabalhos.¹⁰⁹ A particularidade da narrativa de

¹⁰⁸ A expressão é utilizada por Temístocles Cezar (2006) para referir-se à cultura historiográfica oitocentista. Ela caracteriza um discurso destinado a convencer e a persuadir os brasileiros de que partilhavam um passado em comum, bem como o presente com a mesma identidade.

¹⁰⁹ Ieda Gutfrieind (1998), ao analisar a historiografia sul-rio-grandense entre 1925 e 1975 utiliza as expressões “lusitanistas” e “platinistas” para explicar as diferentes propostas explicativas da identidade do Rio Grande do Sul. Letícia Nedel (1999, 2005) avança na questão compreendendo o discurso enunciado a partir desses

Athos Damasceno, entretanto, reside no fato de que ela é uma das primeiras a introduzir o estudo da história da cidade e da cultura no Rio Grande do Sul.

Em relação à questão, é imprescindível retomar a relação da escrita de Athos Damasceno e sua geração com o culturalismo de Gilberto Freyre, como já foi apontado por Nedel (2005, 2007) e Pesavento (2006) e esclarecer o lugar reservado a ela na interpretação que proponho dos estudos de Athos, a fim de compreender como o autor se apropria das possibilidades de interpretação lançadas pelo sociólogo. Desse modo, buscando avançar nas potencialidades explicativas dessa inspiração, lembro aqui do paralelo que Peter Burke (1997) realiza entre a história que Gilberto Freyre escreveu a partir dos anos 1930 e a *Nova História* praticada na França a partir dos anos 1960¹¹⁰. Longe de fazer uma associação simplista sugerindo a antecipação de Freyre em relação à historiografia francesa, Burke ressalta que o escritor pernambucano merece ser lembrado como um vínculo importante entre a *New History* norte americana (em voga quando Freyre era um estudante nos Estados Unidos, de 1918 a 1921) e a *Nouvelle Histoire*: “o caminho de Nova York à Paris passou por Recife.” (BURKE, 1997, p. 11).

Partindo das constatações de Nedel e Pesavento e da sugestão de Burke, não é de todo despropositado sugerir aqui que se o percurso de Nova York à Paris passou por Recife, também houve uma extensão do caminho de Recife à Porto Alegre, via Freyre, principalmente a partir dos anos 1940, quando este realiza algumas viagens ao estado. Além disso, a esta reflexão, introduzida no capítulo anterior, é necessário acrescentar que a análise da narrativa

grupos como uma tentativa de “enquadramento” de uma memória oficial. Segundo Nedel, a visão enaltecedora do gaúcho foi forjada no final do século XIX e esteve marcada pela mobilização pró-republicana e federativista. Na historiografia do período configurou-se uma matriz interpretativa *platinista* acerca das “origens” do estado. Tal tendência buscava fundamentar as demandas políticas do governo estadual republicano apresentando-as como o acabamento final das divergências entre o estado e o Brasil. Entretanto, a excessiva ênfase dada à autonomia e ao isolacionismo logo apresentou efeitos politicamente negativos às elites políticas locais. O principal deles foi contribuir à fundamentação do estigma imputado ao Rio Grande do Sul de “corpo estranho à nação”, por pensadores do centro do país, como por exemplo, José Veríssimo, autor da expressão (LOVE, 1989). Na historiografia, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1921) começaram a se impor as primeiras revisões, que tinham como expoentes Souza Docca e Othelo Rosa, sócios da instituição. As relações da Província com o Prata passaram, então, a se pautar na narrativa da resistência dos brasileiros aos invasores espanhóis, num esforço de reenquadramento da memória regional (NEDEL, 2007). Parte das afirmações de Athos Damasceno acerca da identidade açoriana/brasileira do estado pode ser compreendida por meio de sua inserção nesse debate geral. Ressalte-se, no entanto, o expressivo número de divergências no interior do Instituto. Sobre o assunto ver: NEDEL (2004).

¹¹⁰ Os pontos de contato entre os interesses de Freyre e a nova história são diversos e passam por um grande interesse pela história da alimentação, da habitação, do vestuário, a história do cotidiano, a história íntima (equivalente à história da vida privada de Georges Duby e Phillippe Ariès) a utilização de fontes diversas (como relatos de viajantes e notícias de jornal) e as abordagens multidisciplinares. Sobre o assunto ver: BURKE (1997).

de Damasceno indica a oposição ao paradigma tradicional segundo o qual a história diria respeito sobretudo à política¹¹¹.

Nesse sentido, o autor inicia o texto chamando a atenção para a arquitetura dos sobrados porto-alegrenses, também mencionando marginalmente o casario pelotense e rio-grandino. As Sacadas funcionam na narrativa como testemunhos da presença portuguesa na região: “A sacada, que o português tomou com tanta discrição ao nobre e austero acêrvo arquitetônico dos romanos, teve larga aplicação no Reino. E dali se transferiu para as colônias, nelas conservando os traços expressivos e capitais da adaptação conveniente.” (FERREIRA, 1974, p. 45). As habitações domésticas urbanas também certificavam a semelhança do aspecto arquitetônico local com o do Nordeste brasileiro: “Gilberto Freyre reparou logo, aqui, na parecença, no parentesco do nosso sobrado com os do Norte. A semelhança é, realmente, flagrante, e de um modo geral não há diferenças grandes entre uns e outros.” (1974, p. 47).

A propósito da referência de Damasceno a Gilberto Freyre, cabe aqui um comentário sobre o III Congresso Sul-rio-grandense de História e Geografia, realizado em 1940 na capital e no qual Gilberto Freyre apresentou o trabalho “Sugestões para o estudo histórico-social do Sobrado no Rio Grande do Sul”. O evento marcava a passagem do bicentenário de Porto Alegre e fora organizado pelo IHGRGS. O que Freyre afirma em sua apresentação, basicamente, é que o Nordeste e o Rio Grande do Sul se encontravam pelas janelas do Sobrado, uma vez que ambos demonstravam uma ancestralidade lusitana, apesar das diferenças do meio e da formação histórica¹¹². O sociólogo inicia sua fala incentivando o estudo sistemático do sobrado no Rio Grande do Sul:

Estou certo de que um estudo mais demorado do assunto, acêrca do qual quase me limito aqui a falar como puro impressionista, revelará, sob a aparência de unitarismo absoluto, variação regional nos tipos de sobrados de origem portuguêsã das várias regiões brasileiras. Revelará, na extremadura brasileira do Sul, predominância de traços de técnica e de

¹¹¹ De acordo com Burke (1992), essa seria uma das características da nova história francesa praticada antes mesmo da fundação da revista dos *Annales*, em 1929. Não há indícios de que Damasceno tenha tomado contato com essa literatura. Atribuo este aspecto de sua obra não apenas à influência da nova metodologia de Freyre no Rio Grande do Sul, mas, principalmente, à sua oposição à narrativa heroizante praticada no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul desde a fundação da congênere regional do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

¹¹² Para Freyre a casa é um microcosmo da nação, espécie de uma mestiçagem não só racial, mas, acima de tudo, cultural. A partir da habitação doméstica o sociólogo recolhe detalhes e objetos da vida cotidiana, mostrando como a técnica se adaptou ao meio tropical, mantendo as marcas da cultura de base lusitana. Assim, a linha da miscigenação se expressaria em um hibridismo cultural, “dado a ler pela materialidade das coisas e evidenciando como, a partir do modelo reduzido – a casa –, era possível enxergar a própria nação.” (PESAVENTO, 2006, p. 260).

sociologia de habitação nobre das cidades - o sobrado - peculiares a esta área ou região. Mas tanto a impressão que guardo dos muitos sobrados vistos no extremo meridional do Brasil, como o exame de fotografias que consegui reunir de casas de um e dois andares, ou simplesmente assombrados, de cidades e vilas do Rio Grande do Sul, indicam que tais peculiaridades são mínimas, sendo mais numerosas e evidentes as semelhanças dos sobrados do Sul com os sobrados do Norte e das demais regiões brasileiras em que êsse tipo de arquitetura floresceu com característicos nítidamente portugueses. (FREYRE, 1940b, p.1)

Tendo em vista o papel que Damasceno desempenhava em um *lugar social* a partir do qual prescrições e interdições impactavam sua escrita, o advento da publicação de *Sacadas e Sacadinhas* no segundo volume da *Revista Província de São Pedro* parece sugerir que o autor atendeu quase que literalmente a sugestão e expectativa de Freyre¹¹³, indo ao encontro ou partilhando, por outro lado, das expectativas de seus pares pela renovação da identidade regional¹¹⁴. O estudo da casa, portanto, era um caminho possível para harmonizar as representações da região às da nação. Assim, a partir das trocas com o autor que se tornou cânone, “Das janelas do sobrado, via-se o Brasil. O Rio Grande estava ‘em casa’”. (PESAVENTO, 2006, p. 276).

A *retórica da identidade* de Athos Damasceno possui, então, dois eixos centrais: o predomínio do elemento açoriano na definição do *gaúcho-brasileiro* (e eu arriscaria dizer, *da gaúcha-brasileira*) e o elemento da *cultura*,¹¹⁵ no sentido amplo do termo, como fator

¹¹³ Guilhermino César, em artigo publicado em sua coluna no Correio do Povo quando do falecimento de Athos, rememora a apreciação positiva de *Sacadinhas* pelo sociólogo: “Gilberto Freyre, se não me engano, foi o primeiro autor de categoria nacional a estimular, no então cronista de Porto Alegre, o gosto pelos flagrantes sociais profundos. Athos havia publicado um pequeno estudo, acompanhado de esboços a pena, sobre sacadas e sacadinhas da cidade. Uma delícia, quer como expressão, quer como observação, e sobretudo pela forma como valoriza, despreziosamente, uma arte hoje desprezada entre nós - a dos serralheiros de factura europeia [...]. Foi partindo daí, da arte viva do povo, que Athos Damasceno (ele próprio desenhista amador de grande habilidade) começou a interessar-se pela decoração de nossos ambientes provinciais.” (CESAR, 1994, 138-139).

¹¹⁴ A repercussão das viagens de Freyre ao Rio Grande do Sul, como apontam Pesavento (2006) e Nedel (2007), foi positiva entre os intelectuais do estado. Isso é observável nas palavras de Moysés Vellinho, editor da *PSP*, em 1946, quando o periódico republica o artigo de Freyre: “Depois de sua obra, produto de uma cultura severamente empreendida, sentimos que já não somos, que nunca fomos uma simples expressão geográfica.” (VELLINHO, 1946, p. 6 apud PESAVENTO, 2006, p. 274).

¹¹⁵ No caso da noção aplicada à descrição da obra de Damasceno, é adequado afirmar que no autor está presente uma noção ampla de cultura e, em relação ao cotidiano, a preocupação com o mundo da experiência comum. As dificuldades em definir o conceito de cultura, bem como o de cotidiano, já foram apontadas por Peter Burke: “Uma razão para a dificuldade de definir a história da cultura popular é que a noção de ‘cultura’ é algo ainda mais difícil de precisar que a noção de ‘popular’. A chamada definição ‘operahouse’ de cultura (como arte erudita, literatura erudita, música erudita etc.) era restrita, mas pelo menos era precisa. Uma noção ampla de cultura é central à nova história. O estado, os grupos sociais e até mesmo o sexo ou a sociedade em si são considerados como culturalmente construídos. Contudo, se utilizamos o termo em um sentido amplo, temos, pelo menos, que nos perguntar o que não deve ser considerado como cultura?” (BURKE, 1992, p. 7).

relevante na constituição dessa identidade. Assumindo a existência desta retórica, é pertinente atentar a alguns aspectos da composição da narrativa do autor.

Uma das estratégias narrativas mais utilizadas por Athos Damasceno é a sua constante integração ao objeto de investigação, observável em inúmeras passagens nas quais são utilizadas expressões construídas com o emprego da primeira pessoa do plural: “nossos avós portugueses”, “nossos antepassados”. Tal estratégia parece ser acionada para remeter o leitor a uma continuidade entre passado e presente, o que leva ao fortalecimento da identidade que se quer conformar¹¹⁶. Essa presença do escritor no texto foi observada por Fernando Nicolazzi (2008) em pesquisa sobre *Casa Grande & Senzala*. Conforme o autor, ao suprimir do interior do texto o hiato temporal que recorta na experiência um antes e um depois e separa o “nós” no presente do “eles” no passado, Gilberto Freyre estabelece um plano homogêneo a partir do qual não apenas se pode falar do passado, mas, sobretudo, é possível falar em nome do passado.¹¹⁷

A questão remete à problemática das relações entre memória e história, abordada por Paul Ricoeur (2007). De acordo com o filósofo, a memória é fonte privilegiada do conhecimento histórico e existe, entre memória e história, uma relação dialógica, não sendo elas nem sinônimas tampouco opostas entre si. Dessa forma, há um vínculo de reciprocidade no sentido de que ambas compartilham a problemática da representação do passado. Nessa relação, compete à história o exercício regulado da memória e do esquecimento, no intuito de conter seus abusos. A memória, porém, é a matéria-prima da história, pois é a garantia de que algo aconteceu no passado e é sua matriz. Conforme o autor:

Será preciso, contudo, não esquecer que tudo tem início não nos arquivos, mas com o testemunho, e que, apesar da carência principal de confiabilidade do testemunho, não temos nada melhor que o testemunho,

¹¹⁶ A escrita de *Imagens Sentimentais da Cidade* (1940) também é expressivo exemplo da presença marcante do autor no texto. Nesse sentido, a passagem em que descreve internamente a habitação do açoriano é ilustrativa. O autor aciona os diversos sentidos (tato, olfato, visão) para descrever o espaço, de modo que o leitor tem a sensação de que está lá, *sentindo* os odores e *vendo* a sala antiga: “É custoso, mas deve-se dizer: - a casa antiga do portoalegrense era tudo quanto havia de mais sombrio, de mais triste, de mais antihigiénico [...]. Em tôda parte a escuridão, o bolor, a umidade, a falta de ar, dando na gente uma sensação incômoda de colarinho apertado, uma vontade irresistível de enfiar pelo alcapão, voar pela clarabóia, rolar pela escada, ganhar a rua, sair correndo, desaparecer. Aquela gente tinha horror ao ar! Porta ou janela, que desse para a rua ou para o pátio, vivia fechada, não se abria nunca. Pra que luz? E ainda havia o silêncio. O silêncio misturado com a penumbra e mais o tempêro das defumações de incenso e de alecrim.” (DAMASCENO, 1940, p. 78-79)

¹¹⁷ Para Nicolazzi, em Freyre tal aspecto leva à configuração de uma identidade amparada na concepção de tempo homogêneo que oculta as rupturas entre passado e presente, “juntando em um mesmo plano temporal tanto o menino de engenho quanto seu avô patriarca, com o desejo nostálgico ou melancólico de evocação do que passou, e por uma projeção da memória coletiva de todo um povo, o ‘povo brasileiro’.” (NICOLAZZI, 2008, p. 268).

em última análise, para assegurar-nos de que algo aconteceu, a que alguém atesta ter assistido pessoalmente, e que o principal, senão às vezes o único recurso, além de outros tipos de documentação, continua a ser o confronto entre testemunhos. (RICOEUR, 2007, p. 156)

Além da integração de Athos ao seu objeto de investigação, que, por um lado, sugere a relevância da memória na sua representação do passado elaborada em “Sacadinhas” e, por outro lado, é uma estratégia para evocar a memória coletiva da região acionada por recurso ao testemunho dos seus leitores, também é frequente a recorrência ao arquivo, embora sem referência em nota de pé de página, nem remissão às obras consultadas em referências bibliográficas¹¹⁸. Desse modo, a satisfação do pacto de leitura firmado entre autor e leitor inicia-se com a alusão à memória coletiva – a fim de invocar o elemento da afetuosidade e vinculá-lo à representação do passado oferecida pelo autor – e encerra-se com a remissão às fontes de arquivo, legitimando então a sua pretensão à veracidade do relato oferecido. O autor conquista o leitor apelando fortemente para a emoção e procura convencê-lo do aspecto veritativo de sua representação através da citação das evidências buscadas no arquivo, investindo assim na satisfação das promessas do próprio pacto firmado entre ambos.

Além disso, parece-me que pensar alguns dos principais textos do autor, entre eles o de “Sacadas e Sacadinhas”, como de caráter ensaístico, auxilia a compreender a relativa liberdade narrativa da qual o autor desfruta. Sendo assim, não é descabido afirmar que o intuito central de Athos Damasceno é compreender as características psicológicas e sociológicas do sul-rio-grandense, de modo que, a partir dessa investigação, seja desvelada e revelada a face nacional do habitante da região do extremo sul do país. Se o sul-rio-grandense é, até hoje, *igual* a seus antepassados, então ele se assemelha a seus irmãos de outras regiões. A filiação é a mesma. A herança lusitana é, portanto, comungada por toda a nação, apesar de suas variações locais.

Na década de 1940 o momento é de sublinhar essa ancestralidade e de desconfiar das inovações que são o sinal dos tempos. A propósito, umas das lições que o “nosso antepassado” português tem para nos ensinar é a do *equilíbrio*, porquanto ele incorporou “À sua arquitetura muita coisa de uns e de outros. Gostou mesmo das sacadas, gelosias, balcões,

¹¹⁸ Como já mencionado na primeira seção deste capítulo, apesar do descuido na forma de proceder à citação, a remissão às fontes de arquivo é frequente. A propósito, a desatenção à citação das fontes presente em Damasceno já foi apontada por Sérgio da Costa Franco (1975): “Tudo nele espelhava, afinal, a maior virtude de um pesquisador, que é a honestidade intelectual. Embora não tenha tido a cautela de indicar em notas de rodapé as fontes de suas investigações de arquivo, nenhuma de suas assertivas deixa de repousar em informação segura e comprovada. Basta percorrer as coleções de jornais da biblioteca pública, para que ali ainda se encontre o vestígio do lápis incansável de Athos Damasceno, em busca de dados sobre a vida cultural da Província.”(FRANCO, 1975, p. 11).

varandas e alpendres, mas gostou de tudo isso com pé atrás, assimilando a contribuição estrangeira, com equilíbrio, e atenuando bastante o fogo de palha das novidades momentosas”. (1974, p. 45). O “avô lusitano” soube se adaptar às influências exógenas e por isso deve servir de exemplo para os porto-alegrenses da década de 1940.

A postura que enfatiza os problemas da modernização dos espaços de Porto Alegre, entretanto, vai, gradualmente, cedendo espaço para um olhar que busca no estudo do passado da cidade a reconstituição do percurso da modernidade. Ao acompanhar esse processo, Damasceno complexifica sua análise, de modo que a modernidade é repensada e a representação da temporalidade e da identidade se desvencilha da abordagem frequentemente derrotista do primeiro momento. Esta espécie de segundo tempo da representação do passado do autor será o objeto da análise no próximo capítulo.

3 A MODERNIDADE REPENSADA: A REPRESENTAÇÃO DA TEMPORALIDADE E DA IDENTIDADE NOS ANOS 1950-1970

Neste terceiro e último capítulo será concluída a investigação sobre a representação do passado de Athos Damasceno. As fontes principais são suas pesquisas publicadas a partir dos anos 1950, abaixo discriminadas. Busca-se, na parte final da dissertação, analisar as transformações na representação do autor no que toca à modernização da cidade e suas implicações para aquilo que vem sendo definido neste estudo como a sua *retórica da identidade regional*. Para tanto, serão analisadas a representação da identidade e da temporalidade neste *segundo tempo* da narrativa do autor. Sendo assim, este capítulo se divide em três seções. A primeira delas explica quais são as novidades deste outro momento da representação e a maneira como se pretende proceder teoricamente a fim de interpretá-la. A segunda seção, a qual enfatizará a representação da temporalidade, trata de um tema específico nas pesquisas de Athos Damasceno: o avanço da modernização da Província ao longo do século XIX sul-rio-grandense. A terceira e última seção, que privilegiará a representação da identidade, reflete acerca da análise do autor em relação ao humor local e seus desdobramentos na identidade dos habitantes da região.

3.1 O *segundo tempo* da representação do passado de Athos Damasceno

O que há de verdadeiro e belo, no passado, tendo sido construído para o futuro, pertence inteiramente ao presente. (FERREIRA, 1967, p. 169)

O recorte adotado para este capítulo, qualificado acima como *segundo tempo* da representação do passado de Athos Damasceno, remete às diferenças expressivas entre a narrativa do autor a partir dos anos 1950 e aquela produzida na década anterior. Diferentemente dos textos *Imagens Sentimentais da Cidade* (1940) e “Sacadas e Sacadinhas Porto-alegrenses” (1945), os quais destacam aspectos negativos da modernidade, apontando para os problemas decorrentes da intensa urbanização e do aumento demográfico, o que se observa neste segundo momento é uma ênfase no estudo do advento da modernidade em

Porto Alegre, numa espécie de tentativa de compreensão acerca do fenômeno experienciado pela sua geração.

Nesse sentido, são significativos os livros *Palco, Salão e Picadeiro em Porto Alegre no Século XIX*: contribuição para o estudo do processo cultural no Rio Grande do Sul (1956), *Imprensa Caricata no Rio Grande do Sul no Século XIX* (1962) e *O Carnaval Portoaletreense no Século XIX* (1970a). A leitura das três publicações leva à impressão de que uma complementa a outra e de que não é possível compreender a representação do passado do autor sem cotejar no mínimo estes três estudos. Como os títulos evidenciam, o escritor elege o século XIX como período de sua investigação em relação à emergência, ainda que tímida, da marcha da modernidade no estado.

As implicações desta nova forma de encarar o passado – e mesmo o presente – impactarão sensivelmente na representação da temporalidade e da identidade desenvolvida na narrativa do escritor. De modo introdutório, é plausível afirmar que tais representações se tornam mais complexas à medida que o autor avança na procura pelo percurso da modernização da região. Mas será que apenas Athos Damasceno passava a perceber o problema de modernização de forma diferente?

Acerca do assunto é interessante a constatação do estudo de Charles Monteiro (2012) sobre a produção das imagens da cidade de Porto Alegre nos anos 1950, tendo como fontes as fotorreportagens da Revista do Globo¹¹⁹. Conforme Monteiro, na segunda metade dos anos 1950, a revista se engaja no projeto e discurso desenvolvimentista da administração do Presidente Juscelino Kubitschek (1956 – 1960), de realizar “50 anos em 5”, e passa a privilegiar o processo de transformação e modernização da sociedade e do espaço urbano, deixando em segundo plano as críticas e as contradições que acompanhavam esse processo, indo de encontro à sua postura da primeira metade dos anos 1950. Com isso, é possível constatar que as transformações na forma de significar a modernização – ainda que em um sentido mais restrito do que o estudado por Athos – também ocorriam no interior da Editora Globo, a qual pode ser compreendida como sendo um espaço integrante daquilo que podemos nomear de o *lugar social* a partir do qual o autor aqui estudado representa o passado.

¹¹⁹ De acordo com o autor, “Entre as 256 edições da *Revista do Globo* publicadas entre 1950 e 1960, foi possível identificar 184 fotorreportagens que tratavam da cidade de Porto Alegre pelo levantamento realizado. Essas fotorreportagens abordavam questões relativas ao processo de modernização do espaço urbano (verticalização, obras públicas e privadas), as novas formas de sociabilidade públicas (muitas dessas ligadas aos novos padrões de consumo), os novos equipamentos culturais, problemas de segurança pública, de habitação, de transportes e, também, de política municipal.” (MONTEIRO, 2012, p. 21-22)

A escrita de Damasceno, a partir dos anos 1950, ao passar a focar o estudo do advento da modernidade na região do extremo sul do país, aborda a questão em um sentido bem mais amplo. Ele busca, segundo o meu entendimento, acompanhar o desenrolar do contínuo processo civilizador (no sentido de aproximar-se de certos padrões europeus de desenvolvimento) da sociedade porto-alegrense. Com isso, o conceito de *civilização* e seus decorrentes – progresso e processo – têm seu emprego acentuado no vocabulário do pesquisador. Este conceito será útil para a compreensão de um dos movimentos observáveis na narrativa: a convergência entre a tomada de posição do autor e o posicionamento dos agentes sociais por ele estudados em suas fontes de pesquisa, no sentido de que, em certos momentos, o pesquisador faz coro com a imprensa do século XIX a fim de exaltar o avanço da modernidade na Província.

A representação do passado então seleciona fatos e eventos que indicam a modernização da capital da Província ao longo do tempo. Dessa forma, o pesquisador indica as semelhanças da região (especialmente, mas não apenas, de Porto Alegre) com o Rio de Janeiro e, também, com a Europa. Esta é uma maneira, inclusive, de aproximar a área longínqua do centro difusor de cultura que fora o Rio de Janeiro nos oitocentos. Este é o caso quando Damasceno enfatiza que as temáticas abordadas nas peças de teatro encenadas em Porto Alegre, em fins do século XIX, estavam em consonância com os debates travados na Europa e no Rio de Janeiro referentes ao evolucionismo de Charles Darwin e à abolição da escravidão, por exemplo.

Auxiliam na interpretação desta inclinação da representação do pesquisador porto-alegrense, as definições do conceito de civilização propostas por Jean Starobinski (2004) e Norbert Elias (1994). De acordo com Starobinski, o termo civilização foi objeto de diversas reflexões analíticas desde fins do século XVIII, quando inúmeros escritos se esforçavam para discriminar as condições e os constituintes, materiais e morais, da civilização¹²⁰. Além disso, o autor afirma que:

A palavra *civilização* pôde ser adotada tanto mais rapidamente quanto constituía um vocábulo sintético para um conceito preexistente, formulado anteriormente de maneira múltipla e variada: abrandamento dos costumes, educação dos espíritos, desenvolvimento da polidez,

¹²⁰ Nesse sentido, é interessante a definição do *Novo Dicionário francês contendo novas criações do povo francês*, Göttingen, 1795, em relação ao termo: “Essa palavra, que esteve em uso apenas na prática para dizer que uma causa criminal é tornada civil, é empregada para exprimir a ação de civilizar ou a tendência de um povo a polir ou, antes, a corrigir seus costumes e seus usos produzindo na sociedade civil uma moralidade luminosa, ativa, afetuosa e abundante em boas obras. (Cada Cidadão da Europa está hoje empenhado nesse último combate de civilização. Civilização dos costumes.)” (STAROBINSKI, 2001, p. 13)

cultura das artes e das ciências, crescimento do comércio e da indústria, aquisição das comodidades materiais e do luxo. Para os indivíduos, os povos, a humanidade inteira, ela designa em primeiro lugar o processo que faz deles civilizados (termo preexistente), e depois o resultado cumulativo desse processo. É um conceito unificador [...]. A palavra *civilização*, que designa um processo, sobrevém na história das idéias ao mesmo tempo que a acepção moderna de progresso. Civilização e progresso são termos destinados a manter as mais estreitas relações. Mas esses termos, embora possam ser empregados de maneira global e vaga, não tardam a exigir uma reflexão genética, preocupada em distinguir os momentos sucessivos: importa determinar com precisão as etapas do processo civilizador, os estágios do progresso da sociedade. A história, a reflexão de historiador, conjecturais ou empíricas, põe mãos à obra para chegar a um “quadro dos progressos do espírito humano”, a uma representação da marcha da civilização por meio de diversos estados de aperfeiçoamento sucessivos. (STAROBINSKI, 2001, p. 14-15)

De certa forma, é nesta direção que parte da narrativa aqui analisada se encaminha. Como já foi indicado, os termos progresso e processo passam a ser empregados de modo frequente a partir, sobretudo, de *Palco, Salão e Picadeiro em Porto Alegre no Século XIX* (1956)¹²¹. Parece haver, a partir daí, um contínuo esforço, por parte do pesquisador, de acompanhar “os estágios do progresso da sociedade”, como indicado por Starobinski no trecho acima citado. Ademais, é profícuo citar ainda a definição clássica de Norbert Elias:

O conceito de “civilização” refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes. Pode-se referir ao tipo de habitações ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos [...]. Com essa palavra a sociedade ocidental procurar descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de *sua* tecnologia, a natureza de *suas* maneiras, o desenvolvimento de *sua* cultura científica ou visão de mundo, e muito mais. (ELIAS, 1994, p. 23)

Ater-me-ei aqui ao início da citação, porquanto, nos textos de Athos, para além da civilização no sentido do progresso material, há uma forte preocupação em acompanhar o aperfeiçoamento dos modos e costumes da população sul-rio-grandense. Esta definição enseja a abordagem de um outro movimento, nada negligenciável, observável na narrativa do pesquisador.

¹²¹ A partir das próximas citações, vou me referir ao livro como *Palco, Salão e Picadeiro*.

Quando o historiador analisa as peculiaridades da cultura local em relação ao Rio de Janeiro e aos costumes “civilizados”, sua escrita toma novo rumo¹²². Não me parece que haja uma tendência a inferiorizar comportamentos considerados não civilizados – que, como veremos, é marca definidora da imprensa local no século XIX, a qual serve de fonte para o autor. E é neste aspecto que reside a especificidade da abordagem de Athos Damasceno. A partir de então, parece que o pesquisador busca compreender aquilo que desvia a sociedade local da adoção de atitudes ditas “civilizadas”, e este exercício passa a ocupar expressivo espaço na sua análise.

Lembre-mos, pois, de que na década de quarenta a indagação sobre quem são os sul-rio-grandenses e de qual é o seu lugar no todo nacional, emerge com toda a força no discurso de Athos – não só dele, mas, como já apontado, de toda uma geração¹²³. Na década seguinte, a questão continua posta e parece-me que, subjacente à tarefa de retilhar o caminho da modernidade no estado, reside a busca incessante por responder o questionamento ainda não satisfatoriamente resolvido.

A resposta oferecida pela representação do passado deste vai se desenhando gradualmente. A partir da reflexão acerca da representação do passado elaborada por

¹²² De certa forma o conceito de *Kultur*, indício da oposição civilização *versus* cultura, tal qual definido por Elias, poderia ser uma maneira plausível de encaminhar a questão. Optarei por não aprofundar tal oposição em Athos Damasceno por compreender que, em razão de sua trajetória intelectual estar associada ao movimento folclórico no estado, a ênfase neste engajamento seja mais apropriada para a reflexão que proponho. De todo modo, é válido destacar a discussão indicada por Elias: “O conceito francês e inglês de civilização pode se referir a fatos políticos ou econômicos, religiosos ou técnicos, morais ou sociais. O conceito alemão de *Kultur* alude basicamente a fatos intelectuais, artísticos e religiosos e apresenta a tendência de traçar uma nítida linha divisória entre fatos deste tipo, por um lado, e fatos políticos, econômicos e sociais, por outro. [...] Há outra diferença entre os dois conceitos estritamente vinculada a isto. ‘Civilização’ descreve um processo ou, pelo menos, seu resultado. Diz respeito a algo que está em movimento constante, movendo-se incessantemente ‘para a frente’. O conceito alemão de *Kultur*, no emprego corrente, implica uma relação diferente com o movimento. Reporta-se a produtos humanos que são semelhantes a ‘flores no campo’, a obras de arte, livros, sistemas religiosos ou filosóficos, nos quais se expressa a individualidade de um povo. O conceito de *Kultur* delimita. Até certo ponto, o conceito de civilização minimiza as diferenças nacionais entre os povos: enfatiza o que é comum a todos os seres humanos: ou – na opinião dos que o possuem – deveria sê-lo. Manifesta a autoconfiança de povos cujas fronteiras nacionais e identidade nacional foram tão plenamente estabelecidos, desde séculos, que deixaram de ser tema de qualquer discussão, povos que há muito se expandiram fora de duas fronteiras e colonizaram terras muito além delas. Em contraste, o conceito alemão de *Kultur* dá ênfase especial a diferenças nacionais e à identidade particular de grupos. Principalmente em virtude disto, o conceito adquiriu em campos como a pesquisa etnológica e antropológica uma significação muito além da área linguística alemã e da situação em que se originou o conceito [...]. Enquanto o conceito de civilização inclui a função de dar expressão a uma tendência continuamente expansionista de grupos colonizadores, o conceito de *Kultur* reflete a consciência de si mesma de uma nação que teve de buscar e instituir incessante e novamente suas fronteiras, tanto no sentido político como espiritual, e repetidas vezes perguntar a si mesma: ‘Qual é, realmente, nossa identidade?’” (ELIAS, 1994, p. 23-24).

¹²³ Refiro-me, por exemplo, a empreendimentos tais como a Comissão Estadual do Folclore, fundada em 1948, à qual diversos intelectuais locais se filiaram e, também, à própria Revista Província de São Pedro (1945-1957). Ambas as iniciativas relacionam-se às preocupações acerca da identidade regional e do lugar da parte junto ao todo, bem como à identidade dos próprios intelectuais responsáveis por representar o Rio Grande do Sul nas Letras nacionais. Sobre a questão ver Coradini (2003), Nedel (2005) e Rodrigues (2010).

Damasceno, esta dissertação sugere que um dos métodos utilizados para dar a ver tal solução é refletir sobre as semelhanças do sul-rio-grandense com o Ocidente e suas peculiaridades. Neste “Ocidente” está incluído o Rio de Janeiro, que na sua narrativa significa Brasil.

Não obstante, quando o autor explica o humor grosseiro do sul-rio-grandense¹²⁴, o faz no sentido de ressaltar as dissonâncias entre as diferentes partes da nação: eles (nós, porque o escritor se inclui na narrativa) são assim porque não “se civilizaram” como os cariocas da Corte e mantiveram a matriz portuguesa de seu humor. Na escrita do autor, pois, há um esforço no sentido de apontar as características da cultura local que a distinguem dos outros povos, inclusive, por vezes, mesmo dos brasileiros de outras regiões, e também, é claro, de indicar as idiosincrasias da população sulina que só têm precedentes nos lusitanos dos açores.

Se admitirmos que esta seja uma maneira plausível para a compreensão de uma das faces da representação do passado do autor, então poderemos vislumbrar a resposta que ele oferece aos seus contemporâneos sobre quem são os sul-rio-grandenses e sobre como eles devem se portar diante do inexorável avanço da modernidade: o sul-rio-grandense é um brasileiro do extremo sul do país que se *civilizou* e adotou parte dos costumes da Europa Ocidental, mas que, por outro lado, manteve certas características dos portugueses dos açores, o que o peculiariza mesmo diante dos demais brasileiros. As mudanças enfrentadas no tempo presente da escrita do autor, portanto, não deveriam gerar tanta angústia, uma vez que, tendo passado por mais de um século de “processo civilizador”¹²⁵ o sul-rio-grandense ainda preserva traços dos seus avôs e avós dos açores.

Dessa forma, uma das conclusões do autor encaminha a questão para a seguinte solução: em determinados assuntos, os porto-alegrenses se portavam de modo pouco polido porque tal atitude era inerente à sua cultura (de base açoriana) e isso não guardava, necessariamente, relação determinante com um eventual desconhecimento do padrão *civilizado* a ser seguido.

Assim Damasceno conforta sua geração e acena para ela com a sua representação do passado, de modo que nela esta temporalidade deixa de estar ameaçada pelo esquecimento completo. Sua escrita também continua buscando tornar possíveis projetos de futuro que não negligenciem a identidade do sul-rio-grandense, que agora já tem uma definição – do ponto de vista de Athos Damasceno, é evidente – para quem ele é e deve continuar sendo. É a respeito

¹²⁴ Na seção 3.3 a questão será melhor explorada.

¹²⁵ O autor não usa este termo. Eu o utilizo aqui conforme a definição de Norbert Elias, mencionada no início desta seção.

desta tentativa de definição e das implicações de tal intento para a representação da identidade e da temporalidade que as seções a seguir tratam.

Finalmente, a incursão pelo século XIX é guiada pela pergunta ainda não resolvida, no presente de Damasceno, para os sul-rio-grandenses. O presente serve, então, de guia para a pesquisa do historiador. Não há novidade na afirmação, mas o que há de interessante na constatação é que o pesquisador, conforme sugere a epígrafe, estava bastante consciente disso e refletiu a este respeito.

3.2 Os agentes do processo civilizador da cultura regional: a imprensa e o teatro

Como foi dito no capítulo anterior, a ironia é acionada na narrativa de Athos Damasceno nos momentos em que ele busca marcar um rompimento em relação ao passado. Ocorre que, diferentemente dos textos de caráter ensaístico anteriormente analisados, nas narrativas de pesquisa histórica, que serão objeto deste capítulo, a tentativa de marcar uma ruptura e/ou continuidade desejável do passado no presente não é tão evidente. Raros são os momentos em que o autor se vale de linguagem emotiva. Mesmo o emprego da ironia, na narrativa de pesquisa histórica, é mais limitado em relação à frequência observada nos textos abordados no capítulo anterior.

Dessa forma, o posicionamento do autor frente ao seu objeto de investigação não se mostra de modo tão claro quanto nos textos de caráter ensaístico. Apesar disso, algumas inclinações são notáveis e podem contribuir para compreendermos a representação da identidade e da temporalidade elaborada neste segundo tempo da narrativa. Por isso, nesta seção enfatizar-se-á a representação da temporalidade a partir dos anos 1950.

A afeição do porto-alegrense, pertença ele às camadas populares ou privilegiadas, às diversões de modo geral, é uma das características dos habitantes da capital que Athos Damasceno busca fixar. Desse modo, *Palco, Salão, e Picadeiro* (1956) apresenta a face cultural da cidade no século XIX, acompanhando a história dos espetáculos públicos que nela se desenrolou¹²⁶. Como já apontado nesta dissertação, há uma grande ênfase de Damasceno

¹²⁶ *Palco, Salão e Picadeiro* foi objeto da crítica de Moysés Vellinho, na segunda edição do livro *Letras da Província* (1960). O crítico, apesar de questionar algumas escolhas e posicionamentos do livro, como, por exemplo, a inclusão dos espetáculos circenses, os quais teriam sido introduzidos “sem vinculação aparente com os fatos do nosso processo cultural” (VELLINHO, 1960, p.222) assume postura bastante elogiosa em relação ao estudo, o qual é qualificado como “síntese substancial, talvez definitiva” (p. 226). Nesse sentido, o seguinte trecho é elucidativo: “[...] Através dos numerosos capítulos em que se desdobra, tomamos novo contato com o nosso passado e não há quem ignore o que isto quer dizer com relação a uma realidade social

nas fontes jornalísticas. Sendo assim, ao longo da análise, o leitor acompanha os esforços da imprensa local para “civilizar” as preferências, no que toca às diferentes ofertas de diversão dos porto-alegrenses, e toma conhecimento de que houve uma intensa defesa dos espetáculos de teatro em detrimento das apresentações circenses e de magia pelos periódicos locais. Nesse sentido:

Falava-se muito, à época, na nobre missão cultural do teatro, no alto sentido educativo da boa música, na crescente necessidade de elevarmos o espírito, segundo as edificantes lições e exemplos de uma Arte inspirada nos mais puros sentimentos e apoiada nos recursos proteiformes da *civilização* dos nossos dias... E a escol pôrto-alegrense, até certo ponto, não deixava de prestigiar a ação daqueles que, de fato, estavam empenhados na difícil tarefa de apurar-lhe a sensibilidade e enriquecer-lhe o espírito. Mas o povo, cá fora, nem sempre dispensava a devida atenção à empresa dos que obravam em benefício dos interesses legítimos da cultura. E, ao teatro sério, aconselhado pelas pessoas de responsabilidade, continuava dando preferência às diversões fúteis, que a todo mundo agradavam, sem exigir de quem quer que fôsse a apresentação de títulos especiais. Neste ano de 1868, não foram poucas as oportunidades que o povo teve de assistir a êsses espetáculos ligeiros – espetáculos que, além de tudo e para o gáudio dos frívolos, exploravam precisamente o gênero de diversões a que mais se afeioara o público, isto é, a magia, o ilusionismo, a prestidigitação. (FERREIRA, 1956, p. 106)

Na citação acima Athos Damasceno introduz o problema, para a imprensa oitocentista, das preferências culturais na cidade do século XIX. Desse modo, levando em conta tudo o que já foi argumentado até aqui em relação à função da ironia na composição da narrativa, é pertinente afirmar que o pesquisador satiriza o empreendimento tomado para si pelas “pessoas de responsabilidade”, isto é, a imprensa local. Assim, uma *ilha de letrados* procurava aperfeiçoar as preferências da maioria da população. Durante significativa parte do extenso volume de *Palco, Salão e Picadeiro*, o autor procura esmiuçar esta questão, frequentemente questionando os discursos e concepções dos letrados vinculados à imprensa, evidenciadas em suas fontes de pesquisa.

de aluvião como é a nossa, as raízes constantemente revolvidas sob a pressão de novas camadas provindas de outros meios, e que, em sua marcha para o futuro, cada vez se fecha mais às surdas pulsações da tradição. O certo é que nestes dias de impaciência e de tumulto pouca gente parece acreditar que o futuro, como conquista coletiva e solidária, só pode alcançá-lo sem extraviar-se o povo que sabe ser fiel à memória de si mesmo. Livros como o de Athos Damasceno têm a virtude de despertar ou reativar o sentimento de continuidade que deve encadear as gerações entre si e fazer delas um só corpo no tempo. Esta a valiosa contribuição que êles oferecem.” (VELLINHO, 1960, p. 223).

Embora o autor adote, em alguns casos, o argumento de que havia certa divisão entre as preferências do *povo* e as de determinada elite econômica, esta não é a tônica. Ao longo da narrativa, o pesquisador indica que tanto uns quanto outros davam preferência às diversões circenses, de magia e de ilusionismo, e que não raro ambos cediam às brincadeiras do *Entrudo* na época do Carnaval. Na sua releitura das preferências de diversão da população local, por exemplo, o estudioso procura cotejar o comentário de alguns jornalistas com outras informações, em geral referentes ao público que frequentava os circos que se apresentavam na Capital. O historiador indica, então, que ele era bastante significativo numericamente, não se resumindo, portanto, a uma minoria de “desclassificados” que determinados segmentos da imprensa procuravam censurar¹²⁷. Conforme o autor:

Os jornais pôrto-alegrenses tinham razão, a respeito de Costa Lima e sua obra. Não a tinham, porém, em relação ao picadeiro e seus freqüentadores. Pois nem todos os toldos que por aqui se armavam seriam tão desprezíveis, como se insinuava, nem a sua assistência tão desclassificada, como se supunha. O Grande circo italiano, dirigido por D. Giuseppe Chiarini, era, por exemplo, uma Companhia muito apreciável e, instalando-se aqui em junho, oferece-nos atraentes demonstrações acrobáticas, mitológicas, hípicas e pantomímicas – a que numerosas famílias de categoria social compareceram e aplaudiram, verificando-se até uma função, à qual, consoante notícias da época, a concorrência fôra tão grande que, além de se acharem completamente lotados todos os camarotes, frisas e arquibancadas, havia *no pórtico e nos corredores para mais de quinhentas pessoas de pé!*...(FERREIRA, 1956, p. 129)

O processo civilizador, descrito por Elias, está em andamento na Província no século XIX e o autor aqui analisado fornece uma imagem dos agentes propulsores do

¹²⁷ Acerca da temática, é relevante indicar a crítica de Alexandre Lazzari (2001) ao estudioso aqui analisado. Ao pesquisar sobre o Carnaval em Porto Alegre de 1870 a 1915, o autor menciona o livro de Damasceno intitulado *O Carnaval porto-alegrense no século XIX* (1970a). Embora ressalte o mérito do porto-alegrense em indicar as diferentes formas de participar do Carnaval que tomaram corpo nas ruas da cidade, Lazzari aponta que este, assim como a Imprensa do século XIX, “acreditava na superioridade da forma elitizada de carnaval das sociedades Esmeralda e Venezianos”, o que, segundo o pesquisador, apontaria para a crença na incompatibilidade entre um “suposto gosto ‘popular’ e outro ‘erudito’, como se pudessem existir tão claramente definidos e antagônicos” (LAZZARI, 2001, p. 20). Porém, conforme será aprofundado no decorrer da análise, não me parece que este seja, em geral, um ponto em que pesquisador e posicionamentos da imprensa oitocentista se alinhem. É em virtude disso que insisto ser necessária a leitura conjunta de *Palco, Salão e Picadeiro* (1956), *Imprensa Caricada no Rio Grande do Sul no século XIX* (1962) e, por fim, *O Carnaval porto-alegrense no século XIX* (1970a) a fim de apreender a posição do autor em relação à dos letrados, indicada em suas fontes de pesquisa, principalmente no tocante à cultura popular. Além disso, o emprego da ironia também deve ser considerado em tal leitura. Entendo, porém, que a atenção a todos estes volumes tornaria a consulta às pesquisas de Athos Damasceno demasiado exaustiva, se não despropositada. Daí a possível pertinência desta dissertação, a qual procura, modestamente, colaborar para problematizar a representação do passado deste historiador.

desenvolvimento deste processo¹²⁸. No ano de 1880, por exemplo, um jovem de quatorze anos, já conhecido dos porto-alegrenses, volta a se apresentar na cidade após temporada de aperfeiçoamento na Europa. Em passagem anterior pela província, o espetáculo do menino havia sido sucesso de público, mas em 1881 houve a concorrência do *Conde Patrizzio*, mágico de grandes habilidades. A citação a seguir é esclarecedora das relações do público com os espetáculos realizados na cidade e das reprimendas da Imprensa no tocante à frequente preferência da maior parte da população pelas apresentações de magia geralmente realizadas nos circos de passagem pela cidade, mas também em algumas casas de teatro da capital. Assim, conforme Damasceno:

Quem se apresentou no S. Pedro, em setembro, em perfeita forma e muito mais forte do que em suas visitas anteriores, foi o precoce menino Eugênio Maurício Dangremont. O genial violinista, que nascera no Rio de Janeiro a 19 de março de 1866 e era filho do rabequista francês Luis Carlos Dangremont e da brasileira Eulália Verling Dangremont, acabava de regressar da Europa, onde fizera, com os professôres Leonard e Massart, de Paris, um severo curso de aperfeiçoamento. Aconselhado pelos mestres a travar relações íntimas com a música de *Beethoven, Bach, Mendelssohn e outros, a fim de provar que era um artista sério*, Maurício surge-nos aqui, muito mudado, isto é, surge-nos como um concertista bem orientado e portador de uma escola que não possuía antes. Fazendo-nos acompanhar pelo pianista H. E.E. Blanck, Dangremont programa e interpreta, exemplarmente, Bériot, Sivori, Beethoven, Leonard e Sarasate, ao passo que seu companheiro nos dá belas páginas de Chopin, Liszt, Kulack, Bauer, Bizet e outros. Apesar de ter sido fartamente vitoriado pela assistência, a verdade é que os pôrto-alegrenses não souberam dispensar ao genial patrício o apôio e a consideração que ele merecia. Muito pouca gente foi ouvi-lo e os jornais, deplorando o fato, escreveram com todo o fel de que dispunham: “Os bons burgueses, aquêles que não têm noção do bom gôsto, que toleram a arte e o artista apenas por uma convenção de boa sociedade, uma consideração que de certo não saibam bem que seja, que consideram mais proveitoso o trabalho do sapateiro do que as vigílias do músico ou do poeta, desertaram o teatro por duas razões: o preço elevado das localidades e o incômodo de ouvir rebeca uma noite inteira! Preferem a *Companhia Lírica Italiana!* Vingue-se, porém, o grande violinista com o saber que o Conde Patrizzio exaltou a cidade com os seus velocípedes e o charlatão Hermann com a sua *Pesca e Reverso!!!*” De fato, Pôrto Alegre, que quase não toma conhecimento da presença de Maurício Dangremont, desmanchara-se de puro gôzo diante da Companhia de Maravilhas, dirigida pelo Conde Ernesto Patrizzio, *o primeiro prestidigitador de todos os tempos!* O conde sabia, realmente, como se faziam as coisas e [...] lança uma troupe venturosa, de que fazem parte a Sra. Rita Gallo, o *Prodígio de Gênova*, e o Sr. Gulig, *famoso artista dos circos de Berlim*, além de sua própria pessoa que, não só se encarregava de *importantíssimas provas nunca vistas na América*, como

¹²⁸ Sobre a questão do desenvolvimento do processo civilizador no Rio Grande do Sul ver Grijó (2010).

também manejava irrepreensivelmente o Calidoscópico Gigante, *máquina produtora de vistas deslumbrantes*. Exibindo a atrevida experiência d'O *Canhonaço*, o nobre Patrizzio fêz as suas despedidas, deixando muitas saudades entre nós. (FERREIRA, 1956, P. 187)

O musicista, quando era ainda um iniciante, fizera sucesso na Capital. Ao aperfeiçoar seu repertório, porém, não foi recebido da mesma forma. A concorrência da Companhia das Maravilhas fora decisiva para a existência de irrisório público na apresentação do menino Maurício Dangremont. Está indicada, assim, a preferência do público em geral.

Outro exemplo de investida da imprensa local a fim de transformar os costumes “incivilizados” da população porto-alegrense foram as constantes campanhas contra as festividades do *Entrudo*, abordadas em *O Carnaval Porto-alegrense no século XIX* (1970a). Tal prática havia atravessado o atlântico “entre os badulaques de nossos avós” (1970a, p. 9) relacionados às comemorações do Carnaval e pode ser descrita por meio do depoimento, citado por Damasceno, do viajante inglês John Luccock:

Logo depois de nossa chegada – registra êle em seu diário – entrou a quaresma. Os três primeiros dias dessa época são sempre destinados a folguedos entre o povo. A êsses dias chamam *Entrudo*, durante os quais munem-se de umas bolinhas ôcas feitas de cêra colorida, do tamanho e forma de uma laranja, enchem-nas d'água e lançam-nas uns nos outros até que os combatentes ficam totalmente molhados. (FERREIRA, 1970a, p. 10)

Com o passar do tempo e o aumento da população “o jôgo assumira um aspecto mais sério, gerando malquerenças entre vizinhos nem sempre muito amigos e dando lugar a atritos de bastante gravidade” (1970a, p. 11). Tornaram-se frequentes despejos de bacias d'água sobre a cabeça de algum desafeto. Em virtude de tudo isso, o *Entrudo* foi proibido na Capital no ano de 1837. Ao encontro da proibição foram os jornais da época (ver também figura 1, a qual ilustra a posição da Imprensa quanto à prática):

Colaborando com a Polícia e no propósito de acabar, entre nós, com a incômoda e perniciososa tradição, não se cansavam os jornais da época de apontar-lhes os inconvenientes e reprochar os teimosos que se recusavam a reconhecer a extensão dos malefícios que semelhante prática produzia, não só provocando atritos graves, como atentando até contra a saúde pública. O *Correio do Sul*, em 1854, tentando convencer a população da necessidade de abandonar o *Entrudo* e procurando, ao mesmo passo,

despertar nela o gôsto por festejos menos grosseiros e mais educativos, transcrevia em sua primeira página certa notícia procedente da Côrte e pela qual se via que o balde d'água já fôra banido dali e que comemorações muito mais interessantes haviam lá substituído as troças brutais ainda reinantes. “O Entrudo dos nossos pais – dizia a coluna – o Entrudo de cêra, das seringas, das bacias d'água, êsse Entrudo, cujos gracejos eram tantas vêzes uma provocação ou um insulto, e sempre um perigo de grave impunidade; *êsse Entrudo pouco conciliável com a progressiva civilização de nossa terra*, êsse Entrudo está morto e enterrado [...]”. Entretanto, ao tom aliciante da nota, bem como às ameaças da Polícia, o povo fazia ouvidos de mercador. O Entrudo continuava imperando, mesmo debaixo de discursos persuasivos e penalidades crêspas. (FERREIRA, 1970, p. 13, grifos meus)

A popularidade do *Entrudo* oscilou durante o século XIX, mas o fato é que diferentes grupos sociais se valiam desta prática enquanto tipo de diversão em tempos de Carnaval. Gradualmente, a fundação de sociedades carnavalescas leva à redução do número de adeptos do *Entrudo*, que praticamente se circunscreve, em fins dos oitocentos, às camadas populares¹²⁹. A imprensa era grande entusiasta das referidas sociedades, entre as quais tiveram expressivo destaque a Esmeralda e a Venezianos. É possível observar, com mais este exemplo, que o esforço da imprensa local de aprimorar as preferências da cultura popular foi bastante significativo e teve seus efeitos.

Figura 4 – Charge sobre o *Entrudo* publicada no jornal *O Século*, em 1880.



Fonte: FERREIRA. Athos Damasceno. *O Carnaval Porto Alegrense no século XIX*, 1970a, p. 17. Legenda da charge: “*O Entrudo, que é simplesmente um pretexto, já começa com todo seu furôr. Olho vivo, pais de família, olho vivo!*”

¹²⁹ Em relação às pesquisas mais recentes sobre o carnaval porto-alegrense ver Lazzari (2001) e Germano (1999). Alexandre Lazzari, ao abordar os modos de participação no carnaval dos oitocentos, engloba em seu estudo as duas principais sociedades carnavalescas porto-alegrenses: a Esmeralda e a Venezianos. Além disso, dedica considerável reflexão à prática do Entrudo e às controvérsias que ela desperta na imprensa oitocentista. Iris Germano, por sua vez, ao estudar o carnaval nas décadas de 1930 e 1940 em Porto Alegre, afirma que é neste período que a festa de rua é definitivamente apropriada pelas camadas populares e, particularmente, pelos negros da cidade.

Como indicado, há notável crítica de Damasceno em relação a determinados posicionamentos evidenciados em suas fontes de pesquisa. Para compreender melhor as implicações de tal postura em sua escrita, não é demasiado retomar algumas das características do pesquisador enquanto intelectual comprometido com a representação da região.

Conforme abordado no início deste estudo, é preciso considerar que Athos Damasceno fora bastante interessado pela cultura popular. Não é sem motivo, portanto, que ele se vale de linguagem irônica para depreciar os letrados do passado que fizeram pouco caso das escolhas inerentes ao gosto popular pelas diversões – sejam elas relativas aos espetáculos circenses, de ilusionismo ou ao Carnaval. Talvez seja também o caso de pensarmos que esta estratégia narrativa possa ser compreendida considerando o envolvimento do autor aqui estudado com o movimento folclórico, uma vez que ela, para além de criticar as fontes da pesquisa, está em busca dos elementos que tornam a região única – convenhamos que, apreciar Chopin e Bach ou aderir aos bailes venezianos de máscaras, não distinguiam os sul-rio-grandenses de outros povos.

Parece-me, pois, que um destes elementos é o *humor local*, o qual dá preferência aos divertimentos que têm apelos humorísticos expressivamente acentuados, como é o caso dos espetáculos circenses prestigiados pelos habitantes da Capital da Província. E este humor, na perspectiva de Athos, evidentemente, tem uma ascendência açoriana. Daí a importância, no entender do pesquisador, de um estudo mais detido da cultura popular, o qual indicará os traços que devem ser ressaltados na representação da identidade do porto-alegrense, visto que eles não se transformaram mesmo tendo sido alvo do processo civilizador encabeçado por determinada elite intelectual.

Além disso, é visível um movimento de aproximação e de distanciamento do autor em relação ao posicionamento dos agentes sociais dos oitocentos. Assim, quando há uma tentativa de transformar costumes que são por ele associados à cultura popular, aquele diverge destes. Não raro este distanciamento se dá com o uso de linguagem irônica. Por outro lado, quando se busca alterar comportamentos e/ou enaltecer práticas que não remetem às especificidades do “caráter” do povo, autor e opiniões expressas nas fontes de pesquisa convergem.

Mas, ao contrário do que ocorria em textos de caráter ensaístico, na narrativa de pesquisa histórica, quando Athos Damasceno quer expressar uma continuidade desejável do passado no presente, não há o uso de linguagem emotiva. O que se observa é que está presente

um tom elogioso de determinados comportamentos e/ou acontecimentos que tenham tomado forma no período estudado.

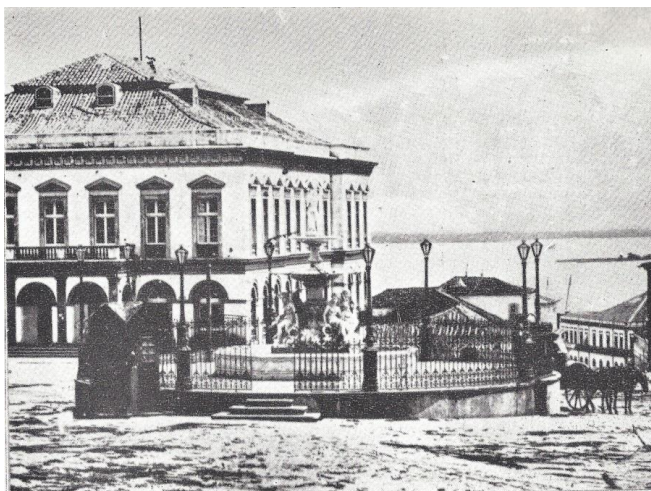
Nesse sentido, indícios de uma sociedade que se “civiliza” são apontados e positivamente significados ao longo de todo o texto. Tais indicativos podem ser observados na descoberta, em 1879, da existência de uma “prodigiosa máquina falante”, chamada de fonógrafo; na atuação da Sociedade Partenon Literário, que desde 1869 realizava espetáculos no Teatro São Pedro a fim de apoiar a causa abolicionista, bem como no papel desempenhado pela música, divulgada pela *Filarmônica Porto-alegrense*, a qual prestava, com seus saraus promovidos na década de 1880, “grandes serviços” à Capital da Província, no sentido de que criava e fortalecia os hábitos de sociabilidade. Nessa direção, o comentário acerca da chegada do fonógrafo à cidade indica o quão fascinante fora sua apresentação ao público:

Como era de prever-se, todo mundo se interessa pela importante engenhoca. E o felizardo Perris tem a oportunidade de realizar *algumas demonstrações no Teatro São Pedro*, esclarecendo e abobando, com seus altos conhecimentos técnicos, uma boa parte da cidade curiosa e cochichadora. Em suas longas e minuciosas *conferências*, Eduardo Perris informou aos ouvintes de que, dentro de muito pouco tempo, o maravilhoso invento chegaria a tal perfeição que ninguém mais precisaria ir a teatros *escutar orquestras e cantores porque qualquer um poderia ter dentro de sua própria casa tôdas essas altas manifestações da arte, gravadas, com a maior nitidez, em cilindros portáteis que se adaptariam ao aparelho de Edison, com facilidade e economia.* (FERREIRA, 1956, p. 181, grifos do autor)

O desenvolvimento observado na técnica e no avanço da fundação de Sociedades e Orquestras locais é apontado como fenômeno de grande importância para o progresso da Província. Nesse sentido específico, o avanço da marcha do processo civilizador é elogiado pelo pesquisador, o qual parece acreditar ser desejável o prosseguimento de tal processo no presente.

A partir de certa altura de *Palco, Salão e Picadeiro*, contudo, a ênfase passa a se localizar no estudo dos espetáculos teatrais. Assim, a história das casas de espetáculo tal como o teatro São Pedro (ver figura 2, que mostra o edifício do teatro), as Companhias teatrais que em Porto Alegre se apresentaram, bem como a temática das peças encenadas, passam a ocupar papel central na narrativa. Cabe, pois, neste ponto, questionar sobre a razão de o enfoque do estudo de Damasceno recair na história do teatro: por que, afinal, o teatro?

Figura 5: O Teatro São Pedro em 1860



Fonte: FERREIRA, Athos Damasceno. *Palco, Salão e Picadeiro em Porto Alegre no Século XIX*, 1956, p. 65.

Parece-me que o autor percebia no teatro, enquanto expressão artística, um bom indício do avanço desejável da sociedade, porquanto foi ele um dos elementos que, gradualmente, aproximou a população local aos debates do seu tempo. Ao encontro desta hipótese vão as considerações finais de seu volumoso estudo, onde ele justifica o interesse pelo teatro, tão desprezado pelos analistas do passado regional e nacional. O pesquisador inicia sua conclusão criticando o estudo de João Pinto da Silva, *História da Literatura do Rio Grande do Sul*, o qual afirma não haver teatro no Rio Grande do Sul e argumenta, justificando a importância da pesquisa sobre o teatro sul-rio-grandense¹³⁰:

Evidentemente, a ninguém ocorreria a idéia leviana de pretender provar que as peças de teatro que se escreveram aqui, especialmente na centúria passada, são obras-primas, dignas de citação destacada e capazes ainda de ser trazidas com sucesso às rampas atuais. Na verdade, essas peças, de um modo geral, não se recomendam nem impõem por qualidades de exceção – poucas apenas sobressaem pelo engenho do entrecho, o emprêgo equilibrado da técnica, o sôpro da inspiração. Julgadas do ponto de vista artístico, do ângulo literário, são frágeis e em certos casos vulgares: – estilos incolores, fatura hesitante, originalidade escassa. Mas

¹³⁰ Moysés Vellinho, no texto “O Rio Grande e o Prata: contrastes”, um dos ensaios que compõe *Capitania d’El Rey*, endossa a crítica de Athos Damasceno. Nas palavras de Vellinho: “A respeito do teatro rio-grandense, João Pinto da Silva nega-lhe qualquer importância, e quanto ao ‘tipicamente regional – diz ele – nada há, com efeito, em nosso teatro. [...] Nisso como em muitas coisas mais, fomos e continuamos a ser tributários do Prata...’ [...]. Nada menos verdadeiro. Athos Damasceno meteu-se afanosamente em nossos arquivos, folheou todos os jornais e revistas do século passado, num trabalho que durou anos a fio, e do meticuloso inventário que resultou de suas pesquisas, nada, nem sombra do que possa justificar a assertiva do arguto ensaísta de *Vultos do meu Caminho*.” (VELLINHO, 2005, p. 195). Vellinho, em sua crítica, se remetia ao livro *Palco, Salão e Picadeiro em Porto Alegre no Século XIX*.

essas obras não são inferiores às que lhe foram contemporâneas, na ficção, na poesia, no ensaísmo, na história – obras que são recebidas pela crítica com tanta indulgência, quando o teatro é tratado com tanto rigor. Ao contrário, quer parecer-nos que em muitos passos elas as superam, especialmente em seus efeitos e conseqüências culturais. Dócil instrumento de seu tempo, sensível aparelho a registrar tôdas as oscilações e inquietações de sua época, recolheu o teatro oitocentista rio-grandense, como já se disse, os anseios mais extremados de então – os ideais republicanos, o movimento abolicionista, os propósitos de fraternidade, o problema da emancipação feminina, os reclamos da instituição do divórcio, os protestos contra a tirania religiosa, a defesa, enfim, da dignidade humana, pela posse dos direitos morais, espirituais e materiais que pertencem à espécie e lhe exaltam a condição. Se não conseguiu fazê-lo com perfeita beleza, não há dúvida que o fez com límpida verdade e corajoso desprendimento [...]. O teatro rio-grandense de oitocentos, se literariamente não logrou realizar-se, popularmente, digamos assim, alcançou sem dúvida os objetivos que mirava. Destituído de condições de posteridade, *teve contudo atualidade. E mais do que qualquer outra manifestação da nossa rasa e cinzenta vida artística e literária de então, atuou com vigor no seu meio.* E associou espíritos, agitou idéias, aprimorou virtudes, corrigiu erros, aperfeiçoou costumes, advogou direitos, *valorizou, enfim, a nossa cultura em formação.* Cumpre-nos, portanto, considerá-lo, menos do exclusivo ângulo artístico do que do ângulo de suas generosas repercussões sociais. (FERREIRA, 1956, p. 340-341, grifos meus)

Estudar o teatro em Porto Alegre no século XIX foi uma forma de evidenciar o desenvolvimento do processo modernizador e civilizador na Capital. Desse modo, o autor pôde apontar que os porto-alegrenses não estavam dissociados dos debates travados no século XIX em vigor na Europa Ocidental e na Corte, visto que o teatro e a imprensa refletiam questões atuais. O argumento é que nos oitocentos a Província era “um campo particularmente favorável à expansão das ideias mais avançadas da época” (1956, p. 324) que lhe chegavam dos grandes centros através de viajantes, de emigrados políticos, de novos colonos e até mesmo de “aventureiros”. Com isso, o sul-rio-grandense enriquece o seu “escasso acervo de conhecimento” (1956, p. 324). A consulta aos periódicos da época leva, então, o autor a afirmar a ampla adesão do Rio Grande do Sul ao ideário do século:

A Revolução de 35 – antimonárquica e republicana, e que, como acentua Moysés Vellinho, ao lado de seus arsenais, montava logo os seus prelos para difusão dos princípios que a inspiravam e norteavam; o individualismo romântico e agressivo que vincava as assembléias políticas do tempo; o ardor pôsto a serviço da campanha abolicionista que madrugou entre nós; a reação desabrida oposta à Igreja em sua intervenção nos assuntos de Estado e nos atos de consciência; a luta tenaz

contra o analfabetismo e a exploração da ignorância; a desinteressada defesa dos direitos da mulher e o reconhecimento da necessidade de sua emancipação social; o franco funcionamento de lojas maçônicas, de gabinetes de leitura e de centros literários de indisfarçável conteúdo político – tudo isso revela claramente a estreita comunhão do Rio Grande com o liberalismo de oitocentos e a sua ampla adesão ao matizado ideário do Século que, na maliciosa opinião de Renan, deveria ser olhado com universal ironia... A quem quiser certificar-se melhor dêse fato, sem dúvida de sentido mais extenso do que profundo, indique-se a imprensa da época, tanto a diária quanto a periódica – empolgada tôda ela... *das últimas conquistas do pensamento humano, dos crescentes progressos da ciência e das hodiernas doutrinas filosóficas dos nossos dias*... E não só a imprensa como ainda as tribunas de conferência, do alto das quais se debruçam gesticulosos sôbre o povo espantado, os pregadores de um credo novo para um mundo igualmente novo. Através de artigos e discursos há de se ouvir falar com *frequência da portentosa obra dos enciclopedistas, das sábias lições do Contrato Social, do sombrio sistema de idéias do pensador Dantzig*. E logo de Darwin. E a seguir de Spencer. E mais adiante de Comte. (FERREIRA, 1956, p. 340-41, grifos do autor)

Por fim, podemos perceber aqui que as noções de civilização e de progresso subjazem na narrativa, que tem como um de seus objetivos a tentativa de compreender o desenvolvimento da cultura e das ideias na Província dos oitocentos. E este momento de florescimento cultural contribui para explicar quem são os sul-rio-grandenses do século XX, cujo antepassado não era unicamente o “centauro dos pampas”. A citação a seguir é esclarecedora deste aspecto:

[...] Aliás, a vivacidade não raro excessiva com que nesses círculos se apreciavam e debatiam os temas ligados ao homem e à sociedade é um dos traços mais sugestivos do Rio Grande de então e de antes. E, ao contrário do que muita gente supõe, tem a sua razão de ser, muito menos nas invocadas peculiaridades do meio e nas exploradas circunstâncias políticas, morais e espirituais de *fronteira*, do que no largo sôpro renovador do século XIX – século que surpreendeu o rio-grandense no seu nascedouro ao influxo de cujos anseios e assomos modelou êle o seu caráter e informou o conjunto de suas aspirações. (FERREIRA, 1956, p. 324, grifo meu).

O caráter do sul-rio-grandense, então, resulta simultaneamente dos elementos comuns a um processo civilizatório partilhado com outras sociedades humanas (europeias, sobretudo) e de sua especificidade cultural definida nos seus traços mais marcantes pelas heranças açorianas. Processo este marcado fortemente pela presença de debates atuais para o período, os quais foram enriquecidos e estimulados pelo teatro.

Paralelamente, a figura do sul-rio-grandense como alguém que estava sintonizado com o seu tempo se solidifica na representação do passado elaborada por Athos Damasceno. Dessa forma, à representação da identidade dos anos 1940, centrada na ascendência portuguesa, que não deixa de ser, em última instância, estática, o pesquisador, na década seguinte, acrescenta um ingrediente extra: a dinamicidade do tempo. Ele transforma os homens e mulheres conforme o processo histórico por eles experimentado. Às representações do gaúcho vinculadas à geografia, Damasceno oferece uma interpretação baseada no estudo da história, que, marcada pela dinamicidade do tempo, altera regularmente os seus sujeitos.

Nesse sentido, é possível apontar algumas implicações desta nova fase da representação do passado do autor para a sua representação da temporalidade. Se nos anos 1940 o presente era narrado de modo quase caótico e o passado como o lugar de certa nostalgia em relação à identidade – apesar de ressaltadas as negatividades quanto ao pouco desenvolvimento da técnica – não será assim a partir dos anos 1950. Neste período, o presente da escrita do autor parece ser de adaptação ao aparente caos da década anterior e de tentativa de compreensão da modernização da tecnologia, mas, sobretudo, da cultura.

Além disso, talvez seja possível sugerir a existência de uma busca de superação da mencionada crise nas relações com o tempo, experienciada na década anterior, o que enseja a elaboração destes questionamentos diversos ao passado. Esta temporalidade, por sua vez, permanece sendo a fonte da identidade do sul-rio-grandense, mas ela não se limita às suas semelhanças com os açorianos. O tempo histórico e o florescimento cultural do século XIX também contribuem para formar o “caráter” do gaúcho.

O estudo mais detido do passado, através da publicação de pesquisas de maior fôlego do que nas investigações dos anos 1940, colabora para a construção de uma percepção de que o fenômeno da modernização não deve ser visto como um algoz destabilizador da identidade regional. O avanço da modernidade é então encarado como um processo complexo e de múltiplas faces, com diversas implicações. Além do mais, o prognóstico outrora negativo do futuro se dissipa e tampouco há um prognóstico taxativo em relação ao porvir. Há, sim, a quase perene expectativa de que o Rio Grande do Sul fosse incluído no todo nacional.

3.3 O caráter do humor local

“O noticiarista – simples almoxarife da história – cumpre sua missão, recolhendo, ordenando e distribuindo o precioso material que está à espera do emprego autorizado dos que se disponham a olhar, com olhos de ver, o fenômeno cultural da Província, no curso do século do Fraque, da prestidigitação e da tosse” (FERREIRA, 1962, p. 221)

É interessante o fato de que Athos Damasceno conclua o livro *Imprensa Caricata no Rio Grande do Sul no Século XIX* (1962) considerando-se um simples “almoxarife da história”. A própria expressão merece maior reflexão. Sendo o almoxarife o responsável pelo almoxarifado, local onde se armazenam materiais ou objetos de uma instituição, inferimos que o pesquisador se considera, neste momento, mais um responsável pelos documentos da instituição História, do que um pesquisador autorizado a “olhar com olhos de ver o fenômeno cultural da Província”, conforme a epígrafe indica. A postura assumida na conclusão vai de encontro à narrativa da publicação, uma vez que o autor não assume postura meramente descritiva de suas fontes, o que seria de se esperar de alguém que não se considerasse autorizado a refletir acerca do passado.

Para além da possível falta de sinceridade do autor na afirmação acima, que inclusive pode ser uma estratégia de autodesvalorização, não muito rara em sua retórica, a fim de combater eventuais críticos de sua forma de fazer história, a afirmação da epígrafe permite traçar uma importante consideração: neste segundo tempo da narrativa observa-se uma intensa preocupação com as fontes de pesquisa. Este fenômeno já é visível desde *Palco, Salão e Picadeiro* (1956), sua primeira investigação de fôlego sobre o passado regional, a qual possivelmente abriu-lhe as portas para o ingresso no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, em 1957 – o que lhe conferia legitimidade enquanto pesquisador do passado.

Além do mais, ao chamar a atenção para as suas fontes, predominantemente jornalísticas, o pesquisador acena com a possibilidade de se escrever uma outra história do Rio Grande do Sul, de modo que seja possível “elucidar muitos aspectos da evolução do povo gaúcho, cujo caráter revelou no passado certas singularidades que expõem sua definição a juízos apressados e não raro distorções propositais” (FERREIRA, 1962, p. 221).

Nesse sentido, nos agradecimentos da publicação, o autor menciona o historiador Walter Spalding, “que pôs à sua disposição as preciosas coleções de jornais que possuía e atualmente se encontram no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul” (1962,

agradecimentos). A representação do passado elaborada a partir dos anos 1950, então, acentua sua ancoragem no arquivo, a fim de cumprir com o pacto de leitura firmado entre o produtor do texto histórico e seu leitor, tal qual refere Paul Ricoeur¹³¹. Mas, a propósito, o que o livro de 1962 acrescenta à representação aqui analisada?

Em *Imprensa Caricata no Rio Grande do Sul no Século XIX* Damasceno assinala traços peculiares do humor local, salientando “sua origem e o grau de cultura que refletia” (FERREIRA, 1962, p. 220). O livro se pretende uma contribuição para a compreensão mais clara do “nosso processo social” (p. 220). Segundo Damasceno, no final do século XIX, a partir de 1870, “começaram a aparecer no Rio Grande do Sul os primeiros periódicos humorísticos, críticos e ilustrados que desde logo comunicam aos prelos provincianos, nublados e ásperos, um colorido mais vivo e um ritmo mais alegre” (FERREIRA, 1962, p. 13). O livro, portanto, abarca um período bem menor do que “Palco, Salão e Picadeiro” (todo o século XIX), referindo-se apenas ao último triênio dos oitocentos.

O humor rude e não raro ofensivo dos periódicos humorísticos de então é o foco do texto. Mas a temática geral em que se insere este recorte específico é a imprensa no século XIX, marcada por intensos debates e rivalidades. Sendo assim, uma das intenções do autor é acrescentar, com sua pesquisa, mais um fator que auxilie a explicar a existência deste acalorado debate. A justificativa de pesquisa de Athos Damasceno é um pouco longa, mas esclarecedora:

Em várias ocasiões, aliás, já tem sido registrado pelos nossos historiadores o alto grau de calor que abrasaria com muita frequência o periodismo gaúcho de oitocentos, desde seu surgimento nos idos de 1827. Uns mais, outros menos, segundo o critério adotado para a avaliação do fato, assinalam-no. Em geral, se não chegam a arrolar francamente, pelo menos insinuam, como causas da rudeza dos prelos de outrora – a princípio, a tensão vinda de longe, por força de nossos renovados atritos de fronteira, a irritar-nos quase sem trégua; a seguir, o prolongado movimento revolucionário de 1835-1845, a dividir a opinião em facções extremamente apaixonadas; e, por fim, a necessidade crescente de afirmar-nos em face das desconfianças do Governo do Centro em relação ao Rio Grande, tido e havido não raro como um perigoso foco de descontentamento e rebeldia contra a ordem vigorante. Essas causas teriam produzido, ou melhor, contribuído, de modo sensível para a generalizada exacerbação de ânimos e para o singular estado emocional dominante entre nós no século passado, a traduzir-se em posições e

¹³¹ Ao encontro desta constatação vai o comentário da “orelha” do livro, que afirma o seguinte: “Athos Damasceno se situa entre aqueles que com maior seriedade vão procurar nas fontes os subsídios indispensáveis ao delineamento da nossa evolução social e seus trabalhos são o atestado mais eloqüente da exaço com que o faz”. (FERREIRA, 1962, contracapa)

atitudes de incontida violência. Mas quer parecer-nos que só elas não seriam suficientes para condicionar-nos a conduta em tais ou quais emergências. *A nosso ver, as causas mais atuantes e principalmente responsáveis pelo fenômeno devem ser procuradas nas nossas origens raciais – com perdão da palavra, tantas vês empregada de maneira imprudente... – e logo associadas ao nível de cultura da Província de então, ainda escassamente servida das virtudes da civilidade. A imoderação na prática de numerosos atos públicos e privados e as ações e reações mais cruas, que se verificam ao tempo, encontram aí o seu agente por excelência, naturalmente favorecido pelos fatores históricos mencionados e sob cuja influência irrecusável os acontecimentos ganhariam corpo e realce.* (FERREIRA, 1962, p. 19-20, grifos meus)

Dessa forma, o autor acrescenta duas explicações essenciais para os intensos debates em que se encontrava a imprensa no século XIX. Estas acabam sendo as justificativas para o humor nada sofisticado que toma forma nas caricaturas publicadas a partir dos anos 1870. Uma delas é a *imaturidade cultural* da Província, “escassamente servida das virtudes da civilidade” (FERREIRA, 1962, p. 20) e a outra, que se torna mais importante ao longo da argumentação, a ascendência portuguesa. Começemos pela primeira.

Nesse sentido, dois indivíduos se destacam na imprensa local como uma espécie de “agentes civilizadores”. Um deles é o conhecido Carl Von Koseritz e o outro, o caricaturista Cândido de Faria. Ambos vinham de fora da Província. O primeiro da Europa e o outro da Corte. São pertinentes alguns comentários sobre tais personalidades, porquanto a atenção dada a eles indica que o autor prossegue em sua tentativa de acompanhar a marcha da modernização da região.

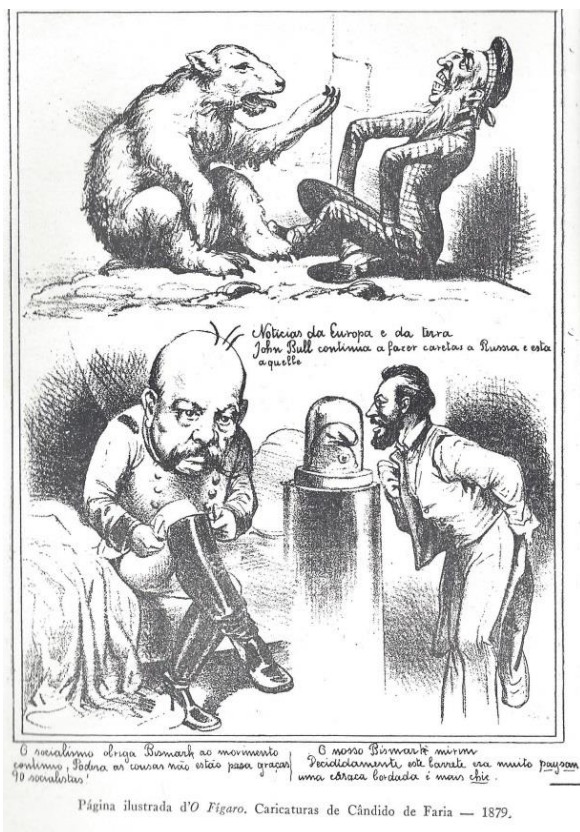
Tendo sido “o mais atuante jornalista do Rio Grande do Sul no século passado” (FERREIRA, 1962, p. 46), “que tanto lutou em benefício do nosso desenvolvimento cultural” (p. 51), o *teuto-brasileiro* Koseritz chegou à Província em 1851, com dezessete anos. Foi professor, dramaturgo, escritor de ficção, folclorista e “*lúcido vulgarizador dos progressos da ciência e da evolução das ideias*” (FERREIRA, 1962, p. 46). Segundo Damasceno, Koseritz compreendia o papel da imprensa enquanto veículo de cultura e tal compreensão “levá-lo-ia a prezá-la e servi-la com um fervor incansável e uma assiduidade exemplar.” (1962, p. 46), entregando-se à tarefa de difundir “num ambiente de acústica ainda muito escassa, as ideias mais avançadas da época” (p. 47). O jornalista muito contribuiu para o progresso das letras sul-rio-grandenses, sendo um dos primeiros a divulgar o darwinismo na Província.

No entanto, a despeito de sua colaboração para a cultura local, os pasquins da cidade não o poupavam da crítica frequente: “mimoseando-o com os mais nauseabundos adjetivos

que encontrava nos becos do vernáculo.” (1962, p. 104). Damasceno atribui as críticas não apenas ao seu envolvimento político, mas também e, sobretudo, ao descompasso entre o humor teuto e o humor português, tão afeito que era “ao cozidos indigestos e aos mólhos corrosivos” (p. 55). Aqui temos a introdução da segunda explicação para a definição do humor local, adiante aprofundada. Ressalte-se, por enquanto, que uma “escassa civilidade” dos inimigos de Koseritz não é a principal justificativa dada por Damasceno às críticas direcionadas ao jornalista e político.

Cândido de Faria, por seu turno, foi caricaturista d’O Fígaro (1878). Reconhecido no Rio de Janeiro por seus talentos para o gênero, destacou-se na província por associar temas locais à agenda internacional, emprestando assim “à pasquinada provinciana o toque sensacional e atraente das intrigas estrangeiras, assim enriquecendo a fôlha dos cheiros agradáveis de um cosmopolitismo picante e rendoso.” (1962, p. 75). Com isso, estampavam-se nas seções ilustradas d’O Fígaro os tipos de maior evidência na Europa (conforme figura abaixo, que satiriza as relações internacionais europeias de fins do século XIX).

Figura 6: Charge de Cândido de Faria publicada no jornal O Fígaro, 1879



Fonte: FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa Caricata no Rio Grande do Sul no Século XIX*, 1962, p. 72.

Legenda da charge: “Notícias da Europa e da terra/ John Bull continua a fazer caretas a Rússia e esta aquelle.” “O socialismo obriga Bismarck ao movimento contínuo, Podera as cousas não estão para graças 90 socialistas!” “O nosso Bismarck mirim/ Decididamente este barrete era muito paysan uma casaca bordada é mais chic.”

Além de atualizar os porto-alegrenses em relação aos debates em voga na cena internacional, o caricaturista oriundo da Corte:

Deu-nos algumas lições proveitosas, trouxe-nos uma contribuição em nada desdenhável. Pois num meio e num tempo que o chiste corrente era a chalaça crua, o escárnio rude e o charco maciço – sua verve, não raro de timbre francês, como já se assinalou, ensinou-nos que o delicado ministério de criticar e corrigir os erros e imperfeições dos homens é amigo da finura e inimigo da grosseria. (FERREIRA, 1962, p. 73-75)

Não obstante, apesar da contribuição “civilizadora” de indivíduos como Koseritz e Cândido, o humor regional se manteve “exagerado”. Um expoente deste tipo de chiste foi o jornal *O Século*, editado pelo jornalista Miguel de Werna, famoso pelos ataques pessoais e pelas sátiras maldosas que fazia em suas charges, cuja maior parte da população lia e recebia com palmas. O jornal surgiu em 1880 e esteve em circulação durante quatorze anos. O conteúdo da folha humorística era variado, passando pelos “*condimentados mexericos mundanos*” (FERREIRA, 1962, p. 101) e se estendendo às sátiras políticas, bem como desenvolvendo forte crítica ao Clero.

A relação entre *O Século* e o Clero era desastrosa a ponto de oferecer um bom exemplo do tipo de humor ao qual Athos Damasceno alude. A seguir, o autor narra os ataques de Miguel de Werna às Irmãs de Caridade:

Em 1882, por exemplo, desembarcando na cidade algumas Irmãs de Caridade, *O Século* registra: “No mesmo paquête em que veio o nosso nunca assaz decantado charlata-mor Carlos de Koseritz, vieram-nos também importadas cinco Irmãs de... Caridade. E a nossa imprensa nada disse contra essa praga, pior que a de gafanhotos e elas muito a seu salvo entraram nesta capital. É admirável esta Imprensa de Pôrto Alegre! Aparece um ou outro caso de bexigas ou sarampo, e ela bota o mundo abaixo, alarmando a cidade com notícias aterradoras, infundindo-lhe o pânico. No entanto, deixa passar sem uma palavra sequer de protesto a mais perigosa de tôdas as pestes – as tais sujeitas do Coração de Jesus! [...]” (FERREIRA, 1962, p. 105-106)

Notas deste teor eram corriqueiras *n’O Século* e seu editor fazia questão de realçá-las (ver crítica da figura 4). Aqueles que se sentiam ofendidos, quando tinham a oportunidade, demonstravam sua insatisfação, fosse em outros veículos da imprensa ou mesmo

pessoalmente¹³². O fato é que o humor exagerado de certos periódicos gerava inimizades, mas tinha um público cativo. Tanto que, segundo Athos, também era praticado por outros periódicos:

Essa escola – a da pancadaria em grosso, a que o foliculário estomagado adicionava injustamente a mácula da chantagem – não era seguida apenas por Miguel de Werna. Outros jornalistas cá da terra, embora nem tão afoitos nem desavergonhados, freqüentavam-na com assiduidade e perlustravam-lhe os bancos com real aproveitamento, tornando-se dignos não raro de menções distintas e medalhas de ouro! (FERREIRA, 1962, p. 84)

Figura 7: Charge de Joaquim Samaranch no jornal O Século, 1884.



De noite passão-se as madreças, vestidas de padre, para a casa dos jesuítas, onde depois de grosso forrobodós, esforço-se por cumprir o que ordena o sacro texto da Bíblia: - Crescite et multiplicamini (S. Matheus, Cap. XVI)

Charge de Joaquim Samaranch n' O Século — 1884.

Fonte: FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa Caricata no Rio Grande do Sul no Século XIX*, 1962, p. 131.

Legenda da charge: “De noite passão-se as madreças, vestidas de padre, para a casa dos jesuítas, onde depois de grosso forrobodós, esforço-se por cumprir o que ordena o sacro texto da Bíblia: - Crescite et multiplicamini (S. Matheus, Cap. XVI)”

¹³² Este foi o caso na ocasião da visita de Werna à cidade de São Leopoldo, em princípios de 1883, quando se torna alvo da manifestação de desagrado promovida pelas alunas do Colégio Católico local, o qual já havia sido vítima das alusões satíricas do jornalista. *O Século* publicou o relato de Werna acerca do caso: “Na tarde de vinte e cinco do corrente, na rua Grande na cidade de São Leopoldo, fomos troteados por uma multidão de raparigas do Colégio das Madres de São Fidélis. Deu-se assim o caso: subíamos de carro, na companhia de nossos amigos Isidoro de Oliveira e Dr. João Machado. Ao defrontarmos a casa dêsse último cavalheiro, fomos inesperadamente atacados pelas raparigas que, fazendo os mais indecentes e repugnantes acenos, dirigiam-nos palavrões que envergonhariam as meretrizes do Beco do Poço. Só não nos chamaram de Santo! Algumas das bem-educadas alunas levaram a tal ponto o seu assanhamento, que levantaram as saias e nos obrigaram a ver o *sol inglês* numa terra de alemães... A madreca, que as acompanhava, bonita, sim senhores, fazendão de truz, cruzava as mãos sôbre o peito e, quando via que nós a encarávamos, curvava-se toda como em genuflexão, e apresentava-nos as armas de São Francisco, mas com uma luxúria, chô! Égua!... Tivemos inveja dos padres do Colégio, palavra de honra! E ainda há pais que entregam a educação das filhas àquelas moralizadas mulheres....!” (FERREIRA, 1962, p. 106-107)

Como foi dito acima, a tônica da explicação de Damasceno para a rudimentariedade do humor local não está nos propalados baixos padrões de civilidade da imprensa local. Assim sendo, a justificativa elaborada pelo autor para o humor grosseiro presente nas caricaturas dos jornais porto-alegrenses, rio-grandinos e pelotenses, pode ser compreendida, novamente, se considerarmos que o narrador intenta singularizar o chiste regional apresentando-o como tributário de fatores culturais. A citação que segue nos coloca a par da interpretação de Damasceno sobre as origens deste humor:

Descendentes, que éramos, do português derramado e sem reservas, a graça que entre nós tinha curso e prestígio era a graça portuguesa, quer dizer, a chalaça gorda, o dito pesado, a galhofa redonda, a zombaria rumorosa. Não se poderia esperar de nossa gente nem ofertar a ela a *boutade* ferina do francês irônico, o epigrama frio do inglês fleumático, a tirada explosiva do espanhol ardente, a facécia cascadeante do italiano gesticuloso, o cômico sem comicidade do teuto empertigado e simplório, a cutilada sardônica e maligna de certas raças atropeladas, como a hebraica, por exemplo... O português sempre gostou, e gosta, do chiste encorpado. É dêle que se serve e é com êle que ri. Ri, não – gargalha. Porque o português não ri apenas com o rosto, reagindo às sugestões do grotesco ou às instigações do ridículo, com um simples esgar da bôca ou um mero brilho dos olhos. O português ri com o corpo inteiro, sacode-se todo, desmonta-se [...].(FERREIRA, 1962, p. 56)

Não restava alternativa, pois, ao sul-rio-grandense, senão ceder ao “humor pesado” dos antepassados. Talvez não seja excessivo explicitar que não é o objetivo desta dissertação debater a pertinência ou não das considerações do autor. Em virtude disso, retome-se aqui que um dos pontos principais da *retórica da identidade* de Athos Damasceno é destacar a continuidade temporal de uma identificação do sul-rio-grandense com seus ascendentes portugueses, no que *Imprensa Caricata no Rio Grande do Sul no Século XIX* se une aos demais estudos do autor. A tentativa de fixar certas características da população local que se mantêm constantes independentemente da passagem do tempo é flagrante:

Pois o pôrto-alegrense de então, conquanto procurasse dar a entender, como já tivemos oportunidade de assinalar alhures, que era um homem recatado e sério e afetasse uma gravidade que não só lhe irradiava da cara fechada e das atitudes calculadas como a das próprias roupas pretas que envergava com solenidade, *no fundo continuava a ser o filho, o neto ou o bisneto daquele português da infância do autor d’Os Maias – brincalhão, despejado e farfalhante*. Policiava-se o mais possível, é verdade. Mas quando lhe se afrouxavam as rédeas da contensão, o ventruado e alegre demônio da gaiatice portuguesa ganhava o meio do picadeiro com

estardalhaço e escândalo. E se, como já e viu, não conhecia medidas nas competições políticas e nos atritos pessoais que freqüentemente se enfiava – adepto que era da madeira, do cacête, do nó de pinho – também não as respeitava na *sátira impiedosa, no sarcasmo rude, no dito picante, na piada maciça de que lançava mão a qualquer pretexto e com que, sem qualquer escrúpulo, deixava vibrar as sonoras cordas do riso*. Veículo, por excelência, dêsse explosivo arsenal da galhofa eram, sem dúvida, os *pasquins urbanos*. E não só os pasquins, mas ainda as fôlhas consideradas de respeito, também elas useiras e vizeiras na produção e comércio do apreciado artigo. (FERREIRA, 1962, p. 56, grifos meus)

Embora não esteja tão preocupado em evidenciar a “marcha do progresso” na cultura local quanto em “Palco, Salão e Picadeiro”, a temática do *processo civilizador*, característico da modernidade, está presente em “Imprensa Caricata”. O progresso geralmente é associado ao refinamento do humor, presente em poucos indivíduos, é verdade, e não tão popular quanto o chiste não raro ofensivo da imprensa local.

Há, entretanto, uma diferença marcante do “atraso” verificado no tipo de humor que agradava os sul-rio-grandenses e no “atraso” apontado no caso de não haver o conhecimento, na Província, do ideário do século XIX. As charges grosseiras da imprensa local não faziam sucesso apenas porque a população era “incivilizada”, mas também, e principalmente, em virtude da ascendência portuguesa que levava ao apreço por este tipo de humor.

Para finalizar esta seção é ainda elucidativo fazer um esclarecimento sobre o interesse de Athos Damasceno na temática do humor, escolha pouco ortodoxa, aliás. Desse modo, segundo o próprio pesquisador:

Particularmente, prenderam-me a atenção as charges, piadas e anedotas das fôlhas humorísticas que nos últimos anos do século passado tiveram larga circulação aquí. Cheguei a escrever, mais tarde, uma pequena monografia – *Jornais Críticos e Humorísticos de Pôrto Alegre no Século XIX* – e na qual procurei, embora por alto, assinalar os traços mais expressivos da psicologia social da época, através do anedotário popular. O caderno apenas aflorou o assunto que não deve ser tratado superficialmente. Êle requer um exame demorado e profundo que corresponda realmente ao valor que tem e à significação que encerra. É indiscutível a importância do estudo do chiste, não apenas com respeito ao individuo que o produz, como também em relação aos fundos efeitos que êle causa entre os que o recebem. Por um dos livros capitais de Freud – *O chiste e suas relações com o inconciente* – podemos avaliar bem da magnitude dêsse problema. Numa simples anedota há, quase sempre, muito mais *do caráter de um povo*, do que num tratado de proporções. Que interessantíssimos capítulos de psicologia social não serão escritos no dia em que se proceder ao levantamento do anedotário político brasileiro e sua interpretação! Sem duvida, é preciso ter-se muita cautela no trato dêsse material. A sua interpretação requer uma grande dose de

equilíbrio. Como a caricatura, a anedota é sempre exagerada. Ela é portadora, invariavelmente, de toda sorte de excesso. Isso, todavia, não lhe diminui o valor documentário – acentua-o, antes. Deixo nesta nota uma sugestão. Gilberto Freyre, em que sobram qualidades para estudos dessa natureza, não seria o homem indicado para traçar mais essas páginas? (FERREIRA, 1947, grifos meus)

Não foi encontrada a resposta do sociólogo de Recife ao convite, se é que houve. Mas o que realmente interessa a este estudo é o fato de que Damasceno parece ter atendido à sua própria sugestão ao publicar o estudo em 1962, que inclusive repercutiu para além da “Província”, como atesta a interessante correspondência remetida a Athos pelo romancista Cyro dos Anjos. Segundo a crítica do escritor mineiro:

O livro é ameníssimo, além de valer como um esplêndido documentário para um estudo da política, da sociologia da psicologia do Rio Grande. São muito interessantes suas observações sobre o humor português, naquele capítulo dedicado ao Koseritz. Fiquei pensando que o Rio Grande – apesar de ter recebido um contingente tão forte de alemães e italianos – se mostra mais português do que Minas! Em Minas, ao que eu saiba, nada houve, quase, no campo da Caricatura e da sátira. Ausência de artistas do lápis? Prudência mineira? Eis um estudo que você bem poderia fazer, em relação a Minas e a outros estados do Brasil. A “Globo” ficaria credora de novos títulos à nossa gratidão, se patrocinasse uma obra dessas [...].¹³³

A apreciação acima referida auxilia a corroborar a afirmação que esta pesquisa buscou enfatizar: ao estudar o humor local por meio das caricaturas publicadas na imprensa no século XIX, Athos Damasceno avança na elaboração da sua retórica da identidade regional, por meio

¹³³ ANJOS, Cyro. Fundo Athos Damasceno Ferreira/IHGRS, 07/01/1963. Também há, em relação ao livro em questão, a interessante crítica do caricaturista e historiador da arte Álvaro Cotrim: “Magnífico! Estupenda essa sua imprensa caricata do Rio Grande do Sul no século XIX, de que você já nos dera anteriormente a provar [...] e que já nos deixara água na boca antevendo o que seria o trabalho honesto e de alta pesquisa que você vem realizando. Nunca o Brasil precisou tanto de caricaturistas como nesse momento, para fixar com o indelével do nanquim os homens e os fatos que estão acontecendo. Infelizmente somos hoje uma fauna quase extinta! Os historiadores do futuro, os Athos Damasceno que virão, vão encontrar enormes dificuldades para poder reproduzir esta fase tão rica de acontecimentos marcadamente negativos.” (COTRIM, Álvaro. Fundo Athos Damasceno Ferreira/IHGRS, 06/12/1962.) Por fim, o comentário de Carlos Drummond de Andrade: “[...] O “Imprensa Caricata” foi para mim uma pura delícia, além de completa novidade, pois jamais eu tivera ocasião de conhecer os caricaturistas gaúchos do século 19. Já a imageria do volume era bastante para cativar-me. O texto completou e refinou o prazer que lhe fiquei devendo, amigo Athos. Obrigado por êsse prazer. E fico esperando com apetite os volumes prometidos, sobre artes plásticas e imprensa literária, no desenvolvimento do vasto e exato painel cultural do velho Rio Grande do Sul, que com tanta proficiência você vem executando.” (ANDRADE, Carlos Drummond de. Fundo Athos Damasceno Ferreira/IHGRS, 01/01/1963).

da qual a imagem do passado sul-rio-grandense é repensada, uma vez que adota a cidade e aqueles que nela habitaram como temática de investigação. Além disso, o comentário de Cyro dos Anjos segundo o qual o Rio Grande do Sul seria até mais português do que Minas Gerais indica que esta retórica finalmente surtia seus efeitos.

Por fim, este capítulo, ao explorar a questão da representação da temporalidade e da identidade no *segundo tempo* da representação do passado de Athos Damasceno, sugeriu que ele apresenta, neste momento, uma visão relativamente otimista acerca do processo de modernização da região. Além disso, também é possível afirmar que o autor considera o humor local como um dos traços distintivos da cultura regional, a qual era, para ele, marcada pela forte influência açoriana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve por objetivo investigar a representação do passado sul-riograndense desenvolvida nos estudos históricos do pesquisador porto-alegrense Athos Damasceno entre as décadas de 1940 e 1970. Para tanto, analisou, sobretudo, alguns dos principais textos publicados pelo autor, os quais adotam, em geral, a cidade de Porto Alegre como objeto de pesquisa. Conhecido pela sua identificação com o mundo urbano, o autor estudado revelou-se um intelectual preocupado com a pesquisa acerca da histórica regional especialmente a partir da década de 1940 e, depois disso, teve extensa produção na área da história.

Além dos textos de autoria do estudioso, alguns de seus vínculos sociais também foram analisados a fim de desenvolver a investigação de sua representação do passado. A atenção a tais vínculos teve como objetivo explorar o *lugar social* a partir do qual Athos Damasceno representou a região. Para tanto, realizou-se a consulta ao seu fundo pessoal, composto por sua correspondência passiva, e a pesquisa em livros de memórias de seus companheiros de geração.

A conclusão acerca do ambiente intelectual em que o autor atuou aponta para algumas questões interessantes. A primeira delas diz respeito ao intenso debate que se travou nas letras locais no tocante à renovação artística e cultural proposta pelo movimento modernista paulista. Exemplificou-se tal atmosfera com a análise da polêmica travada por Athos com o poeta Vargas Netto, no ano de 1932. Também corroboram a existência do referido ambiente querelas anteriores a esta, bem como iniciativas de fundação de revistas e a existência de publicações de intelectuais locais que denotam tal aproximação. As grandes questões suscitadas pelos modernistas que parecem ter mobilizado os letrados e especialmente Athos Damasceno foram: a identidade nacional/regional, as temáticas da modernização e da urbanização crescentes e a conveniência de se desenvolver uma representação da região que evidenciasse a multiplicidade de sujeitos que tomaram parte na constituição da sua identidade.

Houve dois espaços a partir dos quais esta renovação nos estudos regionais se operou. O primeiro deles, e mais importante para a análise dos textos do pesquisador porto-alegrense, foi a Editora Globo. Tendo sido um dos “autores da casa”, ele esteve envolvido no debate de questões tais como as dificuldades de inserção dos autores locais no cenário nacional de produção do conhecimento e as limitações de uma produção sobre a região que circunscrevia seus temas e problemas ao gaúcho do campo. Observou-se, pois, principalmente a partir dos

anos 1940, um movimento de ressignificação do regionalismo no sentido de que se constituísse em elo com o restante do país, e não em obstáculo para o vínculo entre região e nação. Isso se refere tanto à identidade da região quanto a de seus intelectuais. As temáticas abordadas na Revista *Província de São Pedro* (1945-1957), publicação da Editora Globo, compõem uma espécie de síntese deste movimento de renovação. Tinha-se como horizonte o desejo de revelar um Rio Grande do Sul moderno, urbano e intelectualizado.

Além do empreendimento da *Revista Província de São Pedro*, teve espaço no estado uma outra iniciativa, à qual a intelectualidade da Província aderiu, que confirma a existência deste desejo de renovação dos estudos regionais: a Comissão Estadual do Folclore (CEF), fundada no Rio Grande do Sul no ano de 1948. Os temas de pesquisa privilegiados pelos sócios da comissão visavam preencher as lacunas deixadas pela historiografia e tratavam de assuntos como as práticas religiosas de afro-descendentes, as condições de existência das populações indígenas e o folclore da zona agrícola, seja ela de ascendência açoriana, teuta ou italiana.

Athos Damasceno foi um dos afiliados da CEF e, de certa forma, é possível afirmar que ele pesquisou o folclore da cidade de Porto Alegre. Parte de seu interesse pelo estudo da cultura popular pode ser compreendido a partir da vinculação com este empreendimento. A cultura popular da cidade, para ele, era composta pela fusão de elementos açorianos, imigrantes alemães e negros, com o predomínio dos primeiros conformando a base da identidade da cidade.

Um dos principais interlocutores da intelectualidade local a partir dos anos 1940 foi o sociólogo Gilberto Freyre. Questões como o estudo da cultura afro-brasileira, das habitações e dos costumes regionais foram suscitadas por meio das trocas com este autor. Athos Damasceno abordou todas elas de modo bastante intenso. Não obstante tal referência, esta dissertação buscou indicar que a representação do passado de Athos foi constituída a partir de uma complexa fusão de aproximações e distanciamentos diversos, com Freyre e com outros interlocutores.

Um exemplo de relativo distanciamento em relação aos posicionamentos do sociólogo pode ser visto na forma como Damasceno encarou a questão da modernização. Se para Freyre a temática se converteu em relativo problema, no autor aqui estudado houve uma postura ambígua, que se torna cada vez mais favorável ao processo de modernização a partir dos anos 1950.

Desse modo, naquilo que chamo de *primeiro tempo* da sua representação do passado (1940-1950), é possível observar uma escrita que tende a negar a modernização, sobretudo

dos costumes e de certas tradições. Neste momento, o rompimento com passado é, em geral, denunciado. No *segundo tempo* de suas pesquisas (1950-1970), porém, a narrativa evidencia uma tentativa de compreensão e, além disso, certa valorização de algumas transformações introduzidas ao longo do processo de modernização da cidade e dos costumes.

Nesse sentido, os capítulos dois e três analisaram os *dois tempos* da narrativa do pesquisador. Com esta análise foi proposto que a história da região desenvolvida nos estudos do autor configura-se em uma *retórica da identidade regional* que aponta para a existência de um Rio Grande do Sul urbanizado, modernizado e portador da questionada brasilidade. Os dois momentos desta retórica indicam algumas diferenças entre si no que concerne à representação da temporalidade e da identidade, abordadas nos capítulos dois e três.

Tendo em conta a relevância de se atentar à composição narrativa do texto histórico e considerando o historiador também como *escritor*, no sentido daquele que trabalha a construção do seu texto, investigou-se os *gêneros* e o *estilo* do historiador, a fim de compreender as suas estratégias narrativas e as formas por meio das quais o pesquisador cumpriu o pacto firmado entre ele e seus leitores. Em relação ao gênero, sugeriu-se que o autor se valeu tanto de *ensaio* quanto de *pesquisa histórica*. O primeiro está presente em textos de cunho mais analítico nos quais as opiniões do autor se mostram de modo mais explícito. Nas obras deste gênero não é frequente a presença de referências bibliográficas, nem de anexos. A remissão ao arquivo, entretanto, é uma marca legitimadora da narrativa neste tipo de texto também. Esta referência, contudo, é feita de modo pouco sistemático.

Nos estudos de pesquisa histórica, por sua vez, é mais visível a preocupação do autor em legitimar suas afirmações com remissões às fontes de pesquisa/arquivo e a formalização destas remissões em anexos e referências bibliográficas. Outra característica destes estudos é o pouco espaço destinado à interpretação do historiador. As opiniões do autor estão impressas de forma sutil na narrativa.

Nesse sentido, destacou-se que a peculiaridade no uso da linguagem e a preocupação com a construção do texto é muito mais observável nos textos ensaísticos do que naqueles textos de pesquisa histórica. No que toca à vocação do gênero para a análise, é plausível sugerir que em Athos Damasceno ela se manifesta no sentido de empreender uma reescrita do passado do Rio Grande do Sul. Assim, os ensaios do autor buscam mostrar, por meio do estudo da cidade, uma história do urbano e do cultural na região. É a serviço desta representação que estão os textos de caráter ensaístico do historiador.

A *questão do estilo* do historiador foi ponderada com o intuito de avançar na compreensão de sua representação da *identidade* e da *temporalidade*, presentes tanto nos

textos ensaísticos quanto nos de pesquisa histórica. Observou-se, pois, o uso predominante de *linguagem irônica* às vezes associada à *linguagem emotiva*. Assim, se, por um lado, o uso da *ironia* é responsável por uma postura cética e descrente frente ao mundo, o emprego de *linguagem emotiva*, por outro lado, resgata uma posição sentimentalista e positiva diante do passado. Dessa forma, a *ironia* parece ser acionada quando o autor quer sugerir um rompimento com esta temporalidade. A *linguagem emotiva*, quando quer marcar uma continuidade desejável.

Assim sendo, apesar de o autor reservar uma posição de problematização irônica do passado, ele reivindica certas permanências para com ele. A linguagem emotiva serve para “salvar” alguns aspectos do esquecimento. Portanto, pode-se compreender o *estilo* de Damasceno como sendo uma espécie de “híbrido autorregulado”: a ironia regula a emotividade, que por sua vez controla a ironia. A implicação deste estilo para a sua visão do passado é a de que ele não consiste numa temporalidade repleta de positivities, tampouco submersa em negatividades. Para Athos Damasceno, é necessário tanto salvar quanto esquecer o passado, para estabilizar o presente e viabilizar os projetos para o futuro. Isso não ocorre de modo homogêneo ao longo das pesquisas do autor. A posição frente às relações com o tempo e com a identidade se transformam no decorrer de suas publicações. Daí a divisão proposta de uma análise que considere a existência de *dois tempos* na representação do passado deste pesquisador.

Para tanto, o capítulo dois analisou o *primeiro tempo* da narrativa do pesquisador (1940-1950) tendo como fontes o livro “Imagens Sentimentais da Cidade” (1940) e o artigo “Sacadas e Sacadinhas Porto-alegrenses” (1945). O livro de 1940 foi lido como uma denúncia do apagamento das marcas da cidade de outrora, visto que o autor mostra-se consternado diante do contexto de intensas transformações experimentado pelos porto-alegrenses já na primeira metade do século XX. Sua escrita é uma espécie de apelo e, ao mesmo tempo, um alerta do esquecimento da “cidadezinha provinciana” do século XIX. A narrativa seleciona para o leitor fragmentos do passado que oferecem uma lembrança dos seus antepassados e que o auxilia a “fixar” a sua identidade. O autor aponta para o fato de que o progresso material trouxe benefícios, mas no presente levava à complexificação das relações entre passado, presente e futuro, sendo este último visto com olhos de desconfiança. A expectativa em relação ao porvir, no que toca à herança cultural dos antepassados, é negativa. A narrativa leva a crer que a vida viria a ser mais confortável, mas as pessoas não se lembrariam de quem são.

É possível sugerir que Damasceno elabora, então, um questionamento do *regime moderno de historicidade* no sentido de que o futuro não é tão exaltado e há uma evidente preocupação em estabelecer continuidades entre passado, presente e futuro. Sugeriu-se, então, que a escrita de Athos é uma tentativa de reconectar as temporalidades e também indício de uma *crise no tempo*.

Em relação à representação da identidade, o artigo de 1945 é efusivo. Nele, o passado é utilizado a fim de afirmar uma identidade nacional para a região, periodicamente questionada. Para conformá-la, o autor constrói uma narrativa do passado em que predomina o pertencimento da coletividade à cultura açoriana, entendida como fator de ligação com o restante do país. Além disso, a especificidade da narrativa de Athos Damasceno reside no fato de que contribui para a introdução do estudo da história da cidade e da cultura no Rio Grande do Sul. É dessa forma que podemos melhor caracterizar a sua *retórica da identidade regional*.

A postura que enfatiza os problemas da modernização dos espaços de Porto Alegre, entretanto, gradualmente, cede espaço para um olhar que busca no estudo do passado da cidade a reconstituição do percurso da modernidade. Ao acompanhar esse processo, Damasceno torna sua análise mais complexa, de modo que a modernidade é repensada e a representação da temporalidade e da identidade se desvencilha da abordagem frequentemente derrotista do primeiro momento.

O *segundo tempo* da representação do passado do autor foi, então, o objeto de análise do terceiro e último capítulo. Para tanto, foram estudados os livros *Palco, Salão e Picadeiro em Porto Alegre no Século XIX: contribuição para o estudo do processo cultural no Rio Grande do Sul* (1956), *Imprensa Caricada no Rio Grande do Sul no Século XIX* (1962) e *O Carnaval Porto-alegrense no Século XIX* (1970a).

Interpretou-se que a escrita de Damasceno, a partir dos anos 1950, ao passar a enfocar o estudo do advento da modernidade na região do extremo sul do país, busca acompanhar o desenrolar do contínuo processo civilizador (no sentido de aproximar-se de certos padrões europeus de desenvolvimento) da sociedade porto-alegrense. Com isso, os conceitos de civilização, progresso e processo têm seu emprego acentuado no vocabulário do pesquisador. Assim, ele aponta fatos e eventos que indicam a modernização da capital da Província ao longo do tempo, indicando então as semelhanças da região com o Rio de Janeiro e, também, com a Europa. Por meio de mais esta estratégia ele aproxima a área longínqua do centro difusor de cultura que fora o Rio de Janeiro nos oitocentos.

Não obstante, quando o autor explica o humor grosseiro do sul-rio-grandense, o faz no sentido de ressaltar as dissonâncias entre as diferentes partes da nação. A razão de ser do

humor local seria a permanência da influência portuguesa sobre o “caráter” do gaúcho. Na escrita do autor, pois, há também um esforço no sentido de apontar as características da cultura local que a distinguem dos outros povos e também de indicar as idiosincrasias da população sulina que só têm precedentes nos lusitanos dos açores.

Athos Damasceno oferece, desse modo, uma solução para a onipresente questão da identidade regional. O sul-rio-grandense deveria se pensar enquanto um brasileiro do extremo sul do país que se *civilizou* e adotou parte dos costumes da Europa Ocidental, mas que, por outro lado, manteve certas características dos portugueses dos açores, o que o peculiariza mesmo diante dos demais brasileiros. O presente de impermanências experimentado pelos contemporâneos do autor, portanto, não deveria gerar tanta angústia, uma vez que, tendo passado por mais de um século de “processo civilizador” o sul-rio-grandense ainda preservava traços dos seus antepassados dos açores.

Nesse sentido, foram apontadas algumas implicações desta nova fase da representação do passado do autor para a sua representação da temporalidade. Se nos anos 1940 o presente era narrado de modo quase caótico e o passado como o lugar de certa nostalgia em relação à identidade, não será assim a partir dos anos 1950. Neste período, o presente da escrita do autor parece ser de adaptação e de tentativa de compreensão da modernização da técnica, mas, sobretudo, da cultura.

O estudo mais detido do passado, através da publicação de pesquisas de maior fôlego se comparadas às investigações dos anos 1940, colabora para a construção de uma percepção de que o fenômeno da modernização não deve ser visto com tanto pessimismo. O avanço da modernidade é então encarado como um processo complexo e de múltiplas faces, com diversas implicações. Além do mais, o prognóstico outrora negativo do futuro é atenuado, bem como se mantém a constante expectativa de que o Rio Grande do Sul fosse incluído no todo nacional.

Por fim, é possível concluir que a representação do passado de Athos Damasceno esteve fortemente marcada pela preocupação com a identidade sul-rio-grandense, bem como com as relações entre sociedade e tempo que se estabeleciam no período em que ele escrevia. A grande novidade de suas pesquisas é a atenção dada ao estudo da cidade, da modernização dela e à história da cultura da região. Estas inovações ensejaram a abordagem do passado de outros grupos, que também foram considerados importantes para a compreensão da identidade regional. A grande permanência em relação aos estudos que o antecederam foi a defesa da interpretação do passado regional embasado na herança cultural portuguesa. Como apontado

ao longo desta dissertação, esta insistência foi explicada em virtude do desejo de afirmação de um espaço no todo nacional tanto da região quanto de seus intelectuais.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

a) Periódicos: 1. *Jornal Correio do Povo* 2. *Jornal A Federação* 3. *Revista Província de São Pedro*

1. FERREIRA, Athos. “Regionalismo”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 29 de jun., 1932a, p. 3, editoriais.

_____. “Regionalismo”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 7 jul., 1932b, p. 3.

_____. “Regionalismo”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 13 jul., 1932c, p. 3.

_____. “À Margem do Regionalismo”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 26 jul., 1932d, p.3.

_____. “O Anedotário e seu estudo”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 21 de set. de 1947.

SONDERMANN, Susana. “Herói é o homem de todos os dias”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 22 de dez. 1974, p. 23, Entrevista com Athos Damasceno.

FRANCO, Sérgio da Costa. “Aqui confluem todos os anos os melhores amigos do livro”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 25 out. de 1975, p. 11.

2. NETTO, Manuel Vargas. Regionalismo. *A Federação*, Porto Alegre, 1 jul., 1932a, p. 3.

_____. “Regionalismo...” *A Federação*, Porto Alegre, 8 jul. 1932b, p. 3.

_____. “Regionalismo...” *A Federação*, Porto Alegre, 18 jul. 1932c, p. 3.

_____. “Regionalismo...” *A Federação*, Porto Alegre, 02 agost. 1932d, p. 3.

3. FERREIRA, Athos Damasceno. “Sacadas e Sacadinhas Porto-Alegrenses”. In: *Província de São Pedro*. Porto Alegre: Ed. Globo, v. 1, nº 2, set. 1945, p. 63-76.

_____. “À Margem do Processo de Aculturação dos Alemães no Rio Grande do Sul”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 8, n. 18, fev. 1953, p. 9-17.

b) Correspondências, atas.

ANDRADE, Carlos Drummond de. 01 de janeiro de 1963. Correspondência passiva/estados do Brasil. *Fundo Athos Damasceno Ferreira*, IHGRGS.

ANJOS, Cyro. 07 de janeiro de 1963. Correspondência passiva/estados do Brasil. *Fundo Athos Damasceno Ferreira*, IHGRGS.

CASCUDO, Luís da Câmara. 13 de julho de 1964. Correspondência passiva/estados do Brasil. *Fundo Athos Damasceno Ferreira*, IHGRGS.

COTRIM, Álvaro. 06 de dezembro de 1962. Correspondência passiva/estados do Brasil. *Fundo Athos Damasceno Ferreira*, IHGRGS.

LEITE, Lígia Chiappini. 04 de setembro de 1971. Correspondência passiva/estados do Brasil. *Fundo Athos Damasceno Ferreira*, IHGRGS.

VERÍSSIMO, Érico. “Mensagem semafórica”. 28 de janeiro de 1968. Correspondência passiva. *Fundo Athos Damasceno Ferreira*, IHGRGS.

47^o sessão, 18 de março de 1958. Atas das sessões do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. IHGRGS, caderno de atas.

48^o sessão, 25 de março de 1958, IHGRGS. Atas das sessões do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. IHGRGS, caderno de atas.

12^o sessão, 30 de abril de 1959, IHGRGS. Atas das sessões do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. IHGRGS, caderno de atas.

28^o sessão, 02 de julho de 1959, IHGRGS. Atas das sessões do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. IHGRGS, caderno de atas.

51^o sessão, 02 de julho de 1960, IHGRGS. Atas das sessões do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. IHGRGS, caderno de atas.

c) Livros

FERREIRA, Athos Damasceno. *Imagens Sentimentais da Cidade*. Porto Alegre, Ed. Globo, 1940.

_____. *Palco, salão e picadeiro em Porto Alegre no século XIX: contribuição para o estudo do processo cultural do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1956.

_____. “Apontamentos para o estudo da Indumentária no Rio Grande do Sul”. In: *Fundamentos da Cultura Rio-Grandense*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia/UFRGS, 1957.

_____. *Imprensa Caricata no Rio Grande do Sul no Século XIX*. Porto Alegre, Ed. Globo, 1962.

_____. *Persianas Verdes*. Porto Alegre, Ed. Globo, 1967.

_____. *Artes Plásticas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Ed. Globo, 1970.

_____. *O Carnaval porto-alegrense no século XIX*. Porto Alegre, Ed. Globo, 1970a.

_____. *Colóquios com a minha Cidade*. Porto Alegre, Ed. Globo, 1974.

BIBLIOGRAFIA GERAL

ADORNO, Theodor W. “O Ensaio como forma”. In: *Notas de literatura I*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2003, p. 17-46.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. *Guerra e Paz: Casa Grande e Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 1930*. Rio de Janeiro: Ed 34, 1994.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 2º ed. Recife: FJN, Ed. Massaranga; São Paulo: Cortez, 2001.

_____. “A dimensão retórica da historiografia”. In: PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 223-233.

AMARAL, Sarah. *Africanos e afro-descendentes nas origens do Brasil: raça e relações raciais no II Congresso Afro-brasileiro de Salvador (1937) e no III Congresso sul-rio-grandense de História Geografia do IHGRGS (1940)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós- Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 2010.

ANTONIOLLI, Juliano F. “*Através do passado*”: crônica, biografia e memória na série pedagógica de Achylles Porto Alegre (1916-1920). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós- Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 2011.

BERTASO, José Otávio. *A Globo da Rua da Praia*. São Paulo: Globo, 1993.

BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Tradução: Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Editora Schwarcz, 1986.

BOEIRA, Luciana. *Entre a História e a Literatura: a formação do Panteão Rio-Grandense e os primórdios da escrita da história do Rio Grande do Sul no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós- Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 2009.

BORGES, Jorge Luís. *Ficciones*. Buenos Aires: Emecé Editores, 2005.

BOURDIEU, Pierre. “A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região”. In: *O poder simbólico*. 3.ed. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 107-132.

BURKE, Peter. Capítulo introdutório do livro *A escrita da História: novas perspectivas*/Peter Burke (org.); trad. de Magda Lopes - São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 1-13.

BURKE, Peter. "Gilberto Freyre and the *new history*". **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 9(2): 1-12, out. 1997.

CAMPOS, Vanessa (Org.). *Guia arquivos pessoais e coleções IHGRGS*. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul, 2013.

CÂNDIDO, Antônio. "A Revolução de 1930 e a cultura". *Novos Estudos*, Cebrap, São Paulo, v. 2, nº4, p. 27-36, 1984.

_____. "Literatura e cultura de 1900 a 1945". In: *Literatura e Sociedade*. Ouro Sobre Azul: Rio de Janeiro, 2006, p. 117-146.

CERTEAU, Michel. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CÉSAR, Guilhermino. "Introdução e bibliografia de Athos Damasceno". In: Ferreira, Athos Damasceno. *Poesias reunidas*. Porto Alegre: Globo, 1979, 208 p.

_____. MEDEIROS, Laudelino Teixeira. "Saudação ao Prof. Guilhermino César, na outorga do título de sócio benemérito, em sessão solene de 08-11-1989". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, 1990, nº 126, p. 143-150.

_____. *Notícia do Rio Grande*. Porto Alegre: IEL, Ed. da Universidade/UFRGS, 1994.

CEZAR, Temístocles. "Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX: ensaio de história intelectual". In: *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003. p. 173-208.

_____. "Lição sobre a escrita da História: historiografia e nação no Brasil do século XIX". In: *Diálogos: revista do Dep. De História da Universidade Estadual de Maringá*. PR, Vol. 8, n. 1, 2004, p. 11-29.

_____. "A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo: o caso da origem dos tupis". In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro, 7Letras, 2006. p. 30-41.

CORADINI, Odaci Luís. "As missões da "cultura" e da "política": confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960)". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 32, 2003, p. 125-144.

CRUZ, Cláudio. *Literatura e Cidade Moderna: Porto Alegre 1935*. Porto Alegre, EDIPUCRS: IEL, 1994.

DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. “Un nuevo régimen de historicidad?”. In: *Historicidades*. 1ª ed., Buenos Aires: Waldhuter Editores, 2010, p. 143-229.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, 2v.

FISCHER, Luís Augusto. “A Era Érico e depois”. In: GOLIN, Tau (Coord.); BOEIRA, Nelson (Coord.); GERTZ, René (Dir.). *República: da Revolução de 1930 à ditadura militar (1964)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 427-447.

_____. “Conversa urgente sobre uma velharia”. In: *Cultura e Pensamento*, nº 3, dez. 2007, p. 127-142.

FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa Literária de Porto Alegre no Século XIX*. Porto Alegre, edições URGs, 1975.

FREYRE, Gilberto. 1940b. “Sugestões para o estudo histórico-social do sobrado no Rio Grande do Sul”. Trabalho escrito especialmente para o III Congresso Sul-rio-grandense de História e Geografia, em cujos anais (1940) foi publicado pela primeira vez. Disponível em: <http://bvgf.fgf.org.br/frances/obra/opusculos/sugestoes_estudos.htm> Acesso em: 11 março 2014.

_____. “Continente e Ilha”. Conferência lida na Biblioteca do Estado do Rio Grande do Sul, em 19 de novembro de 1940a. Publicada pela Casa do Estudante do Brasil, em 1943. Incluída no livro *Problemas brasileiros de antropologia*, publicado em 1943. Disponível em: <<http://bvgf.fgf.org.br/portugues/obra/discursos.html#1940>>. Acesso em: 20 setembro 2012.

_____. *Uma Cultura ameaçada: a luso-brasileira*. Recife: Oficina do Diário da Manhã, 1940. 88p. Disponível em: <http://bvgf.fgf.org.br/portugues/obra/opusculos/uma_cultura_ameacada.htm> Acesso em 28 de fev. 2013.

GAY, Peter. *O Estilo na História*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

GENETTE, Gérard. *Paratexts: Thresholds of interpretation*. Cambridge University Press, 1997.

GERMANO, Iris Graciela. *Rio Grande do Sul, Brasil e Etiópia: os negros e o Carnaval de Porto Alegre nas décadas de 1930 e 1940*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 1999.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GOLIN, Cida; RAMOS, Paula V. “Jornalismo cultural no Rio Grande do Sul: a modernidade nas páginas da revista Madrugada (1926)”. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, nº 33, agosto de 2007.

GOUVÊA, Paulo de. *O Grupo: outras figuras, outras paisagens*. Porto Alegre, Instituto Estadual do Livro, 1976.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional”. *Estudos históricos*, n. 1, p. 5-27, 1988.

_____. “Usos da História: refletindo sobre identidade e sentido”. *História em Revista*, Pelotas, v. 6, dez. 2000, p. 21-36.

GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. 2. Ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998.

GRIJÓ, Luiz Alberto. “Entre a barbárie e a civilização: os conflitos armados no período republicano.” In: *O Continente em Armas: uma história da guerra no sul do Brasil*. GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo Santos (Orgs.). Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARTOG, François. “O tempo desorientado. Tempo e história. Como escrever a História da França?” *Anos 90*, Porto Alegre, n. 7, jul. 1997, p. 7-28.

_____. *O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999. Tradução de Jacyntho Lins Brandão.

_____. “La Tentation de l'épistémologie?” In: *Le Débat*, nº 112, novembre-décembre, 2000, p. 80-83.

_____. “Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo”. In: *Revista de História USP*, vol. 148, n. 1, 2003.

_____. *Regimes de historicidade, presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC Rio, 2006.

LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: literatos, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Tese de doutorado, 2004.

_____. *Coisas para o povo não fazer: carnaval em Porto Alegre (1870-1915)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp/Cecult, 2001.

LEITE, Lígia Chiappini Moraes. *Regionalismo e Modernismo (o “caso” gaúcho)*. São Paulo: Ática, 1978.

_____. *Modernismo no Rio Grande do Sul: materiais para o seu estudo*. Instituto de Estudos Brasileiros, SP, 1972.

_____. “Campo e Cidade em O Retrato”. *Leituras Cruzadas: diálogos da história com a literatura*. PESAVENTO, Sandra (Org.) Ed. UFRGS, 2000. p. 49-72.

LEME, Maria Cristina da Silva. “A Formação do pensamento urbanístico no Brasil 1895 – 1965”. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 5, nº3, 1998, p. 1-17. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/617/593>>. Acesso em 11 março 2014.

LIMA, Luiz Costa. *História, Ficção, Literatura*. São Paulo, Cia das Letras, 2006.

_____. *A Aguarrás do Tempo: estudos sobre a narrativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MAESTRI, Mário. “História e historiografia do trabalhador escravizado no Rio Grande do Sul”. *História Revista, Goiânia*, v.11, nº 2, jul./dez.2006, p. 221-250.

MARONEZE, Luiz Antônio Gloger. *Porto Alegre em dois cenários: a nostalgia da modernidade no olhar dos cronistas*. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre e suas escritas: História e memórias da cidade*. EDIPUCRS, 2006.

MONTEIRO, Charles. “Memória e esquecimento nas artes de lembrar a cidade de Porto Alegre nas crônicas de Nilo Ruschel”. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, 2006a. Disponível em <<http://nuevomundo.revues.org/1534>> Acesso em 17 fev. 2013.

_____. “Imagens da Cidade de Porto Alegre nos anos 1950: a elaboração de um novo padrão de visualidade urbana nas fotorreportagens da Revista do Globo.” In: *Fotografia, história e cultura visual: pesquisas recentes*. MONTEIRO, Charles (org.), Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012, p. 9-49.

MORAES, Eduardo Jardim de. “Modernismo revisitado”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 220-238, 1988.

NEDEL, Letícia. “Regionalismo, Historiografia e Memória: Sepé Tiaraju em dois tempos”. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.347-389, jan./dez. 2004

_____. *Um passado novo para uma história em crise: regionalismo e folcloristas no Rio Grande do Sul*. Brasília, 2005. Tese (Doutorado em História). ICH, Universidade de Brasília – UnB, 2005.

_____; RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. “Historiografia, crítica e autocrítica: itinerários da História no Rio Grande do Sul”. *Agora*, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, p. 161-186, 2005.

_____. “A recepção da obra de Gilberto Freyre no Rio Grande do Sul”. *Mana*, 13(1), 2007, p. 85-118.

NICOLLAZZI, Fernando. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado*. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós- Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 2008.

_____.NICOLAZZI, Fernando; RODRIGUES, Henrique E. “Entrevista com François Hartog: história, historiografia e tempo presente”. In: *Revista História da Historiografia*, Ouro Preto/MG, nº 10, dezembro (2012), p. 351-371.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <<http://www4.pucsp.br/projetohistoria/series/volumes.html>>. Acesso em: 10 de fev. 2013.

OLIVEIRA, Maria da Glória. “Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)”. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós- Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 2006.

OLIVEN, Ruben G. “O Rio Grande do Sul e o Brasil: uma relação contraditória”. In: _____. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis: Vozes, 1992. Cap. 3, p. 47-68.

PAPALÉO, Maria Beatriz Meurer. *Athos Damasceno Ferreira: Rivarol na Província*. 1996. Tese (Doutorado em literatura comparada) - Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS, 1996.

PESAVENTO, Sandra J. “Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, nº 16, 1995, p. 279-290.

_____. “As leituras da memória: a cidade imaginária de um cronista do sul brasileiro (Antônio Álvares Pereira Coruja e a Porto Alegre do início do século XIX)”. *Anos 90: revista do Programa de Pós-Graduação em História*. Porto Alegre. n. 14 (dez. 2000), p. 47-60.

_____. “As janelas do sobrado: de como a parte se viu no todo”. In: DIMAS, A.; LEENHARDT, J.; PESAVENTO, S. (Orgs.). *Reinventar o Brasil: Gilberto Freyre entre a história e a ficção*. Porto Alegre, Editora da UFRGS/Editora da USP, 2006, p. 257-278.

POLLACK, Michael. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, nº 10, 1992, p. 200-212.

PORTELLA, Eduardo. “O ensaio”. Conferência pronunciada na Academia Brasileira de Letras, em 10/10/2000. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=4268&sid=531>> Acesso em 11/03/2014.

REICHEL, Heloísa. “A identidade sul-rio-grandense no Imaginário de Érico Veríssimo”. In: GONÇALVES, Robson Pereira. *O tempo e o vento: 50 anos*. Santa Maria: UFSM; Bauru, SP: EDUSC, 2000, pp. 207-218.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: UNICAMP, 2007.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. *Da crítica à história: Moysés Vellinho e a trama entre a província e a nação 1925 a 1964*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 2006.

_____. “Regionalismo, modernidade e legitimidades intelectuais: Moysés Vellinho e Érico Veríssimo (1930 a 1964)”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.17, n.4, out.-dez. 2010, p.993-1008.

_____. “A formação superior em história na UPA/URGS/UFRGS de 1943-1971”. *Revista de História da historiografia*, Ouro Preto, nº 11, abril de 2013, p. 122-139.

_____. “Linguagem e conceitos historiográficos dos regionalismos brasileiros na primeira metade do século XX: o caso do Rio Grande do Sul nas revistas do IHGB e IHGRS”. 2011. Relatório de Pós-doutorado Jr. Rio de Janeiro, Pós-graduação em História UFF. Não publicado.

RUSCHEL, Nilo. *Rua da Praia*. Porto Alegre: prefeitura municipal, 1971.

SEYFERTH, Giralda. 2000. “O regionalismo da tradição na perspectiva nacionalista: a identidade regional segundo Gilberto Freyre”. *Anais do Seminário Internacional Novo Mundo nos Trópicos*. Recife: Fundação Gilberto Freyre. p.180-193.

_____. “Nacionalismo e Imigração no pensamento de Gilberto Freyre”. In: *Gilberto Freyre em Quatro Tempos*. Orgs.: KOSMINSKY, Ethel V.; LÉPINE, Claude; PEIXOTO, Fernanda A. Bauru, SP: EDUSC, 2003. p. 155-180.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. São Paulo, Editora Nacional, 1977.

SILVA, Jaisson Oliveira da. *A epopéia dos Titãs do Pampa: historiografia e narrativa épica na História da Grande Revolução*, de Alfredo Varela. 2010. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 2010.

SILVA, Gabriela Correa da. *O Regionalismo sul-rio-grandense de Athos Damasceno e sua polêmica com Vargas Netto*. Porto Alegre: UFRGS, Monografia (Licenciatura em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. *Rio Grande do Sul – Do Rural ao urbano: Demografia, Migrações e Urbanização (1930-1985)*. In: *República – da Revolução de 30 a Ditadura Militar (1930 – 1985)*/ I. GOLIN, Tau (Coord.) II BOEIRA, Nelson (Coord.) III GERTZ, René (Dir.). Passo Fundo, Editora Méritos, 2007, p. 291-311.

STAROBISNKI, Jean. *As máscaras da civilização*. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

THIESSE, Anne Marie. “La petite patrie enclose dans la grande: regionalismo e identidade nacional na França durante a Terceira República (1870-1940)”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 3-16, 1995.

TOSTES, Theodemiro. *Nosso Bairro: memórias*. Fundação Paulo do Couto e Silva, Porto Alegre, 1989.

VELLINHO, Moysés. *Letras da Província*. 2º ed. Porto Alegre: Ed. Globo, 1960.

_____. *Capitania d’El Rey: aspectos polêmicos da formação rio-grandense*. IEL/CORAG, 2005.

VELLOSO, Mônica P. “A brasilidade verde e amarela: nacionalismo e regionalismo paulista”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, nº 11, 1993, p. 89-112.

VERISSIMO, Erico. *Um Certo Henrique Bertaso*. Porto Alegre: Globo, 1973.

_____. “Os devaneios do general”. In: *Literatura e Guerra Civil de 1893*. MOREIRA, Maria Eunice e BAUMGARTEN, Alexandre (orgs.). Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS, 1993, p. 44-53.

VIANNA, Carla Cristiane Martins. *Augusto Meyer no sistema literário dos anos vinte: poesia, memória e polêmica*. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) Programa de Pós-Graduação em Letras, UFRGS, Porto Alegre, 2006.

VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e Missão: o Movimento Folclórico Brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: FUNARTE/FGV, 1997.

WEBER, Regina. “Estudos étnicos no Rio Grande do Sul: análise historiográfica”. In: *História e Imigração*. HERÉDIA, Vânia Beatriz M. e RADÚNZ, Roberto. Caxias do Sul, RS: Educs, 2011, p. 269-288.

WERLE, Bibiana. *A Campanha de Nacionalização e sua memória no Alto Taquari (RS)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 2014.

ANEXOS

ANEXO A

Artigos de Athos Damasceno Ferreira publicados pela Revista Província de São Pedro (1945-1957)

Título	Descritor	Ano	Num. publicação
Chininha	Conto	1945	1
Sacadas e Sacadinhas Porto-Alegrenses	História	1945	2
Quadrinhos Urbanos	Crônica	1945	3
Recreio da Estação	Conto	1946	6
Negrinho do Pastoreio	Poesia	1947	8
Ilhota	Conto	1948	1
A Margem do Processo de Aculturação dos Alemães no Rio Grande do Sul	História/Sociologia	1953	18
Interpretação de Lobo da Costa	História literária – crítica	1954	19
Trunfas, Caipis e Tipos: Contribuição para o estudo da indumentária do Rio Grande do Sul História	Sociologia	1954	20
Sem título/ Carta à Redação		1957	21

Fonte: Revista Província de São Pedro e NEDEL (2005), adaptação do anexo 1, p. 539.

ANEXO B

Dante de Laytano, à esquerda, entrevista Athos Damasceno para o Jornal da Manhã, em 1936. Fonte: Jornal da Manhã, 24 de junho de 1936. Arquivo: Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa.

VENDA AVULSA
200 RS.

JORNAL DA MANHÃ
QUARTA-FEIRA, 24 DE JUNHO DE 1936

12 PAGINAS

PANORAMA DE UMA GERAÇÃO

Inquerito, para o JORNAL DA MANHÃ, sobre o moderno Rio Grande intelectual

Quando, em 1935, apareceu o "Poesma de Sôco e da Desesperança" de Athos Damasceno Ferreira, o Sr. Tristão de Alby da encerra: "a poesia que há não é sempre fresca e a ânsia de expressão deliriosa. É um poema de graça e de melancolia..."

Desconheço, em arte, duvidando se Albert Nockel chamou de herói porque Malaram não era apenas o príncipe da velha casa da rua Roma, em Paris, mas, sim, o próprio espírito de Baudelaire revivido no mundo literário de uma época d'ibidela, e admirável...

Athos Damasceno Ferreira foi um modernista na desolada, tímida e pobre roda intelectual da nossa provincianidade.

Contado e modernismo, evolutiva, afinal, da mesma poesia dos amáveis, veio encontrar Athos Damasceno Ferreira autor da "Luz de Vidro", livro claro e iluminado onde se impõem novas posturas atitudes encalçadoras.

Poesia, de um requilite emblema dos mais raras, realizador de jogos de alma, e subtil esquadreador de ritmos, Athos Damasceno Ferreira veio, desde então, definindo-se como uma das figuras de valor integral na história da literatura sul-rio-grandense.

Agora, a Editora Globo lançou o "Poesma da minha cidade", o último volume de versos, de Athos Damasceno Ferreira, que não, não uma revolução, porém, a consagração de um tempo-mento de poeta verdadeiro.



3) Também um pensador muito elegante que andou emprestando talento aos jornais e às revistas, de Porto Alegre. Tem inclinação um êxito forte sobre Dostoiévski.

Personalidade cujo excesso de inteligência é um estado normal, Athos Damasceno Ferreira é uma das primeiras figuras de sua geração.

1) Quando começou a escrever?

Em 1915 alguns amigos meus fundaram aqui a Revista D. XIQUETE. Nele fiz a minha primeira tentativa: — um grave e maravilhoso artigo sobre José de Alencar.

Tristemente a revista era humorística...

2) Porque se tornou um escritor?

— Você está bem seguro de que sou um escritor?...

3) Como trabalha?

De pé. Sentado. Acordado. Dormindo... a qualquer momento e em qualquer parte...

Se me vierem na rua, falando sentido, não penso que estou maluco: — estou escrevendo. Ou, pelo menos, imaginando...

4) Qual foi a maior emoção que teve na sua vida literária. Não temo emoções: — temo chiques...

O escritor e poeta Athos Damasceno Ferreira, quando falou, ao JORNAL DA MANHÃ

5) Qual entre os seus trabalhos o que mais prefere?

O que nunca fiz, não estou fazendo, nem chegarei jamais a fazer...

6) Os autores que mais o impressionaram?

Todos aqueles grandes escritores, cujos sonhos a vida se encarregou de truncar.

As obras ditas perfeitas, me dão a sensação de que me lêam o espírito, impondo-lhe uma norma, uma conduta sem HUMANIDADE...

Dentro deste sentimento irrealizável, que não é uma simples

Coloquio
com
ATHOS DAMASCENO FERREIRA
por
Dante de Laytano

concepção filosófica ou literária dos seres e das coisas, distinguindo Dostoiévski, por exemplo...

Quer um poeta? — Rimbaud.

7) Qual foi o primeiro livro que leu?

Um dicionário popular que furti à biblioteca boêmia de meu pai.

Causou-me funda impressão a sua leitura que foi para mim uma espécie de revelação, simultaneamente, da excelência e da inutilidade das palavras... Sobretudo da inutilidade...

8) E a posição literária do Rio Grande no movimento brasileiro?

Não devemos defini-la ainda. Nada de precipitações...

Que pensa do nosso regionalismo?

Já tive oportunidade de dizer o que penso do nosso regionalismo e você mesmo aludiu, há

algum tempo, aos artigos que escrevi a respeito.

Vejo hoje, com alegria, que as idéias viciadas da crítica atual colidem estrepitosamente com os pontos capitais da minha tese, segunda época encerrada como uma agredida gramática ao Rio Grande e às suas tradições...

10) Qual o melhor livro rio-grandense publicado depois de 1930?

Comidere notável os dois livros: — Caminhos "Cruzados" de Erico Veríssimo, E "Machado de Assis", de Augusto Meyer.

11) Devemos procurar um sentido mais espiritual dentro da literatura atual?

As obras legítimas, quaisquer que elas sejam, tem sempre o sentido da época em que surgem.

Para o herói de Cervantes não havia arranha-céus. Para o de Joyce faltam os móveis de ventilo...

12) O que pensa da presente "enquete"?

E indiscreta...

Athos Damasceno Ferreira, ainda um burocrata, apenas se tanto prater que a única verdade foi o ponto final dos "enquete".

Palatrador interessantilizador apinhamos suas palavras se tanto prater que a única verdade foi o ponto final dos "enquete".

(Reproduzido por ter com incorreção)

ANEXO C

Foto da esquerda: Athos Damasceno, em seu escritório, em 1974. Na imagem da direita, Augusto Meyer, Athos Damasceno e Ernani Fornari, no Rio de Janeiro, em 1958. Fonte: Correio do Povo, 22 de dezembro de 1974, p. 23. Arquivo: Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa.

